DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8116 • SÃO PAULO, 20 A 22 DE ABRIL DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

I.A : ChatGPT no ensino requer cautela para evitar riscos

Geral Pág.06

O uso da inteligência artificial na criação de materiais educativos, como planejado pelo governo estadual de São Paulo, requer atenção e não deve tirar os professores de seu papel central na educação. Esta é a opinião de Ana Altenfelder, presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), uma organização da sociedade civil dedicada a promover equidade e qualidade no ensino público brasileiro. "A pesquisadora ressalta que a inteligência artificial tem o potencial de auxiliar no planejamento e na gestão da aprendizagem, algo que ela considera viável. No entanto, enfatiza a necessidade de investigação e pesquisa, pois é uma área bastante recente. É fundamental lembrar, de maneira alguma, o papel crucial do professor."

(Foto: ChatGPT/Reprodução)

Governo de SP pretende produzir material didático com IA.

Internacional Pág.05

Zelenski diz que encontro de Lula com Putin seria grande erro: 'Temos que isolá-lo'

Esportes Pág.08

Ponte Preta surpreende e empresta meia Dudu Scheit ao rival Operário-PR na Série B

Política Pág.03

Silas Malafaia usa tom de ameaça em convocação de ato pró-Bolsonaro

Um dos organizadores da manifestação pró-Bolsonaro programada para amanhã, 21, na orla de Copacabana, o pastor Silas Malafaia usou tom de ameaça ao convocar o ato, em entrevista à Rádio Auri Verde Brasil. O pastor disse que em Copacabana não vai cometer calúnia, difamação ou injúria, mas será "duríssimo com o que está acontecendo". O objetivo, segundo Malafaia, é "desnudar" o que chamou de "safadeza que está acontecendo no País".

Economia Pág.04

Renda dos 10% mais ricos cresceu 10,4% em 2023, ampliando desigualdade

O rendimento dos 10% mais ricos da população brasileira avançou 10,4% em 2023, enquanto a fatia dos 10% com menor rendimento na população cresceu apenas 1,8% frente a 2022, conforme a Pnad Contínua divulgada ontem, 19, pelo IBGE. Os dados mostram que a desigualdade no Brasil subiu em 2023 puxada pelo aumento da renda de trabalhadores com nível superior.

FEBRE OROPOUCHE

O QUE É
*É uma doença viral (causada por um arbovírus), que ocorre em áreas tropicais e **é transmitida pela picada do mosquito da espécie Culicoides paraensis***

O TRANSMISSOR
Mosquito ***Culicoides paraensis***, popularmente conhecido como **maruim, pólvora ou borrachudo**, se reproduz em ambientes úmidos e com água parada (assim como o Aedes Aegypti) - É encontrado em todo o país

O VÍRUS
- Foi identificado pela primeira vez no Brasil na década de 1960
- *Há registros frequentes da ocorrência de pessoas doentes na região da Amazônia, no Peru e em países do Caribe*
- Não é capaz de causar patologias congênitas, como é o caso do zika vírus

PERÍODO DE INCUBAÇÃO
Gira em torno de 3 a 8 dias

SINTOMAS
- Febre
- Fotofobia
- Diarreia
- Sensação de queimação no corpo
- Dores de cabeça, nas costas e nas articulações
- Dores musculares

COMPLICAÇÕES
Em casos raros causa meningite de recuperação demorada. Porém não costuma deixar sequelas aparentes

TRATAMENTO
A febre do Oropouche não possui um tratamento específico

DIAGNÓSTICO
É alcançado por meio de exames laboratoriais

FONTE | Ministério da Saúde — INFOGRAFFO

Internacional Pág.05

G7 condena ataque do Irã a Israel e reafirma apoio à segurança israelense

Esportes Pág.08

Mercado da bola: Guarani anuncia contratação milionária de Luccas Paraizo

Política Pág.03

STF retoma julgamento de decisão que bloqueou WhatsApp no Brasil

Economia Pág.04

Renda domiciliar recorde em 2023 cresceu R$ 49 bilhões

Esportes Pág.08

Em disputa acirrada, John John Florence elimina Gabriel Medina em Margaret River

Leis e Projetos Pág.02

Comissão dá sinal verde para publicidade de remédios de alto custo

Internacional Pág.05

Israel inicia retaliação ao Irã com ataque a base militar

Variedades Pág.11

Tomorrowland Brasil promete surpreender com line-up após desafios da última edição

Contexto Jurídico Pág.10

Justiça em ação: STJ recebe nova denúncia e mantém afastamento de desembargadora

Política Pág.03

Musk ganha apoio da ala trumpista do Congresso dos EUA contra o STF

O embate entre o bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), e o STF brasileiro está atraindo também as atenções da ala trumpista da Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos EUA, que divulgou quarta-feira, 17, um relatório em que aponta "censura do governo brasileiro" à plataforma de Musk e a outras redes sociais, como Facebook e Instagram. O episódio mais recente do caso refere-se à visita, em março, de uma comitiva de deputados brasileiros - liderada por Eduardo Bolsonaro (PL-SP) - a Washington, para buscar apoio dos congressistas republicanos apoiadores do ex-presidente Trump, e denunciarem violações de direitos humanos no Brasil, incluindo a liberdade de expressão, por parte de autoridades e das Cortes superiores.

Economia Pág.04

Sondagem da CNI aponta retomada da produção e do emprego em março

(Foto: CNI/José Paulo Lacerda)

O índice de evolução do número de empregados atingiu 50,4 pontos em março e segue dois pontos acima da média para o período do ano, segundo a CNI.

Grandes e médias empresas industriais recuperaram o ritmo de produção em março e o indicador de evolução da produção atingiu 51,0 pontos, com alta de 2,5 pontos ante fevereiro, quando o índice estava em 48,5 pontos, segundo dados da CNI divulgados ontem, 19.

Economia Pág.04

Credores aprovam plano de recuperação que injeta R$ 3,4 bi na Oi

Após quase 14 horas de duração da assembleia geral que começou pouco depois das 14h da quinta-feira, 18, e seguiu até as 4h da madrugada de ontem, 19, em um hotel na zona oeste do Rio, os credores da Oi aprovaram o plano de recuperação judicial da companhia que busca solucionar uma dívida de R$ 44,3 bilhões. Foi acertado um novo financiamento de até US$ 655 milhões, cerca de R$ 3,4 bilhões no câmbio atual.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE

72% dos brasileiros relataram sentir estresse no trabalho
https://shre.ink/85np

Lançamentos Pág.13

Lançamento no Museu de Arte Sacra de São Paulo destaca o legado artístico dos jesuítas nas Américas

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,16%
IGP-M (FGV) - mês	0,07%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0672%
Taxa básica financeira - TBF	0,7677%
Ibovespa (pontos)	125.124
Poupança (mês)	0,59%
CDB pré 30 dias - ano	10,22%
CDB pré 90 dias - ano	10,12%
CDI acumulado - mês	0,60%
CDI anualizado	10,65%
Dólar comercial	R$ 5,1990/R$ 5,1990
Dolar turismo	R$ 5,2340/R$ 5,4140
Euro turismo	R$ 5,5390/R$ 5,5390

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Saúde debate criação da carreira de auditor do Sistema Único de Saúde

A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizará uma audiência pública na terça-feira, dia 23, para discutir a criação da carreira de auditor do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Sistema Nacional de Auditoria do SUS foi criado pela Lei 8689/93 e tem atribuições voltadas à avaliação técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial do SUS, realizadas de forma descentralizada.

O requerimento para o debate foi apresentado pelo deputado Jorge Solla (PT-BA). Ele destaca a carência de servidores no órgão, com apenas 460 auditores em todo o País. Essa situação crítica tem prejudicado sistematicamente as ações de auditoria. O deputado busca esclarecimentos do governo sobre a criação da carreira de auditor do SUS, que aguarda a instalação de mesa específica no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

A reunião está marcada para as 17 horas, no plenário 7.

Comissão de Segurança Pública da Câmara quer fazer audiência com Elon Musk

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados está prestes a votar, na próxima terça-feira, 22, um pedido de audiência com o bilionário sul-africano Elon Musk. Os parlamentares do colegiado desejam que ele preste esclarecimentos sobre "supostos abusos de autoridade perpetrados por agentes públicos brasileiros" relacionados à empresa X (ex-Twitter), uma das empresas de Musk.

No início de abril, a X Corp afirmou que foi "forçada" por decisões judiciais a bloquear contas no Brasil. No entanto, os motivos por trás dessas ordens de bloqueio ainda não são claros. Elon Musk, por sua vez, tem feito repetidas críticas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

O autor do requerimento, Sanderson (PL-RS), justifica que as práticas narradas pelo empresário, em tese, configuram o crime de abuso de autoridade. Vale ressaltar que Sanderson foi presidente da Comissão de Segurança Pública em 2023.

A comissão, que é dominada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), provavelmente não enfrentará muitos obstáculos para aprovar a proposta. A grande questão agora é se Elon Musk participará da audiência. Sanderson afirma ter procurado contato com funcionários da X e que houve sinalização de que, uma vez aprovada a proposição, seria avaliada a possibilidade da audiência.

O atual presidente da Comissão de Segurança Pública, Alberto Fraga (PL-DF), diz que a proposta pode entrar na pauta caso haja requerimento. O documento já foi protocolado no colegiado da Câmara.

A oposição bolsonarista aposta em manter a discussão entre Musk e Moraes quente, realizando audiências sobre a divergência entre a X e o STF. Em abril, a Comissão de Segurança Pública aprovou uma audiência pública com Musk para debater acusações que surgiram a partir do "Twitter Files Brazil". No entanto, até o momento, Musk ainda não confirmou presença.

Debatedores apontam problemas na cobertura dos planos de saúde para atendimento ao autista

A cobertura dos planos de saúde é fundamental para garantir o acesso a um tratamento adequado e de qualidade para as pessoas com autismo. Essa avaliação foi feita pelo deputado Zé Vitor (PL-MG), que presidiu uma audiência pública sobre o tema na Comissão de Saúde da Câmara. Para o deputado, a falta de cobertura pode comprometer o desenvolvimento e a qualidade de vida daqueles que têm o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O tratamento do transtorno é multidisciplinar e envolve diversas áreas, como psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 80 milhões de pessoas no mundo têm o transtorno, enquanto no Brasil estima-se que esse número seja mais de 2,2 milhões. Essas pessoas podem ter dificuldades em diversas áreas, como linguagem, desenvolvimento motor e habilidades sociais, e também ter interesses restritos.

Na audiência pública desta quinta-feira (18), a gerente-geral de Regulação Assistencial da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Ana Cristina Marques, informou que 16 milhões de brasileiros, entre os quais se incluem os autistas, são atendidos pelos planos de saúde sem limitações para o número de sessões com psicólogos, terapias ocupacionais e fonoaudiólogo.

A representante da ANS ressaltou, porém, que a legislação tem critérios e que o atendimento depende de prescrição médica. "Os procedimentos realizados fora desses critérios não terão cobertura, então atendimentos fora do ambiente ambulatorial, de saúde, atendimentos realizados por profissionais que não são da área de saúde, não estão cobertos", explicou.

Já o presidente da Associação de Amigos do Autista de Minas Gerais (AMA), William Boteri, reclamou que os planos de saúde não estão dando apoio para resolver esse problema. "Alguns planos impõem restrições, como limites para sessões, o que dificulta o atendimento adequado. Nesses casos, os beneficiários precisam procurar seu direito na Justiça, recorrer à ANS, ao Procon, ao Ministério Público e a outras instâncias para garantir o acesso ao tratamento necessário".

Comissão aprova publicidade obrigatória de informações sobre medicamentos de alto custo

A Comissão de Saúde aprovou um projeto que inclui na Lei Orgânica da Saúde requisitos relacionados à publicidade das informações sobre assistência farmacêutica para o acesso a medicamentos de alto custo pelos cidadãos (PL 1613/22).

O projeto, proposto pelo deputado José Nelto (PP-GO), cria a plataforma eletrônica Cura para facilitar o acesso a esses medicamentos. No entanto, o texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), que determina que as informações e o acesso aos medicamentos de alto custo sejam disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas plataformas já existentes. Essas informações devem ser tratadas em conjunto com a política de medicamentos, aproveitando as atribuições já delegadas aos gestores públicos de saúde.

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)
Texto aprovado é substitutivo do relator, Dorinaldo Malafaia.

O novo texto exige que o SUS assegure o acesso integral aos produtos essenciais, em todos os níveis de complexidade. Além disso, prevê a publicidade dos estoques dos medicamentos existentes nas farmácias públicas e o desenvolvimento de sistemas que permitam o cadastramento prévio de pacientes que utilizam medicamentos de alto custo, estratégicos e especializados.

Segundo Malafaia, seria mais adequado que as exigências sobre publicidade das informações sobre assistência farmacêutica fossem disponibilizadas pelo SUS nas plataformas já existentes, tratando-as em conjunto com a política de medicamentos e aproveitando as atribuições já delegadas aos gestores públicos de saúde.

Os próximos passos incluem a análise pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A proposta tramita em caráter conclusivo.

Educação debate proposta de PNE para os próximos dez anos

(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)
Capitão Alden: proposta para o PNE promove discurso de ódio contra conservadorismo.

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados está organizando uma audiência pública para discutir o Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034. O pedido para essa discussão partiu do deputado Capitão Alden (PL-BA).

O deputado expressou críticas em relação ao documento que contém sugestões para o próximo PNE, elaborado durante a última Conferência Nacional de Educação, realizada em janeiro. Segundo Alden, esse texto promove um discurso de ódio contra o conservadorismo, o homeschooling e o agronegócio.

Em suas palavras: "O conteúdo dessa proposta deixa clara a intenção de combater o pensamento conservador e desconsidera a vontade e a educação transmitida pelos pais aos seus filhos, transformando as salas de aula em ambientes políticos e de doutrinação ideológica."

Durante a Conferência Nacional de Educação 2024, foram aprovadas contribuições para um projeto de lei que será encaminhado ao Congresso, contendo o PNE para os próximos dez anos. O documento resultante desse processo é intitulado: "Plano Nacional de Educação 2024-2034: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável", e já foi entregue ao Ministério da Educação.

A reunião está agendada para as 10 horas, em um local a ser definido.

Comissão aprova auxílio-internet para pessoas de baixa renda e agricultores familiares

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que visa garantir recursos para pessoas de baixa renda e agricultores familiares adquirirem equipamentos como celulares, tablets e computadores, bem como acesso à internet. Esse projeto cria o auxílio-internet para as famílias de baixa renda e estabelece a Política Nacional de Conectividade da Agricultura Familiar (PNCAF).

O objetivo principal é promover a inclusão digital desses segmentos da população, permitindo que eles interajam com outras pessoas e tenham acesso a informações, produtos e serviços por meio da rede mundial de computadores.

O substitutivo da relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO), consolidou em um novo texto o Projeto de Lei 3501/20, proposto pelo deputado Felipe Carreras (PSB-PE), e outros 14 projetos correlatos. O texto de Carreras estabelece o auxílio internet, prevendo o pagamento de serviços de telecomunicações às famílias de baixa renda.

A relatora ressaltou que 7,3 milhões de domicílios brasileiros ainda não têm acesso à rede.

(Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados)
Flávia Morais: internet é incentivo para os mais jovens permanecerem no campo.

Ela enfatizou que esses lares são principalmente das famílias mais pobres do país. Os principais obstáculos para o acesso pleno à internet são os altos custos do serviço e a falta de conhecimento.

Aqui estão os detalhes sobre o auxílio-internet:

• O valor do auxílio será definido por regulamento do Executivo.

• A proposta estabelece que o auxílio seja pago preferencialmente à mulher responsável pela família e que a primeira parcela seja suficiente para a compra do dispositivo de acesso à internet.

• Os beneficiários do auxílio, que devem fazer parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), poderão escolher a prestadora do serviço de internet móvel, conforme os padrões definidos no regulamento.

• Os recursos para custear o auxílio provirão do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e do Tesouro Nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor
Marcos Henrique
Comercial
www.diariodenoticias.com.br
site
Amaury Marques
Administração
Elaine Fernandes
Financeiro
Valter Lana
Editor responsável
redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail
Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br
Periodicidade: DIÁRIA
AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP
Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP
Auditado e Certificado
ICP Brasil
AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
FUNDAÇÃO VANZOLINI TIRAGEM AUDITADA ANATEC

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Caso Musk mobiliza ala trumpista do Congresso americano contra o STF

(Foto: Reuters/Divulgação)

Musk tem feito repetidas críticas a Moraes, ameaçando descumprir as ordens judiciais e vazar informações dos autos.

A escalada do embate entre o bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), e o STF brasileiro agora também alcança o cenário politicamente polarizado do Congresso americano. A ala republicana da Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos EUA divulgou quarta-feira, 17, um relatório em que aponta "censura do governo brasileiro" à plataforma de Musk e a outras redes sociais, como Facebook e Instagram. O documento inclui 88 decisões da mais elevada Corte do País e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinando a retirada de perfis das plataformas. Muitas delas foram tomadas pelo ministro Alexandre de Moraes em processos que tramitam sob sigilo no Supremo.

De acordo com o STF, os documentos divulgados pelos deputados dos EUA não contêm os argumentos das decisões que determinaram a retirada de conteúdos ou perfis. Trata-se dos ofícios enviados às plataformas para cumprimento das determinações. "Todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação."

O episódio mais recente do caso remete à visita, em março, de uma comitiva de deputados brasileiros - liderada por Eduardo Bolsonaro (PL-SP) - a Washington (EUA). Os parlamentares do Brasil buscaram apoio dos congressistas republicanos, apoiadores do ex-presidente Donald Trump, e denunciaram violações de direitos humanos, incluindo a liberdade de expressão, por parte de autoridades e das Cortes superiores.

Inquérito - Cerca de um mês depois, no começo de abril, a X Corp afirmou que foi "forçada" por decisões judiciais a bloquear contas no Brasil. Musk então passou a fazer repetidas críticas a Moraes, ameaçando descumprir as ordens judiciais e vazar informações dos autos.

STF volta a julgar bloqueio do WhatsApp; Fachin e Moraes votam contra

O processo que discute a possibilidade de suspensão de aplicativos de mensagens no Brasil voltou à pauta do Supremo Tribunal Federal ontem, 19. Os ministros decidem se referendam ou não a decisão do ministro Ricardo Lewandowski que, em 2016, durante o plantão judiciário, restabeleceu o funcionamento do WhatsApp no País, após um despacho de 1º grau que bloqueou o aplicativo.

O tema é debatido no Plenário virtual, em julgamento que teve início ontem, 19, e tem previsão de terminar no dia 26. O relator, Edson Fachin defendeu o referendo da medida E foi acompanhado pelo ministro Alexandre de Moraes.

Neste julgamento, os ministros se debruçam somente sobre a medida cautelar deferida pelo atual ministro da Justiça no bojo de ação movida pelo Cidadania. O mérito do processo começou a ser debatido em maio de 2020, mas a discussão foi suspensa por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes.

Com relação ao julgamento de mérito da ação - que pode estabelecer a tese de possibilidade (ou não) de decisão judicial bloquear aplicativos de mensagens - o placar é de dois votos a zero pela inconstitucionalidade da medida.

Na ocasião Fachin votou contra o bloqueio, sob o entendimento de que a suspensão dos aplicativos não é prevista no Marco Civil da Internet quando se fala a inviolabilidade da criptografia utilizada nas mensagens.

Silas Malafaia diz que será 'duríssimo' e vai 'botar para quebrar' em ato de Bolsonaro no Rio

(Foto: PR/Isac Nóbrega)

Ex-presidente vai reunir políticos aliados em Copacabana como forma de demonstrar força popular diante das investigações em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF)

O pastor Silas Malafaia disse que vai "botar para quebrar" em seu discurso no ato convocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Rio neste domingo, 21. O ex-chefe do Executivo reunirá parlamentares e governadores em Copacabana como forma de demonstrar força popular diante das investigações em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF), como a que apura uma suposta tentativa de golpe de Estado.

"O que eu vou falar nesse dia 21 de abril não vai ser brinquedo não. Eu vou botar para quebrar", afirmou o aliado do ex-presidente e um dos organizadores da manifestação. Em entrevista à Rádio Auri Verde Brasil quinta-feira, 18, Malafaia também disse que o pronunciamento dele no ato de 25 de fevereiro na Avenida Paulista, em São Paulo, "foi uma água com açúcar" diante do próximo discurso. Na ocasião, em ataque ao STF, afirmou que se prenderem Bolsonaro, "será para a destruição deles".

A primeira manifestação também foi convocada por Bolsonaro para ele se defender de investigações, como as que apuram suposta tentativa de um golpe de Estado após as eleições de 2022; venda de joias recebidas de presente em viagens ao exterior, caso revelado pelo Estadão, criação de uma "Abin paralela" durante o governo dele; falsificação de dados de cartões de vacinação e milícias digitais.

O pastor disse que em Copacabana não vai cometer calúnia, difamação ou injúria, mas será "duríssimo com o que está acontecendo". O objetivo, segundo Malafaia, é "desnudar" o que chamou de "safadeza que está acontecendo no País".

O ato em Copacabana será, de acordo com Bolsonaro, em "defesa da democracia" e contará com governadores, pré-candidatos às eleições municipais de outubro e parlamentares do "núcleo duro" do bolsonarismo.

Sob argumento de que o País está "perto de uma ditadura", o ex-chefe do Executivo pediu aos apoiadores que não levem faixas e cartazes na manifestação, assim como no evento de fevereiro. Em atos anteriores convocados pelo ex-presidente, tornou-se comum o surgimento de faixas pedindo intervenção federal e atacando ministros do Supremo.

Grampo pega vereador de Ferraz cobrando propina de pagodeiro do PCC

No rastro de fraudes em licitações sob influência do PCC, que infiltrou uma quadrilha em prefeituras e câmaras municipais do interior e da Grande São Paulo, os investigadores da Operação Muditia, do Ministério Público estadual, grampearam mensagens que revelam a suposta combinação de propina entre o suposto 'cabeça' do esquema, o cantor de pagode Vagner Borges Dias, o 'Latrell Britto', e o vereador Flávio Batista de Souza (Podemos), o 'Inha', de Ferraz de Vasconcelos, município da região metropolitana. Os diálogos mostram detalhes sobre o acerto de valores e também como o pagamento seria feito.

Até a publicação deste texto, a reportagem do Estadão buscou contato com as defesas de 'Inha' e de 'latrell', mas sem sucesso. O espaço está aberto para manifestação.

'Inha' foi preso na semana passada. Ele está no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Mogi das Cruzes - onde tem recebido a visita de servidores graduados da prefeitura e da câmara de Ferraz. Exerce seu terceiro mandato de vereador. Já foi vice-prefeito (2008/2012) e secretário municipal de Transportes (2014/2016), período em que, segundo a oposição, brecava qualquer projeto de licitação para concessão de transportes.

Uma conversa que reforça as suspeitas sobre o vereador data de junho de 2020. Após ligação de 'Inha', o pagodeiro diz: "Verdade, tinha esquecido. Pega 7 aqui, fica faltando 500 que mando mês que vem". Antes, 'Latrell Britto' teria encaminhado ao vereador o valor de R$ 267 mil, referentes, segundo a Promotoria, a montantes pagos mensalmente pela Prefeitura por contratos de serviços de limpeza - 'Latrell' é dono da Vagner Borges Dias ME.

"Os valores repassados ao agente político são claro percentual do contrato das empresas investigadas com a prefeitura", ressaltaram os promotores ao pedirem à Justiça autorização para abertura da Operação Muditia.

O cálculo do repasse é descrito pelo próprio 'Latrell Britto' em uma mensagem interceptada, destacam os promotores. O suposto operador fala em 7% de propina. Os investigadores cruzaram os valores descritos na conversa e identificaram que o montante citado pelo pagodeiro correspondia a exatos 7% do valor das notas pagas pela prefeitura à sua empresa.

A Operação Muditia, aberta no último dia tal, levou à prisão de três vereadores: Flávio Batista de Souza (Podemos), o Inha, de Ferraz de Vasconcelos; Luiz Carlos Alves Dias (MDB), o Luizão Arquiteto, de Santa Isabel; e Ricardo Queixão (Podemos), de Cubatão.

A força-tarefa mobilizou 27 promotores de Justiça e 200 policiais militares. Por ordem da juíza Priscila Devechi Ferraz Maia, da 5.ª Vara Criminal de Guarulhos foram capturados 13 alvos. A investigação aponta fraudes que superam R$ 200 milhões e envolvem, além de políticos, servidores de gestões municipais, inclusive procuradores e secretários.

"Nas palavras de Vagner, a movimentação é verdadeira operação para assegurar, mensalmente, após a cobrança do vereador, a parcela escusa do contrato repassada aos agentes políticos", diz o MP.

Os grampos mostram a operacionalização dos repasses, em diferentes meses. Em uma ocasião, ainda em junho de 2020, Vagner questiona 'Inha' se ele conseguiria pegar a propina em seu escritório. Em outro diálogo, em outubro daquele ano, o suposto 'cabeça' do esquema pede a uma funcionária de seu escritório que 'separe 17 mil para o Inha'.

A funcionária de 'Latrell' enviou ao vereador até uma imagem do cofre do chefe, para prestar contas do valor retirado.

Comissão de Segurança do Senado quer audiência com influenciador português retido pela PF

(Foto: Geraldo Magela)

Sérgio Tavares foi retido pela Polícia Federal no Aeroporto de Guarulhos ao desembarcar no Brasil para participar do ato em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro

A Comissão de Segurança Pública do Senado vai ouvir o influenciador português Sérgio Miguel de Gomes Tavares em audiência pública na próxima terça-feira, 23. Tavares foi retido pela PF no Aeroporto de Guarulhos no dia 25 de fevereiro, ao desembarcar no Brasil para participar do ato em apoio a Bolsonaro na Avenida Paulista.

O requerimento, de autoria do senador Eduardo Girão (Novo-CE), diz que Tavares foi convidado a comparecer no Senado para que ele possa "elucidar as diversas dúvidas decorrentes do acontecimento em que esteve envolvido na sede da PF no aeroporto".

O texto afirma que o influenciador teve que responder a perguntas sobre suas opiniões político-partidárias e ideológicas, além de ser confrontado sobre declarações que havia feito sobre os ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

"Tais atitudes dos membros da PF lotados do aeroporto internacional de São Paulo, se assemelham a uma evidente transgressão aos direitos à liberdade de expressão e livre manifestação de pensamento, insculpidos no Art. 5º da Carta Magna da República", afirmou Girão no requerimento.

Em março, o colegiado recebeu o diretor de Polícia Administrativa da PF, delegado Rodrigo de Melo Teixeira, para falar sobre o caso. Na ocasião, Teixeira disse que quem "flerta com a criminalidade" e "ataca a honra" de ministro do STF está sujeito a ser questionado pelo órgão ao entrar no País.

PROBLEMAS E PROPRIDADES

QUAL DEVERIA SER A PRINCIPAL PREOCUPAÇÃO DOS GOVERNOS?

Saúde	43%
Educação	34%
Emprego	16%
Segurança	10%

O QUE O POVO QUER NA SAÚDE?

Melhorar as condições dos hospitais e dos postos de saúde	23%
Combater a corrupção e o desvio de verbas	22%
Reduzir as filas e a espera por consultas	22%
Contratar mais médicos e enfermeiros	21%

QUAIS AS MELHORIAS PARA A EDUCAÇÃO?

Aumentar os salários dos professores	19%
Combater o uso de drogas nas escolas	18%
Melhorar a segurança nas escolas	17%
melhorar a capacitação dos professores	15%

QUAIS AS PRIORIDADES PARA A SEGURANÇA?

Combate ao tráfico de drogas	29%
Combate contra a corrupção entre policiais	22%
Aumentar o efetivo de policiais	16%

34% dos entrevistados afirmaram que não houve melhora em nenhuma área, nos últimos doze meses

FONTE CNI — INFOGRAFFO

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

BC comunica ocorrência de incidente de segurança com dados vinculados a chave Pix do Banpará

O Banco Central informou quinta-feira, 18, a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais vinculados às chaves Pix sob a guarda e responsabilidade do Banco do Estado do Pará S.A (Banpará). Em nota, o BC afirma que o incidente ocorreu "em razão de falhas pontuais em sistemas dessa instituição".

"Não foram expostos dados sensíveis, tais como senhas, informações de movimentações ou saldos financeiros em contas transacionais, ou quaisquer outras informações sob sigilo bancário. As informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem movimentação de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras", afirma o BC. Aqueles que tiveram os dados cadastrais obtidos a partir do incidente serão notificados exclusivamente por meio do aplicativo ou pelo internet banking de sua instituição de relacionamento, esclarece o BC. Não será utilizado nenhum outro meio de comunicação aos usuários afetados, como aplicativos de mensagem, chamadas telefônicas, SMS ou e-mail.

O BC informou ainda que foram adotadas as ações necessárias para a apuração do caso e serão aplicadas as medidas sancionadoras previstas. "Mesmo não sendo exigido pela legislação vigente, por conta do baixo impacto potencial para os usuários, o BC decidiu comunicar o evento à sociedade, à vista do compromisso com a transparência que rege sua atuação."

Renda da população mais pobre sobe 12,6% em 2023 e bate recorde da série história, aponta IBGE

Os programas sociais do governo fizeram a diferença em 2023 para a camada mais pobre da população, mostrou a Pnad Contínua 2023: Rendimento de todas as fontes, divulgada ontem, 19, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O rendimento médio mensal real per capita dos 40% da população com menores rendimentos cresceu 12,6% de um ano para outro, atingindo o maior valor da série histórica.

Mesmo assim, o rendimento dessa camada de brasileiros ainda é baixo. Por dia, em média, o rendimento ficou em R$ 17,50 no ano passado, contra R$ 15,60 em 2022. A maior cifra foi registrada no Sul, de R$ 26 por dia, enquanto a menor foi no Nordeste, de R$ 11,4 por dia. Segundo o IBGE, contribuíram para o aumento de renda o valor maior do programa Bolsa Família ao longo do ano, a melhoria no mercado de trabalho e o aumento real do salário mínimo.

Levando em conta os valores pagos aos trabalhadores por todas as fontes - trabalho e outros rendimentos -, a renda média mensal no Brasil ficou em R$ 2.846, crescimento de 7,5% em relação a 2022, e de 0,4% contra 2019, se aproximando do valor máximo da série histórica, em 2014, de R$ 2.850,00.

Levando em conta apenas a remuneração por trabalho, sem outras fontes, o rendimento médio em 2023 chegou a R$ 2.979, 7,2% a mais do que em 2022 e 1,8% se comparado a 2019.

IBGE: Renda domiciliar per capita subiu R$ 49 bi desde a pandemia e atinge recorde

As famílias brasileiras conseguiram em 2023 ultrapassar o patamar de renda perdido durante o período de covid-19 e registrar um novo recorde. Com a retomada da economia e os programas de transferência de renda, a massa de renda domiciliar per capita do brasileiro foi a maior da série histórica e ultrapassou em R$ 49 bilhões o nível registrado em 2019, antes da pandemia. É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2023 - Rendimento de todas as fontes, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A massa de rendimento mensal real domiciliar per capita - soma de toda a remuneração das famílias, do trabalho, de fontes formais e informais, incluindo apoios pagos pelo governo, como bolsas e aposentadoria - totalizou R$ 398,3 bilhões, o que corresponde a aumento de 12,2% frente ao ano anterior e de 9,1% na comparação com 2019. A pesquisa mostra que, tanto pelo trabalho como por outras fontes de renda, 64,9% da população - ou cerca de 140 milhões de pessoas - tinha algum rendimento no ano passado, contra 62,6% em 2022, de uma população total de 215,6 milhões. A ocupação por trabalho subiu para 46% em 2023, contra 44,5% em 2022 e 44,3% em 2019. Também o rendimento por outras fontes avançou no ano passado, para 26%, depois de registrar 24,4% no ano anterior e 23,6% em 2019.

Petz confirma assinatura de MoU com Cobasi para possível combinação de negócios

A Petz confirmou na manhã de ontem, 19, que celebrou nesta sexta-feira, 19, memorando de entendimentos não vinculante (MoU) para a possível combinação de negócios com a Cobasi. A informação foi antecipada pelo Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado).

A proposta para celebrar o MoU já havia sido aprovada em reunião do conselho de administração da última segunda-feira, 15, segundo ata da reunião divulgada nesta sexta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Segundo fato relevante, "com a implementação da operação, a companhia combinada terá uma rede de 483 lojas, e alcançará um faturamento bruto de aproximadamente R$ 6,9 bilhões e um Ebitda ajustado IAS17 de R$ 464 milhões (considerando o ano de 2023)".

A operação implicará na união de duas companhias com modelos de negócios e direcionamentos estratégicos similares, com o fortalecimento da omnicanalidade na plataforma combinada, ganho de escala e potencialização da estratégia comercial.

A relação de troca entre as companhias foi calculada considerando o preço por ação de R$ 7,10 de emissão da companhia, valor 102% maior do que o do fechamento da ação no pregão de ontem.

O memorando prevê ainda que, quando do fechamento da operação, o capital social da sociedade combinada será representado por 50,0% de acionistas da companhia e por 50,0% de acionistas da Cobasi; e uma distribuição em moeda corrente nacional no valor total de R$ 450 milhões para os acionistas da companhia, sujeitos a determinados ajustes.

O MoU também determina que a Petz e a Cobasi se comprometem a negociar de forma exclusiva visando a conclusão da operação, se abstendo de tratar com terceiros quaisquer transações similares à operação.

Produção industrial retoma crescimento e emprego segue em alta, mostra sondagem da CNI

A produção industrial retomou o crescimento em março e o emprego do setor segue em alta. É o que mostra a Sondagem Industrial de março, divulgada ontem, 19, pela CNI. Segundo a pesquisa, grandes e médias empresas industriais recuperaram o ritmo de produção no mês passado e o indicador de evolução da produção chegou a 51,0 pontos, um crescimento de 2,5 pontos em relação a fevereiro, quando o índice estava em 48,5 pontos. O índice de evolução do número de empregados atingiu 50,4 pontos em março e segue dois pontos acima da média para o período do ano, segundo a CNI.

"A indústria começou 2024 com o mercado de trabalho aquecido e as pesquisas mostram que essa tendência continua. Entretanto, apesar das altas na produção e no emprego, a demanda interna ainda é um problema para os empresários industriais", afirma o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

(Foto: EBC)

O índice de evolução do número de empregados atingiu 50,4 pontos em março e segue dois pontos cima da média para o período do ano, segundo a CNI.

Apesar da melhora na indicador de produção, os empresários da indústria demonstraram insatisfação com a situação financeira no início deste ano. O indicador de satisfação caiu 1,6 ponto em relação ao último trimestre de 2023, de 51,1 pontos em fevereiro para 49,4 pontos em março deste ano. Na Sondagem, os indicadores variam de zero a 100 pontos, sendo que resultados abaixo de 50 pontos indicam queda, ou no caso específico de indicação de satisfação, significa que os empresários mudaram a percepção para insatisfação em relação ao lucro.

O índice de evolução do preço de matérias-primas subiu 2 pontos, de 54,8 para 56,8 pontos, em março, indicando uma percepção de alta de preços mais intensa e disseminada. Dessa forma, destaca a CNI, a falta ou alto custo da matéria-prima voltou ao ranking de principais problemas apontados pela indústria. O item ficou em terceira posição entre os obstáculos apontados pelos entrevistados, com 19,6% das respostas. No último trimestre de 2023, essa adversidade estava em sexta posição. O principal item apontado como entrave pela indústria continua sendo a elevada carga tributária, com 35,7% dos apontamentos. Em segundo, segue a demanda interna insuficiente, assinalada por 30,6%.

UCI - A Sondagem mostra que a Utilização da Capacidade de Instalada (UCI) em março se manteve estável em 68%, pelo segundo mês consecutivo. Na comparação com a série histórica, esse porcentual é o esperado para o mês.

Estoques - O levantamento mostrou ainda alta dos estoques na passagem de fevereiro para março. O índice de evolução dos estoques ficou em 50,4 pontos. Mesmo com a alta dos estoques, assina a CNI, eles estão abaixo do nível esperado pela indústria, o que mostra o índice de estoque efetivo em relação ao planejado, que ficou em 49,8 pontos. Segundo os dados da Sondagem, este é o quarto mês consecutivo em que não é registrado excesso de estoque.

Expectativas - A Sondagem mostra que, em abril, os indicadores de expectativa de quantidade exportada, de compras de matérias-primas e de demanda avançaram. Já a expectativa do número de empregados na indústria se manteve estável. O indicador de intenção de investimento chegou a 57,0 pontos este mês, um avanço de 0,5 ponto em relação a março.

IBGE: Desigualdade no mercado de trabalho sobe em 2023 com recuperação dos mais ricos

(Foto: EBC)

A desigualdade no Brasil subiu em 2023 puxada pelo aumento da renda de trabalhadores com nível superior, constatou a Pnad Contínua 2023: Rendimento de todas as fontes, divulgada ontem, 19, pelo IBGE. O rendimento dos 10% mais ricos saltou 10,4%, enquanto a fatia dos 10% com menor rendimento na população teve avanço de 1,8% frente ao ano anterior.

"Em 2023, o décimo da população ocupada com melhores rendimentos teve maior expansão em relação à média, enquanto o décimo da população com menores rendimentos teve o menor crescimento em relação a 2022. Mesmo assim, o Gini continua abaixo do período pré-pandemia", informou o analista do IBGE Gustavo Fontes.

O índice Gini do trabalho - indicador que mede a desigualdade de renda, numa escala de 0 a 1, em que, quanto mais perto de 1 o resultado, maior é a concentração de riqueza -, atingiu 0,494 em 2023, depois de ter caído para 0,486 em 2022, menor índice da série histórica. Em 2019, antes da pandemia, o indicador estava em 0,506.

A região Sul permaneceu com o menor índice, de 0,432, enquanto a região Nordeste apresentou o maior patamar, de 0,509, mantendo-se como a região com a distribuição de rendimentos de trabalho mais desigual no País.

"Principalmente na comparação com 2022, houve uma recuperação do rendimento da população com nível superior completo e dos empregadores. A gente observou que o mercado de trabalho, nesse último ano, de certa forma, favoreceu a população com nível superior completo", explicou Fontes.

Credores aprovam plano que injeta R$ 3,4 bi na Oi e vende últimos ativos relevantes

Os credores da Oi aprovaram o plano de recuperação judicial da companhia que busca solucionar uma dívida de R$ 44,3 bilhões. A proposta contou com o apoio de 79,87% dos credores quirografários (cujas dívidas não têm garantias), detentores de 56,15% do valor da dívida. O resultado veio após quase 14 horas de duração da assembleia geral de credores, que começou pouco depois das 14h da quinta-feira, 18, e seguiu até as 4h da madrugada de ontem, 19, em um hotel na zona oeste do Rio. A tele apresentou a nova versão do plano de recuperação por volta do meio-dia de quinta e, ao longo do dia, apresentou aos poucos 32 documentos anexos que dão suporte ao processo. As sessões tiveram seis interrupções para os credores analisarem os dados. A despeito do ritmo lento, o encontro não teve brigas. A espinha dorsal do plano é a injeção de recursos na Oi para sustentar suas operações até a realização da venda de ativos. Foi acertado um novo financiamento de até US$ 655 milhões, o equivalente a cerca de R$ 3,4 bilhões no câmbio atual. Desse total, os credores financeiros vão colocar US$ 505 milhões, enquanto a empresa de infraestrutura de telecomunicações V.tal, controlada pelo BTG Pactual, aportará de US$ 100 milhões a US$ 150 milhões. Os recursos vão entrar até 15 de julho na tele, com pagamento em 2027. Os credores concordaram em adiantar uma parte desse total, na forma de um empréstimo-ponte cujo novo valor será de US$ 135,8 milhões. Em troca, a Oi apresentou um amplo pacote de garantias. Entram aí a participação minoritária na V.tal; o negócio de banda larga, chamado Oi Fibra; 100% dos recursos líquidos que a Oi espera receber no seu processo de arbitragem contra a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em que pleiteia um total de R$ 60 bilhões; um grupo selecionado de imóveis; e equipamentos operacionais.

Mercado põe em dúvida corte de 0,5 ponto da Selic em maio e já vê redução de 0,25 em junho

O discurso do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ontem, tornou majoritária no mercado a percepção de que aumentou o risco de o Copom não cumprir o forward guidance (orientação) na reunião de maio, embora os cenários oficiais ainda sejam em grande parte de um corte de 0,50 ponto porcentual na ocasião.

O mercado também dissolveu a divisão sobre qual será o comportamento do colegiado no encontro seguinte, em junho, e a expectativa por um corte de 0,25 ponto na reunião tornou-se quase unânime.

Ainda ontem, a ASA Investments revisou a projeção para maio, de um corte de 0,50 ponto para um de 0,25 ponto. A casa atribui a mudança a um cenário externo mais desafiador e à constatação pelo mercado da piora fiscal doméstica.

A economista-chefe da GAP Asset, Anna Reis, também alterou a estimativa para maio. "Houve uma piora do cenário que justificaria atropelar o guidance indicado na última ata", afirma Reis, que cita, entre os fatores da deterioração, o fortalecimento do dólar, a percepção de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) tem menos espaço para cortes e os eventos recentes na conjuntura fiscal doméstica.

"Campos Neto até mencionou que, se o cenário evoluísse melhor até o próximo Copom, em maio, o corte de 0,50 ponto poderia ser mantido, mas temos só três semanas até lá", pondera a economista "Acho improvável uma melhora grande no que temos hoje." Desde a última reunião do Copom, em 20 de março - quando o colegiado já havia alterado o forward guidance, devido ao aumento da incerteza -, o dólar se valorizou mais de 5% em relação ao real, saindo da faixa de R$ 4,97 para cerca de R$ 5,24. No mesmo período, o mercado adiou a expectativa de início do ciclo de cortes pelo Fed, de junho para setembro.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

G7 condena ataque de Irã em Israel e reafirma apoio à segurança israelense, em comunicado

O grupo do G7 divulgou comunicado, após reunião dos ministros de Relações Exteriores em Capri, na Itália, no qual reafirma seu apoio à segurança de Israel e condena o ataque do último fim de semana do Irã contra o solo israelense, qualificando-o como "sem precedentes". A nota oficial, divulgada ontem, 19, não traz referência ao aparente ataque de Israel contra Isfahan, no Irã, ocorrido na última madrugada.

O G7, formado por Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália e Japão, teve reunião de ministros também com a presença do Alto Representante da União Europeia. O grupo qualifica a ação iraniana como "um passo inaceitável para a desestabilização da região e uma maior escalada, que precisa ser evitada". "Nós pedimos a todas as partes, tanto na região quanto fora, que ofereçam sua contribuição positiva para este esforço coletivo" pela paz, diz o texto.

Segundo o G7, o Irã não deve mais fornecer apoio ao Hamas nem tomar mais ações para desestabilizar o Oriente Médio, como apoiar o grupo libanês Hezbollah e outros atores. O comunicado também diz que o fornecimento de armas pelo Irã aos Houthis, do Iêmen, representam violação de resolução da Organização das Nações Unidas e aumentam as tensões. O G7 diz que o regime iraniano será responsabilizado por suas ações e afirma estar pronto para adotar mais sanções ou tomar outras medidas, "agora e em resposta a mais iniciativas desestabilizadoras". O grupo também reitera sua determinação de que o Irã nunca deve desenvolver ou adquirir armas nucleares. Também se diz muito preocupado com relatos de que Teerã avalia transferir mísseis balísticos e tecnologia relacionada para a Rússia. O comunicado condena o "brutal ataque terrorista" do Hamas em Israel em 7 de outubro, e diz que Israel tem o direito de se defender, mas "precisa cumprir totalmente a lei internacional".

(Foto: EBC)

A televisão dos EUA informa que Israel lançou ataques ao Irã na última madrugada.

Israel inicia retaliação ao Irã com ataque a base militar

Israel iniciou na madrugada de ontem, 19, a retaliação ao Irã pelo ataque do sábado, 13, segundo uma fonte com conhecimento do assunto. O movimento agrava o risco de uma guerra entre os dois países.

A ofensiva teve como alvo uma área ao redor de Isfahan, ao sul de Teerã, onde o Irã mantém uma base militar, uma fábrica de drones e instalações nucleares. O país ativou os sistemas de defesa aérea em diversas províncias, após detectar objetos voadores suspeitos.

A agência de notícias estatal IRNA informou não ter registrado quaisquer danos ou explosões em grande escala em qualquer parte do país e que nenhum incidente foi relatado nas instalações nucleares iranianas. Os voos comerciais foram suspensos pelo Irã na noite da quinta-feira, 18, mas retomados na manhã de ontem .Não há informações precisas sobre a extensão ou o impacto da ação israelense, que foi entendida como uma resposta ao ataque do Irã, que envolveu mais de 300 drones e mísseis - a maioria dos artefatos foi abatida pela defesa antiaérea de Israel. A ofensiva iraniana, por sua vez, foi uma resposta a um ataque atribuído a Israel que matou altos oficiais iranianos em Damasco, na Síria.

Israel está sob pressão dos Estados Unidos e da Europa para moderar a resposta ao Irã. Já o governo iraniano fez diversos alertas, nos últimos dias, de que responderia agressivamente a qualquer ataque israelense.

Gripe aviária: OMS expressa preocupação com risco de propagação da doença entre humanos

A Organização Mundial da Saúde (OMS) expressou quinta-feira, 18, preocupação com a propagação do vírus da gripe aviária - o H5N1 - para humanos, uma vez que a taxa de mortalidade tem potencial de ser "extremamente alta" neste grupo Por nota, a entidade destacou que nenhuma transmissão de H5N1 entre humanos foi confirmada até o momento, mas o contínuo aumento de casos em mamíferos acende o alerta.

"A grande preocupação, é claro, é que ao infectar não só patos e galinhas - mas agora cada vez mais mamíferos - esse vírus evolua e desenvolva a capacidade de infectar humanos e, criticamente, evolua para a transmissão de humano para humano", disse o cientista chefe da OMS, Jeremy Farrar.

Sobre o surto da doença entre vacas leiteiras nos Estados Unidos, o cientista da OMS apelou por monitorização e investigações mais estreitas por parte das autoridades de saúde pública, "porque pode evoluir para se transmitir de formas diferentes". "Penso que temos de garantir que, se o H5N1 chegar aos seres humanos através da transmissão entre humanos, estaremos em posição de responder imediatamente com acesso equitativo a vacinas, terapêuticas e diagnósticos", disse.

Milei pede à Otan parceria especial com Argentina

(Foto: EBC)

O governo de Milei foi alvo de críticas no início da semana por ter montado um comitê de crise para discutir o conflito entre Irã e Israel - um exagero, segundo comentaristas argentinos.

Luis Petri, ministro da Defesa do governo de Javier Milei, anunciou quinta-feira, 18, que enviou uma carta à Otan solicitando que a Argentina se torne "parceira global" da aliança militar liderada pelos EUA. "Continuaremos a trabalhar na recuperação de vínculos que nos permitirão modernizar e treinar nossas forças de acordo com os padrões da Otan", escreveu Petri em sua conta no X (ex-Twitter), após reunião com Mircea Geoana, vice-secretário-geral da organização.

O pedido argentino foi protocolado dias depois de o ministro da Defesa firmar um acordo para a compra de 24 caças F-16 da Dinamarca. O valor do contrato é de US$ 300 milhões (R$ 1,5 bilhão). Para Petri, os aviões servirão para o país "ter uma resposta imediata diante de qualquer ameaça".

O governo de Milei foi alvo de críticas no início da semana por ter montado um comitê de crise para discutir o conflito entre Irã e Israel - um exagero, segundo comentaristas argentinos. Mas Petri não participou das reuniões. Em vez disso, ele foi para Bruxelas tentar barganhar um lugar para a Argentina como sócio estratégico da aliança.

Status - A Otan tem 32 membros - após a adesão recente de Suécia e Finlândia. Além deles, a aliança cultiva parcerias globais com outras organizações internacionais e cerca de 40 países, para fortalecer a segurança fora do Atlântico Norte. Entre os sócios estão Austrália, Japão, Coreia do Sul, Paquistão, Emirados Árabes, Bahrein, Qatar e Israel. Na América Latina, apenas a Colômbia mantém esse status. Na prática, a parceria significa cooperação em desafios globais em diversos setores, desde o combate ao terrorismo até as mudanças climáticas. Os sócios também podem receber ajuda para desenvolver suas instituições e forças de defesa, participar de missões de paz, além de exercícios e treinamentos militares.

Caças - De acordo com Petri, a Argentina pretende cooperar com a Otan em temas como ciberdefesa, na luta contra a desinformação e em segurança marítima. O pedido argentino foi protocolado dias depois de o ministro da Defesa firmar um acordo para a compra de 24 caças F-16 da Dinamarca.

G7 mostra estar muito preocupados com retórica e ações nucleares irresponsáveis da Rússia;

O G7 está muito preocupado com a contínua guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e com a sua retórica e ações nucleares irresponsáveis, bem como com o avanço contínuo da Coreia do Norte e do Irã nos programas de mísseis nucleares e balísticos. Em comunicado emitido após reunião de ministros das Relações Exteriores do grupo, a visão é de que "estes desenvolvimentos colocam sérios desafios à paz e à segurança internacionais e exigem a nossa determinação unida na defesa dos regimes globais de desarmamento e de não-proliferação". Além disso, o G& condena nos termos mais veementes a crescente cooperação militar entre a Coreia do Norte e a Rússia, incluindo a exportação pela Coreia do Norte e a aquisição de mísseis balísticos norte-coreanos pela Rússia, bem como a utilização destes mísseis pela Rússia contra a Ucrânia.

"Estamos também profundamente preocupados com a possibilidade de qualquer transferência de tecnologia relacionada com mísseis nucleares ou balísticos para a Coreia do Norte. Reiteramos o nosso compromisso de combater a evasão de sanções e reforçar a aplicação", afirma o grupo.

Zelenski diz que encontro de Lula com Putin seria grande erro: 'Temos que isolá-lo'

O presidente da Ucrânia, Volodymir Zelenski, disse que seria um grande erro o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrar com pessoalmente com Vladimir Putin na Cúpula do Brics, que este ano tem como sede a cidade de Kazan, na Rússia, e está marcada para outubro.

Zelenski foi questionado sobre o possível encontro ao conceder entrevista a jornalistas brasileiros em Kiev. "Seria um grande erro porque nós temos que isolar Putin politicamente. Ele precisa sentir que cometeu erros históricos ao atacar a Ucrânia e iniciar a guerra. E quando um líder se reúne com ele, dá legitimidade (a Putin). Acho que isso é um grande erro", disse em trecho divulgado pela CNN.

Embora a agenda oficial para outubro ainda não tenha sido divulgada, o petista confirmou presença na Cúpula do Brics ao ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, que esteve no Brasil em fevereiro para reunião do G-20.

Lula também sugeriu que Vladimir Putin poderia visitar o Brasil para a Cúpula do G-20 sem medo de ser detido, embora seja alvo de um mandado de prisão do Tribunal Penal Internacional, do qual o Brasil faz parte. O governo tem endossado a tese de que Putin teria imunidade por ser chefe de Estado. Durante a entrevista, Zelenski disse que não visitou o Brasil porque não foi convidado. Ele reforçou que gostaria de receber Lula na Ucrânia e convidou o petista para participar da Cúpula da Paz, que será realizada em junho, na Suíça, a pedido do presidente ucraniano.

Apesar de considerar um erro a proximidade com a Rússia, Zelenski afirmou que a relação com o governo Lula melhorou depois do encontro às margens da Assembleia-Geral da ONU no ano passado em Nova York.

(Foto: EBC)

G7 se pronuncia sobre crise política, econômica e humanitária na Venezuela

O G7 está profundamente preocupado com a atual crise política, econômica e humanitária na Venezuela. Em comunicado publicado após reunião de ministros das Relações Exteriores do grupo, há o apelo à Venezuela para que implemente rapidamente os Acordos de Barbados de Outubro de 2023, com especial atenção às garantias eleitorais, e ao envio de missões internacionais de observação eleitoral, a fim de garantir eleições livres e justas.

"Estamos profundamente preocupados com as recentes decisões de impedir os membros da oposição de exercerem os seus direitos políticos fundamentais e com a contínua detenção e perseguição de membros da oposição. Apelamos à libertação imediata dos presos políticos ainda detidos", aponta o documento. "Acompanhamos de perto a evolução entre a Venezuela e a Guiana na região de Essequibo e exigimos que a Venezuela se abstenha de iniciativas desestabilizadoras. A questão deve ser resolvida em conformidade com o direito internacional", diz o G7.

Homem é detido após operação policial no consulado iraniano em Paris

A polícia anunciou na última sexta-feira que deteve um homem no consulado iraniano em Paris depois de responder a um relato de um suspeito possivelmente carregando uma granada e um colete de explosivos, mas não confirmou imediatamente a descoberta de quaisquer armas.

Um oficial da polícia de Paris disse à Associated Press que os policiais estavam verificando a identidade do homem e tentando determinar se ele tinha armas.

O funcionário disse que o homem foi localizado por volta das 11h (06h00, horário de Brasília) de sexta-feira e que a polícia lançou uma operação especial assim que foi alertada. Os motivos do homem não ficaram imediatamente claros. Nenhuma explosão foi relatada, disse o funcionário.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Professor é preso por apologia ao nazismo em Curitiba

A Polícia Civil do Paraná deflagrou uma operação para cumpriu três mandados de busca e apreensão em endereços ligados a um professor, de 48 anos, em Curitiba suspeito de apologia ao nazismo. A ação ocorreu nesta quinta-feira, 18, de acordo com as investigações, o homem dá aulas em dois colégios estaduais em Pinhais, região metropolitana da capital paranaense.

Ele foi afastado das funções e está impedido de publicar em redes sociais pela Justiça. A operação se baseou em informações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que identificou o suspeito em meio ao acompanhamento de grupos extremistas atuantes no Paraná.

As publicações faziam apologia ao nazismo, difundiam o antissemitismo e estimulavam o negacionismo do Holocausto. O nome do detido não foi divulgado pelas autoridades. "Devido à constatação do risco potencial representado pelo professor, a Abin recorreu à Polícia Civil do Paraná, a quem repassou as informações indiciárias que basearam a investigação que conduziu à ação desta quinta-feira", disse a agência, em nota.

Durante as buscas, os policiais apreenderam um celular e diversos pen-drives. As investigações, que já duravam dois meses até a apreensão do suspeito, seguem em andamento com a Polícia Civil.

Casos de febre oropouche disparam no Brasil; conheça a doença

O número de casos de febre oropouche quadruplicaram no Brasil. Enquanto em 2023 foram registrados 832 casos da doença, o Ministério da Saúde (MS) contabilizou 3.354 apenas nas quinze primeiras semanas de 2024.

Do total deste ano, 2.538 dos casos são em residentes dos Amazonas, seguidos por Rondônia (574), Acre (108), Pará (29) e Roraima (18). Fora da região Norte, Bahia (31), Mato Grosso (11), São Paulo (7) e Rio de Janeiro (6) foram os Estados com maior número de registros da doença.

De acordo com o MS, a descentralização do diagnóstico laboratorial para detecção do vírus nos Estados da região amazônica, onde a febre é considerada endêmica, é o principal motivo por trás do aumento no número de casos. A situação, contudo, é mais complexa. Enquanto locais da Amazônia têm maior disponibilidade de exames, há outras regiões do Brasil sem possibilidade de detecção, o que sugere que o número de casos de febre oropouche seja muito superior ao registrado. Além disso, outro fator que colabora com a subnotificação é a semelhança entre os sintomas da oropouche com a dengue. Além de serem arboviroses - grupo de doenças virais transmitidas principalmente por artrópodes, como mosquitos e carrapatos -, os dois quadros costumam causar dor de cabeça, nos músculos e articulações, além de náusea e diarreia.

Na análise da infectologista do Hospital Israelita Albert Einstein, Emy Gouveia, o ritmo atípico da febre oropouche, assim como de dengue, também pode ser associado ao fenômeno El Niño e às mudanças climáticas, que resultam em temperaturas elevadas e chuvas irregulares, condições ideais para a reprodução dos mosquitos transmissores e, consequentemente, disseminação da doença.

O que é a febre oropouche?

Como o nome sugere, a febre oropouche é uma doença causada pelo vírus oropouche. Transmitido aos seres humanos principalmente pela picada do Culicoides paraensis, conhecido como maruim ou mosquito-pólvora, esse vírus foi detectado no Brasil na década de 1960 a partir de amostra de sangue de um bicho-preguiça capturado durante a construção da rodovia Belém-Brasília.

Defesa de Bolsonaro pede suspeição de Zanin para julgar recurso contra inelegibilidade

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu que o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), seja declarado suspeito ou impedido para julgar um recurso contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que declarou a inelegibilidade de Bolsonaro por oito anos. O motivo da condenação foi a reunião realizada pelo então presidente com embaixadores para atacar a legitimidade das urnas eletrônicas.

Na petição, os advogados argumentam que, enquanto advogado, Zanin ajuizou ação no TSE que versava sobre os mesmos fatos que levaram à inelegibilidade do ex-presidente. Para a defesa, naquela ocasião, Zanin "formalizou sua convicção profissional quanto à ilegalidade da conduta entabulada por Jair Messias Bolsonaro, na condição de presidente da República".

"Noutro giro, muito se noticiou na mídia acerca da relação de amizade do relator com o atual presidente da República, íntima e longeva, revelada pelo próprio presidente Lula, por ocasião de sua indicação à cadeira no STF", acrescentam os advogados no pedido.

Uso de ChatGPT no ensino exige cuidado, alerta especialista

A utilização da inteligência artificial na elaboração de materiais didáticos, como pretende fazer o governo do estado de São Paulo, demanda cuidados e não pode deslocar os professores do papel central na educação. A avaliação é de Ana Altenfelder, presidente do Conselho de Administração do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), organização da sociedade civil que promove a equidade e qualidade na educação pública brasileira.

"A inteligência artificial pode ajudar a planejar, a fazer a gestão da aprendizagem. Isso eu acredito que potencialmente pode acontecer. Mas é alguma coisa muito nova que precisa ser investigada, ser pesquisada. E o que nós não podemos esquecer, de jeito nenhum, é o papel central do professor", destaca a pesquisadora.

A Secretaria de Educação do estado anunciou nesta semana que planeja implementar um projeto-piloto para incluir a inteligência artificial como uma das etapas do processo de "atualização e aprimoramento de aulas" digitais do terceiro bimestre dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

"Acho que muitas vezes comete-se um equívoco, imaginando que o professor é um simples aplicador de material didático. Nesse sentido, a decisão da

(Foto: EBC)

Secretaria Estadual de Educação causa preocupação pelo histórico. Nós temos visto várias decisões, projetos, propostas da Secretaria de Educação de São Paulo que não consideram o papel fundamental do professor", ressalta Altenfelder.

Ela cita a decisão da secretaria, tomada no ano passado e criticada pelos professores, de substituir os livros didáticos físicos do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), oferecido pelo Ministério da Educação, por materiais digitais, como a exibição de slides aos alunos. Após o protesto dos docentes e a repercussão negativa da medida, a secretaria recuou e manteve os livros físicos nas salas de aula.

"Eram materiais que foram feitos sem nenhuma qualidade, em detrimento dos livros didáticos que estão aí há muitos anos, que é um programa nacional, que tem um trabalho contínuo, elaborado e analisado por especialistas, professores, e que são de qualidade", disse a pesquisadora.

Uso gradativo - Altenfelder chamou a atenção ainda para os cuidados que devem ser tomados no processo de implantação da inteligência artificial no ensino. Segundo ela, o correto seria passar a utilizar a tecnologia, como o ChatGPT, gradativamente.

"Quando houve esse movimento dos slides, foi na rede inteira de ensino e foi de uma vez só, sem um período de teste, sem um período de experimentação. Nós sabemos que toda estratégia, toda política pública precisa de um tempo para ser aplicada, observada, e os rumos serem corrigidos".

IA da Microsoft dá 'vida' a fotos estáticas de humanos em tempo real

Uma equipe de pesquisadores da Microsoft Research Lab, em Pequim, na China, apresentou o VASA-1, um novo modelo de inteligência artificial (IA) capaz de gerar vídeos realistas em tempo real de rostos humanos a partir de uma única foto e clipe de áudio. O resultado são vídeos curtos que dão à imagem estática movimentos, expressões faciais e sincronia labial extremamente convincentes, capazes de enganar um espectador menos atento. A tecnologia também é capaz de animar imagens artísticas, como personagens fictícios e obras de arte, além de gerar falas em qualquer idioma e até mesmo cantorias. Para a geração de fala, é preciso incluir um clipe de áudio da voz desejada (que pode ser do indivíduo da foto ou não).

A ferramenta também dá ao usuário controle de expressões faciais, direção do olhar, distância da cabeça, ângulo da câmera e outros ajustes granulares. Tudo isso pode ser manipulado em tempo real, como se fosse a tela de criação de personagem de um videogame. Os vídeos gerados possuem resolução de 512x512 pixels e alcançam até 40 quadros por segundo.

Vacina da Dengue: veja quais Estados têm doses para vencer e vão ampliar público-alvo

O Ministério da Saúde (MS) emitiu uma recomendação, quarta-feira, 17, para que Estados e municípios ampliem o grupo-alvo para a vacina contra a dengue caso tenham doses que vencem no dia 30 de abril.

Atualmente, a vacina é destinada ao público de 10 a 14 anos de algumas localidades, porém, a pasta sugere que, se houver risco de perda das doses, as autoridades de saúde podem administrá-las em pessoas de 6 a 16 anos.

Segundo a nota técnica, caso a ampliação ainda não seja suficiente para dar conta do estoque de vacinas a vencer, os municípios poderão vacinar pessoas de 4 a 59 anos. Essa faixa etária está prevista na bula da vacina da dengue.

De acordo com informações do MS, pelo menos dez Estados brasileiros têm doses com data de validade até 30 de abril e estão planejando o remanejamento dessas doses. São eles: Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Embora o Ministério da Saúde não tenha fornecido detalhes sobre a quantidade de doses disponíveis nesses locais, foram divulgadas as novas faixas etárias que poderão receber o imunizante em algumas dessas unidades da federação:

- Amazonas: 10-59
- Bahia: 6 a 16
- Distrito Federal: 6 a 16
- Goiás: 4 a 59
- Maranhão: 6 a 16
- Paraíba: 6 a 16
- Rio Grande do Norte: 6 a 16
- São Paulo: 6 a 16

São Paulo - De acordo com o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) do Estado de São Paulo, a região está adotando a recomendação do Ministério da Saúde para ampliar a vacinação, começando pelo grupo etário de 6 a 16 anos nos municípios que possuem doses com validade até 30 de abril.

Dependendo da quantidade de doses disponíveis, a estratégia poderá ser estendida para incluir indivíduos de 4 a 59 anos. O CVE não forneceu informações detalhadas sobre a situação em cada município paulista.

Google e Ministério da saúde fecham parceria com foco em vacinação; confira

Na quinta-feira, 18, o Google e o Ministério da Saúde anunciaram uma nova parceria com o objetivo de aprimorar as informações sobre Unidades Básicas de Saúde (UBSs) disponíveis na plataforma. Para isso, a pasta irá fornecer dados atualizados de 40 mil UBS, incluindo localização, horário de funcionamento, contato e um link direcionando ao Calendário Nacional de Vacinação.

Na prática, ao buscar no Google Maps ou no Buscas coisas como "postos de saúde próximos a mim" ou "vacinação perto de mim", os usuários terão acesso às principais informações dos postos de saúde mais próximos, além de serem conectados ao link para o Calendário Nacional de Vacinação.

Segundo as instituições, a primeira fase da iniciativa foi lançada no ano passado, durante o Google for Brasil, evento do Google realizado no País.

A expectativa, de acordo com Google e o Ministério da Saúde, é que a parceria contribua para a adesão da população às campanhas de vacinação, revertendo a queda das coberturas vacinais registradas nos últimos anos. Ainda, em nota, ao citar o desenvolvimento da Estratégia de Saúde Digital para o Brasil até 2028 (ESD28), as instituições disseram que a "avaliação e o monitoramento de dados são partes fundamentais do trabalho de recuperação das coberturas vacinais, para que o cidadão esteja empoderado de informações oficiais e possa tomar decisões de autocuidado".

Vale destacar também que, segundo o Google Trends, o Brasil é o terceiro país do mundo que mais faz buscas no Google relacionadas à saúde e o sétimo em interesse por vacinação, desde 2004.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Nunes processa Boulos por dizer que prefeito 'rouba e faz esquemas na prefeitura de SP'

(Foto: EBC)

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), entrou na Justiça com pedido de danos morais contra o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) depois de o parlamentar dizer que o atual chefe do Poder Executivo paulistano rouba e faz esquemas na Prefeitura de São Paulo. A declaração foi dada durante entrevista ao podcast Inteligência Ltda, no último dia 8. Nunes pede R$ 50 mil de reparação. O Estadão procurou Boulos, por meio de sua assessoria, e aguarda posicionamento.

Durante a entrevista, Boulos respondia sobre a tramitação no Congresso Nacional do projeto que proíbe as "saidinhas" de presos em regime semiaberto. "Então, assim, é lógico que quem cometeu crime, ainda mais um crime violento: roubou, matou, estuprou, tem que ir para cadeia, como diz a lei.

Aliás, isso não é cumprido com muita gente, a começar por algumas pessoas, como o prefeito de São Paulo, que tem roubos claros e está aí, segue governando", citou Boulos, segundo trecho da petição inicial protocolada pelos advogados de Nunes.

Os advogados do prefeito afirmaram no documento que ficou claro para todos que Boulos "declarou para milhões de pessoas que Ricardo Nunes rouba na Prefeitura de São Paulo. E a circunstância agravou a ofensa. O réu estava tratando de criminosos que mereciam cadeia e, neste contexto, disse que o autor comete crime como prefeito".

Em outro trecho, Boulos diz que Nunes fez esquema com empreiteiras na prefeitura paulistana. "O mesmo Ricardo Nunes que fazia esquema com creche, quando era vereador, é o que faz esquema com empreiteira de obra emergencial quando virou prefeito. Não mudou nada. Não amadureceu nada. Não cresceu nada. Só tornou a sua ação mais prejudicial para São Paulo", citou o deputado federal.

Para os advogados que representam Nunes, Amilcar Luiz Tobias Ribeiro e Ricardo Penteado de Freitas Borges, não há problema em criticar uma pessoa pública, mas não cabe imputação de crimes. "Mesmo em sistemas jurídicos generosos em relação à liberdade de expressão, que admitem a imputação a figuras públicas de atos ofensivos, que toleram a associação a sexualidade explícita, atos desonrosos, condutas contra os costumes ou injúrias envolvendo entes queridos, não se admite a imputação falsa de delito. Assim é que mesmo onde se admite injúria e difamação contra figuras públicas, não se admite a calúnia", afirmaram na inicial.

Rodovias federais terão pontos de descanso para motoristas

(Foto: EBC)

De acordo com o Ministério dos Transportes, além de garantir as condições adequadas de repouso para os profissionais, a medida busca ampliar a segurança e reduzir o número de acidentes nas rodovias federais.

A nova Política Nacional de Implantação de Pontos de Parada e Descanso (PPD) em estradas federais prevê a oferta do serviço a partir de 2025. Instalações com infraestrutura para atender motoristas em viagem serão obrigatórias nos contratos e projetos de concessão das rodovias.

De acordo com o Ministério dos Transportes, além de garantir as condições adequadas de repouso para os profissionais, a medida busca ampliar a segurança e reduzir o número de acidentes nas rodovias federais.

Segundo a Confederação Nacional do Transporte, até 2023 já existiam 155 paradas em funcionamento nas rodovias federais, sendo 108 em estradas administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e apenas 47 naquelas concedidas à iniciativa privada.

Com a política criada pelo governo por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (19), a Lei do Motorista (nº 13.103/2015) foi regulamentada e as mudanças começam a vigorar em 2 de maio.

Pelas regras, todo contrato de concessão de rodovia sob gestão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deverá garantir a operação de, pelo menos, um ponto de parada e descanso funcionando no próximo ano. O serviço já deverá constar em novos projetos de concessão, com início do funcionamento até o terceiro ano de atuação da concessionária.

Para as estradas geridas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) foi determinado um estudo para identificar pontos que necessitem receber o serviço, com prioridade para os corredores logísticos, onde o tráfico de veículos comerciais é maior.

Ministra defende maior participação indígena nas políticas públicas

(Foto: EBC)

Na sexta-feira (19), foi lembrado o Dia dos Povos Indígenas.

O futuro dos povos originários brasileiros é um campo de disputas e possibilidades, marcado por contradições.

Essa é a principal conclusão da série de entrevistas com intelectuais, lideranças e ativistas indígenas que a Agência Brasil publicou esta semana, por ocasião do Dia dos Povos Indígenas, lembrado ontem (19).

"Estamos em um momento de protagonismo dos povos indígenas [...], mas, de fato, temos uma questão estrutural, problemas históricos, resultado do abandono, do descaso do Poder Público", reconhece a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara.

O número de pessoas que se autodeclaram indígenas cresceu no país quase seis vezes entre 1991 e 2022, período em que representantes de diferentes etnias passaram a ocupar espaços e posições antes inacessíveis e a presença de estudantes indígenas em cursos de graduação e pós-graduação se tornou comum – graças, principalmente, à implementação de uma política nacional de cotas. No entanto, mazelas seculares, como a violência, a discriminação, as violações aos territórios tradicionais e aos direitos básicos e a precariedade da assistência à saúde e da educação indígena seguem alimentando crises humanitárias como as que vitimam os yanomami, na Amazônia, e os guarani e kaiowá, no Mato Grosso do Sul, entre outros povos.

"Temos que consolidar a participação indígena nos espaços onde as políticas públicas são pensadas, decididas e executadas", propõe Sonia, para quem o reconhecimento da importância da contribuição dada pelas 305 etnias indígenas identificadas no Brasil, bem como o respeito a seus direitos, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Como Minas descobriu plano de executar policial penal e prendeu 116 suspeitos de integrar o PCC

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Organizado (Gaeco) de Uberlândia, em Minas Gerais, cumpriu 116 mandados de prisão preventiva contra integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) quinta-feira, 18, além de 11 mandados de busca e apreensão, também contra membros do grupo criminoso.

A operação focou nas cidades mineiras de Uberlândia, Tupaciaguara e Ituiutaba (Triângulo Mineiro) e presídios de Minas e São Paulo. Os alvos são acusados de organização criminosa, associação para o tráfico e tráfico ilícito de entorpecentes e ingresso de aparelhos celulares no sistema prisional.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) explica que as investigações do Gaeco começaram depois que foi descoberto que membros do PCC, encarcerados no Presídio Professor Jacy de Assis, em Uberlândia, do interior da ALA E, teriam recebido remessa de drogas e aparelhos celulares (facilitado pelo não funcionamento de um equipamento de escaneamento corporal) e planejado a execução de um Policial Penal.

Após uma incursão nas celas da ala violada, chamada de "Pavilhão do PCC", os agentes tiveram acesso a aparelhos celulares de presos faccionados e anotações com informações sobre integrantes do grupo criminoso e detalhes que puderam dar mais detalhes de como a facção atua dentro do presídio.

Como surgiu o cupuaçu? Estudo da USP revela efeito da domesticação pelos indígenas da Amazônia

Indígenas da Amazônia iniciaram a domesticação da planta cupuaçu (Theobroma grandiflorum) ocorreu muito antes do estimado, entre 8 mil e 5 mil anos atrás, segundo pesquisa da Universidade de São Paulo (USP). A espécie surgiu na Bacia do Rio Negro, mas sua disseminação nos arredores da ocupação humana aconteceu nos últimos dois séculos.

Por meio de testes genéticos, estudiosos conseguiram identificar que o surgimento do cupuaçu teve muito mais interferência humana do que o esperado. Nas análises genômicas, eles constataram que a planta passou por grande cargas de mutação e perda de diversidade genética. O estudo foi publicado na revista da Communications Earth & Environment em novembro de 2023.

O autor do estudo e pós-doutor em biodiversidade genômica, Matheus Colli-Silva diz que o teste genético foi necessário porque as evidências arqueológicas e históricas eram "limitadas, inconclusivas ou conflitantes, nunca demonstrando claramente se a planta era selvagem ou domesticada".

Há 12 mil anos, a Amazônia é palco para o nascimento de diversas plantas a partir da escolha dos seres humanos de características que mais interessavam a eles. Na Bacia do Rio Negro, as primeiras ocupações humanas ocorreram em 8,5 mil anos antes de Cristo. A população local pertencia a, pelo menos, 20 grupo étnicos diferentes e falava idiomas de três famílias linguísticas diferentes: Arawak, Tukano e Makú.

Algumas espécies de plantas sofreram poucas modificações via seleção artificial, como o cacau, o açaí e o guaraná. Outras tiveram maior influência humana e obtiveram diferenças maiores em comparação com as selvagens que lhe deram origem.

O abacaxi (Ananas comosus), por exemplo, foi selecionado para oferecer apenas uma grande fruta. Outras plantas amazônicas que sofreram domesticação em diferentes graus são mandioca, castanha-do-pará e cacau, que é parente do cupuaçu.

Um em cada cinco lares recebia benefício do Bolsa Família em 2023

De todas as famílias brasileiras, 19% receberam o benefício do Bolsa Família em 2023, o que representa praticamente um em cada cinco domicílios. É a maior proporção já registrada e significa 14,7 milhões de lares. Os dados fazem parte de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada ontem (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A série histórica do IBGE começa em 2012, quando a proporção de domicílios com algum beneficiário do programa Bolsa Família era 16,6%. Em 2019, último anos antes da eclosão da pandemia de covid-19, o indicador era 14,3%.

O levantamento aponta também que, em 2023, 4,2% dos domicílios tinham alguma pessoa que recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC, um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade), e 1,4% recebia algum outro programa social.

Pandemia - O IBGE traça que com o agravamento da pandemia, que forçou a interrupção de atividades econômicas e aumento do desemprego, parte dos beneficiários passou a receber o Auxílio Emergencial, criado especialmente para mitigar efeitos econômicos e sociais da crise sanitária.

Com isso, a proporção de lares recebendo o Bolsa Família caiu pela metade, chegando a 7,2% em 2020. No entanto, cresceu a proporção de famílias que recebiam recursos de algum outro programa, como o Auxílio Emergencial. A proporção desses outros programas, que era de 0,7% em 2019, saltou para 23,7% em 2020.

Índice de Confiança do Empresário Industrial aponta queda

Segundo dados divulgados pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), a confiança do setor registrou uma queda de 1,3 ponto em abril de 2024, atingindo a marca de 51,5 pontos. Esse índice, que varia de 0 a 100, aponta a percepção dos empresários sobre as condições econômicas, sendo valores acima de 50 pontos indicativos de confiança, e abaixo, de falta de confiança. O relatório mostra que apesar da redução, a indústria mantém-se confiante, pois o ICEI permanece acima da linha divisória dos 50 pontos. No entanto, a publicação afirma que o resultado de abril reflete um recuo em relação ao mês anterior, evidenciando uma diminuição da confiança.

O estudo divulgado ainda aponta que os componentes do ICEI, que analisam tanto as condições atuais quanto às expectativas futuras, apresentaram uma queda em abril. O Índice de Condições Atuais, que mede a percepção dos empresários sobre a situação econômica atual, registrou uma redução de 1,8 ponto, alcançando 45,7 pontos, permanecendo abaixo da linha divisória de 50 pontos. Já o Índice de Expectativas, que avalia as perspectivas para os próximos seis meses, registrou uma queda de 1,0 ponto, chegando a 54,4 pontos. Apesar da redução, esse índice ainda indica expectativas positivas para o futuro, embora em um nível inferior ao registrado anteriormente.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação

CNPJ nº 97.528.044/0001-20

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023, permanecendo à disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 11 de abril de 2024 **A Administração**

Demonstrações Contábeis - Exercício social findo em 31/12/2023 - Em reais

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.200.175	1.406.372
Contas a receber	5	4.056.502	4.643.993
Adiantamentos		1.082.080	972.429
Impostos a compensar	6	726.807	424.461
Estoques	7	890.011	829.540
Tributos diferidos	8	1.077.701	577.332
Partes relacionadas	9	7.517.307	5.512.686
Outros ativos		208.488	187.187
		17.759.071	14.554.000
Não circulante			
Carta de crédito	10	2.538.909	2.053.859
Bloqueio judicial		118.328	51.600
Depósito judicial		197.740	197.740
Outros valores a receber	11	3.186.040	3.186.040
Investimentos	12	900.823	771.895
Imobilizado	13	18.759.318	26.779.818
		25.701.158	33.040.952
Total do ativo		43.460.229	47.594.952

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	12.079.577	12.667.687
Fornecedores		877.927	1.028.760
Obrigações trabalhistas	14	7.135.504	6.456.465
Obrigações fiscais	15	798.695	812.107
Adiantamento de terceiros		19.350	-
Parcelamentos de impostos	17	207.664	239.773
Acordos a pagar		536.312	628.661
Outras contas a pagar		193.588	297.615
		21.848.617	22.131.068
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	11.833.301	14.264.813
Parcelamento de impostos	17	1.048.977	1.451.969
Provisão para demandas judiciais	18	79.061	-
		12.961.339	15.716.782
Patrimônio líquido			
Capital social	19	7.477.925	7.477.925
Reserva de capital		2.787.785	2.787.785
Reserva legal		174.434	174.434
Reserva de lucros		945	945
Prejuízos acumulados		(1.790.816)	(693.987)
		8.650.273	9.747.102
Total do passivo e patrimônio líquido		43.460.229	47.594.952

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social		Reserva de	Reservas de lucros		Prejuízos	
	Capital subscrito	Capital a integralizar	capital	Reserva legal	Reserva de lucros	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.000.000	(920.330)	-	174.434	2.000.945	-	9.255.049
Reversão do capital a integralizar	(920.330)	920.330	-	-	-	-	-
Subscrição de ações	398.255	-	-	-	-	-	398.255
Prêmio na emissão de ações	-	-	2.787.785	-	-	-	2.787.785
Distribuição de lucro	-	-	-	-	(2.000.000)	-	(2.000.000)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(693.987)	(693.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.477.925	-	2.787.785	174.434	945	(693.987)	9.747.102
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.096.829)	(1.096.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.477.925	-	2.787.785	174.434	945	(1.790.816)	8.650.273

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultados

	Nota	2023	2022
Receita bruta			
De serviços		100.953.308	98.870.224
(-) Deduções da receita bruta			
Impostos sobre faturamento		(2.019.066)	(1.976.605)
Receita líquida		98.934.242	96.893.619
(-) Custo de serviços prestados		(80.820.649)	(80.942.973)
Lucro bruto		18.113.593	15.950.646
Receitas (despesas) operacionais			
Com pessoal		(7.955.083)	(7.568.720)
Administrativas		(6.443.237)	(6.740.798)
Serviços de terceiros		(2.065.945)	(1.578.314)
Taxas		(156.461)	(173.916)
Outras receitas		665.000	2.578.907
Outras despesas		(456.989)	(278.263)
		(16.412.715)	(13.761.104)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.700.878	2.189.542
Receitas financeiras		184.376	115.122
Despesas financeiras		(3.482.452)	(3.342.987)
Prejuízo antes dos impostos		(1.597.198)	(1.038.323)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	500.369	344.336
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(1.096.829)	(693.987)
Ações do capital integralizado, na data do balanço		7.477.925	7.477.925
Prejuízo líquido por ação (em R$)		(0,14668)	(0,09280)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de resultados abrangentes

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(1.096.829)	(693.987)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(1.096.829)	(693.987)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2023	2022
Fluxo de caixa originado de atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.096.829)	(693.987)
Ajustes por:		
Depreciação	9.115.751	10.221.157
Provisão para contingências	79.061	-
Resultado na venda do imobilizado	(665.000)	(1.506.000)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	587.491	988.900
Adiantamento	(109.651)	(954.761)
Impostos a recuperar	(302.346)	(394.566)
Estoque	(60.471)	(114.362)
Tributos diferidos	(500.369)	(344.336)
Outros ativos	(21.301)	722.485
Carta de crédito	(485.050)	(563.530)
Bloqueio judicial	(66.728)	5.825
Depósito judicial	-	(32.970)
Outros valores a receber	-	(3.186.040)
Fornecedores	(150.833)	(711.538)
Obrigações trabalhistas	679.039	1.504.513
Obrigações fiscais	(13.412)	144.475
Adiantamento de terceiros	19.350	-
Acordos a pagar	(92.349)	628.661
Parcelamentos de impostos	(435.101)	(443.035)
Outras contas a pagar	(104.027)	(26.238)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	6.377.225	5.244.653
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em terminais	(128.928)	(493.658)
Aquisição do ativo imobilizado	(1.095.251)	(10.238.740)
Receita com vendas de imobilizado	665.000	1.506.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(559.179)	(9.226.398)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	11.336.862	12.853.457
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(14.356.484)	(11.638.138)
Distribuição de lucro	-	(2.000.000)
Emissão e subscrição de ações	-	3.186.040
Partes relacionadas	(2.004.621)	350.082
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(5.024.243)	2.751.441
Aumento (redução), líquido, do caixa e equivalentes de caixa	793.803	(1.230.304)
No início do exercício	1.406.372	2.636.676
No final do exercício	2.200.175	1.406.372
Aumento (redução), líquido, do caixa e equivalentes de caixa	793.803	(1.230.304)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31/12/2023

1. Contexto operacional: A Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (denominada de "Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, fundada em 25 de maio de 2011, é uma sociedade anônima fechada, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Em 1 de agosto de 2017, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo a alteração de endereço da Companhia para a Rua Marco Giannini, 533, Jardim Gilda Maria, São Paulo - SP, CEP 05550-000. Em 24 de maio de 2019, foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D13 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2018/0003187-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7 de janeiro de 2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 64/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D13 em caráter emergencial e a título precário de delegação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 28 de julho de 2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 6 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês. E, em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delegação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, na Cidade de São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D13, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender as necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia de informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisição, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessária (hardware e software) para processamento, armazenagem, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e aquisição de dados que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015. **2. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Base de elaboração e apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas, julgamentos e premissas, o que exige da Administração julgamento para aplicação das práticas contábeis da Companhia. Essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou ainda as áreas nas quais as premissas e estimativas são relevantes para preparação das demonstrações contábeis. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **d. Demonstração de resultados abrangentes;** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **e. Julgamentos e estimativas contábeis;** A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia realizar julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Essas estimativas e premissas são revisadas e, caso exista alteração, seu impacto é reconhecido no período corrente. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas: • Redução ao valor recuperável - *impairment* e vida útil de imobilizado - nota nº 14

• Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade - nota nº 15 **f. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios para terceiros ou não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Reconhecimento inicial e mensuração**: Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados como: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas. **Mensuração subsequente** - *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado) quando, e apenas quando: • os direitos de receber fluxos de caixa de ativo financeiro expiram; • a Companhia transfere os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro; • a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou • a Companhia não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo ou grupo de ativos financeiro. A redução do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas, e tão somente, se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo, e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. O valor da redução é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações contábeis como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia e suas subsidiárias mensuram a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável. Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **(ii) Passivos financeiros:** A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, a Companhia deve mensurar todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetivos. **Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente alterados, tal substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações contábeis se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **g. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais com prazo máximo de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **h. Contas a receber de clientes:** O contas a receber é composto por valores efetivos de serviços prestados pelo transporte público de passageiros. **i. Estoques:** O estoque está avaliado pelo valor de custo médio, acrescido ou reduzido de provisão para perdas, as quais são periodicamente avaliadas e ajustadas ao custo sendo a sua adequação. **j. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2023, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste do ativo ao seu valor de recuperação. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento presente ou passado, e se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **l. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **m. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **n. Imposto de renda e contribuição social;** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, podendo deduzir 100% do prejuízo do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **3. Normas, alterações e interpretações:** As alterações emitidas às normas vigentes, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. • Alterações à IAS 1, CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*; • Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1): Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"); Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. **4. Caixa e equivalentes em caixa**

	2023	2022
Caixa e bancos	1.269.328	579.899
Aplicações financeiras	930.847	826.473
	2.200.175	1.406.372

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **5. Contas a receber:** Os saldos das operações em 31 de dezembro de 2023, decorrem da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura Municipal de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Transporte. **6. Impostos a recuperar**

Descrição	2023	2022
IRRF sobre aplicação financeira	75.453	73.371
IRPJ a compensar	451.574	238.151
CSLL a compensar	199.780	112.939
	726.807	424.461

7. Estoques: O saldo do estoque é composto de peças, componentes e acessórios para manutenção da frota operacional. **8. Tributos diferidos - Ativo**

Descrição	2023	2022
IRPJ diferido	792.427	424.509
CSLL diferido	285.274	152.823
	1.077.701	577.332

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis. As premissas para constituição desses créditos consideraram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

9. Partes relacionadas

Descrição	2023	2022
Alfa Rodobus Participacões S.A.	915.513	-
Cooperativa de Trabalho dos Condutores Autônomos	6.601.794	5.512.686
	7.517.307	5.512.686

10. Carta de crédito: Refere-se às cotas de consórcios para futura aquisição de veículos. **11. Outros valores a receber:** Refere-se aos valores a receber pela subscrição e prêmio na emissão de ações. **12. Investimentos:** Conforme item 3.49 do contrato, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. **13. Imobilizado**

		2023			2022
Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Veículos	25%	70.141.269	(54.974.282)	15.166.987	22.705.865
Equipamentos de informática	20%	334.571	(182.918)	151.653	212.260
Máquinas e equipamentos	10%	271.904	(154.245)	117.659	149.363
Equipamentos embarcados	10%	2.359.130	(1.198.772)	1.160.358	1.404.395
Ferramentas	10%	104.942	(51.318)	53.624	69.597
Móveis e utensílios	10%	467.670	(68.715)	398.955	403.530
Benfeitoria em imóvel de terceiros	10%	1.915.962	(205.880)	1.710.082	1.902.169
		75.595.448	(56.836.130)	18.759.318	26.779.818

Movimentação do custo

Descrição	2022	Adições	Baixas	2023
Veículos	70.016.427	1.089.372	(964.530)	70.141.269
Equipamentos de informática	334.571	-	-	334.571
Máquinas e equipamentos	271.904	-	-	271.904
Equipamentos embarcados	2.353.251	5.879	-	2.359.130
Ferramentas	104.942	-	-	104.942
Móveis e utensílios	467.670	-	-	467.670
Benfeitoria em imóvel de terceiros	1.915.962	1.913.762	-	1.915.962
	75.464.727	1.095.251	(964.530)	75.595.448

Movimentação da depreciação

Descrição	2022	Adições	Baixas	2023
Veículos	(47.310.562)	(8.628.250)	964.530	(54.974.282)
Equipamentos de informática	(122.311)	(60.607)	-	(182.918)
Máquinas e equipamentos	(122.541)	(31.704)	-	(154.245)
Equipamentos embarcados	(948.856)	(249.916)	-	(1.198.772)
Ferramentas	(35.345)	(15.973)	-	(51.318)
Móveis e utensílios	(64.140)	(4.575)	-	(68.715)
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(81.154)	(124.726)	-	(205.880)
	(48.684.909)	(9.115.751)	964.530	(56.836.130)

14. Obrigações trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	996.152	1.267.742
Férias a pagar	303.895	271.368
INSS a recolher	814.549	817.105
FGTS a recolher	145.578	256.370
Pró-labore a pagar	178.894	98.435
Provisão de férias	4.534.265	3.661.956
Outros	162.171	83.489
	7.135.504	6.456.465

15. Obrigações fiscais

Descrição	2023	2022
INSS - Desoneração	533.384	561.873
IRRF a recolher	256.529	243.497
Outras	8.782	6.737
	798.695	812.107

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa	2023	2022
Capital de giro	0,60% a 1,60% a.m.	10.190.496	3.420.584
Financiamento	0,74% a 1,70% a.m.	13.722.382	23.511.916
		23.912.878	26.932.500
	Circulante	12.079.577	12.667.687
	Não circulante	11.833.301	14.264.813

Movimentação de empréstimos e financiamentos

			Provisão	Pagamento		
Modalidade	2022	Captação	de juros	Principal	Juros	2023
Capital de giro	3.420.584	10.673.532	959.218	(3.903.620)	(959.218)	10.190.496
Financiamento	23.511.916	663.330	1.747.348	(10.452.864)	(1.747.348)	13.722.382
	26.932.500	11.336.862	2.706.566	(14.356.484)	(2.706.566)	23.912.878

17. Parcelamentos de impostos

	2023	2022
Curto prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	68.755	79.780
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	138.909	159.993
	207.664	239.773
Longo prazo		
Programa Especial de Regularização - Federal (a)	342.859	478.681
Programa Especial de Regularização - Previdenciário (b)	706.118	973.288
	1.048.977	1.451.969

a) Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Demais Débitos - PRT, dos tributos federais do período de novembro de 2014 a dezembro de 2015, em 180 parcelas. **b)** Em 13 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa de Parcelamento Especial de Regularização Tributária para Débitos Previdenciário - PRT, do período de dezembro de 2014 a junho de 2016, em 145 parcelas.

18. Provisão para demandas judiciais: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, não foi constituída a provisão para contingências na data do balanço para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. ***Passivos contingentes - risco de perda possível:*** A Companhia possui ainda ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R$ 6.936.076 (R$ 5.072.103, em 2022), não sendo, portanto, requerida sua provisão na data.

19. Patrimônio líquido - Capital social: O capital social é de R$ 7.477.925, sendo 6.333.670 ações ordinárias nominativas com direito à voto e 746.000 ações preferenciais nominativas sem direito à voto.

20. Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(1.597.198)	(1.038.323)
Alíquota nominal	34%	34%
Benefício à alíquota nominal	543.047	353.030
Ajustes dos tributos sobre o lucro		
Outras diferenças permanentes	(42.678)	(8.694)
	500.369	344.336
Alíquota efetiva	31%	33%
Tributo corrente	-	-
Tributo diferido	500.369	344.336

21. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

22. Informações suplementares: Em 31 de dezembro de 2023, a partir dos saldos apresentados no balanço patrimonial acima, a Companhia apresentava os seguintes índices:

Índice contábil	Índice calculado
Liquidez Corrente	0,8128
Liquidez Geral	0,6837
Liquidez Seca	0,7721
Quociente de Solvência	1,2485
Endividamento Total	0,8010

Willamys da Silva Bezerra - Diretor Presidente

Ewerton Aparecido Magalhães Carneiro - Contador - CRC 1SP-268250/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas e administradores

Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação

Opinião; Examinamos as demonstrações contábeis da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Rodobus S.A. Transportes, Administração e Participação em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Imobilizado:** Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do ativo. O saldo do imobilizado é composto, substancialmente, pela conta de veículos. ***Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção da relação do ativo imobilizado; ii) recálculo das depreciações; e (iii) revisão do mapa de adições e baixas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos imobilizados e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **• Empréstimos e financiamentos:** Para fins de aquisição de ônibus e vans, a Companhia captou recursos junto às instituições financeiras. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do passivo e pelas penalidades na qual estão sujeitas. ***Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção do entendimento sobre as liberações de recursos, o cálculo de atualizações, o cronograma de pagamentos e demais cláusulas contratuais; e ii) recálculo dos juros baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos empréstimos e financiamentos e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **• Receita de serviços:** O faturamento da Companhia é decorrente da quantidade de passageiro transportado. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos. Como nossa auditoria conduziu esse assunto - Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do demonstrativo de remuneração dos concessionários disponibilizados pelo ente contratante. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as receitas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 11 de abril de 2024

Unity Auditores Independentes - CRC 2SP026236

Edison Ryu Ishikura - Contador CRC 1SP200894/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO GLOBAL na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 305/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 4.905/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÕES E CÓPIAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS, INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, TREINAMENTO AOS USUÁRIOS, SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DOS AMBIENTES DE IMPRESSÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, EXCETO FORNECIMENTO DE PAPEL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 23/04/2024 até as 08h30min do dia 08/05/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 08/05/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 08/05/2024.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 19 de abril de 2024.

ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 55/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 7.683/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA TRATOR DE CORTAR GRAMA E ROÇADEIRA.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 09/05/2024 às 09:30 horas.

Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 19 de abril de 2024

Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Rosemary Ferreira dos Santos Pinton - Secretária Municipal de Assistência Social

PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2024 PROCESSO n° 07.911/2024

UASG 986249 Nº COMPRA 90352024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS COLABORADORES DO PROGRAMA "BOTUCATU EM FRENTE". DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 DE MAIO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 19 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA n° 002/2024. Processo Administrativo nº 4.120/2024. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade Concorrência Pública Eletrônica do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de requalificação de diversas vias do município de Francisco Morato, Sessão de Abertura dia 08 de maio de 2024 às 10:00 horas. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações bastando trazer mídia "CD" gravável, por solicitação no e-mail: licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br/portal transparência/licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 48/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 08/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 08/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 08/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 19 de abril de 2024

Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 49/2024

Objeto: Registro de preços para aquisição de testes imunocromatográficos (testes rápidos). Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 09/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 09/05/2024 às 08h30. Início da disputa: 09/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 19 de abril de 2024

Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

CHAMAMENTO REGISTRO CADASTRAL

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira, por meio da Comissão Permanente de Contratação, de acordo com os artigos 87 e 88, da Lei Federal nº 14.133/2021, solicita aos fornecedores e prestadores de serviços que têm interesse em se cadastrar nesta Autarquia, para que apresentem as documentações necessárias, a fim de efetivarem seu Registro Cadastral. A relação de documentos necessários consta no site www.saaepedreira.com.br, no link Licitações – Licitações Lei nº 14.133/21 - Registro Cadastral. A forma de apresentação dos documentos bem como demais informações necessárias constam no edital nº 01/2024.

Pedreira (SP), 19 de Abril de 2024.

Jeice Aparecida Rossi - Presidente da Comissão Permanente de Contratação

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - DRS.XV

Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-90017/2024 - DRS.XV

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico **nº PE-90017/2024 - DRS.XV**, do **tipo Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00034777/2024-76**, objetivando a compra de "ÁGUA MINERAL" **- Entrega Parcelada,** para atender Demandas Administrativas de pacientes da região do DRS.XV.

A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-90017/2024-DRS.XV**, será no dia **06/05/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP.

As informações estarão disponíveis nos sítios http://www.e-negociospublicos.com.br e www.compras.sp.gov.br

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

ASTRA S.A. Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 50.949.528/0001-80

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da empresa demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 18 de abril de 2024, sem modificações.

Relatório da Administração

Senhores acionistas, atendendo às disposições legais, a Administração da Astra S.A. Indústria e Comércio, submete à apreciação dos senhores o Relatório e as demonstrações financeiras da Companhia. A Administração.

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	23.032	22.349
Aplicações financeiras	9	65.406	86.284
Contas a receber de clientes	10	124.003	122.085
Estoques	11	112.053	115.680
Impostos e contribuições a recuperar	12	2.178	2.793
Outros créditos	13	29.143	24.855
Total do ativo circulante		**355.815**	**374.046**
Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	12	845	820
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	1.769	1.827
Depósitos judiciais	20.b	908	736
Outros créditos		158	140
Total do realizável a longo prazo		**3.680**	**3.523**
Imobilizado	14	31.351	29.247
Intangível	15	2.136	2.406
Ativos de direito de uso	28.a	150.265	18.554
Total do ativo não circulante		**183.752**	**50.207**
Total do ativo		**543.247**	**427.776**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	17	17.646	14.363
Obrigações trabalhistas	18	22.139	17.164
Obrigações tributárias	19	9.211	9.624
Imposto de renda e contribuição social a pagar	27	1.836	2.475
Adiantamento de clientes		2.353	2.541
Outras obrigações		423	313
Dividendos a pagar	21.c	118	14.986
Passivos de arrendamento	28.b	14.750	20.427
Total do passivo circulante		**68.476**	**81.893**
Não circulante			
Mútuo a pagar	29	282.120	256.109
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	763	438
Passivos de arrendamento	28.b	137.219	-
Provisão para perdas em investidas	16	-	34
Total do passivo não circulante		**420.102**	**256.581**
Patrimônio líquido	21		
Capital social		27.958	27.958
Reservas de capital		14.513	13.904
Reservas de lucros		12.198	47.440
Total do patrimônio líquido		**54.669**	**89.302**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**543.247**	**427.776**

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	**49.848**	**59.943**
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-
Resultado abrangente total	**49.848**	**59.943**

Notas Explicativas

Contexto operacional: A Astra S.A. Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Astra") com sede na Rua Colégio Florence, 59 - bairro Jardim Primavera, CEP 13.209-700, cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, foi constituída em 1957, tendo como objetivo principal a industrialização, comércio, importação e exportação de artefatos de plástico e de madeira, por conta própria ou de terceiros, como assentos sanitários, caixas de descarga, banheira, tanque de lavar roupas, armários e roupeiros para banheiro, acessórios, conexões e outros artigos similares. Em novembro de 2023, a Companhia encerrou as atividades operacionais da investida Proex Vidros Ltda. da qual detinha participação no capital social de 99,98%. Desde então, as atividades operacionais anteriormente exercidas pela investida passaram a ser realizadas pela Companhia. Na data do encerramento das atividades operacionais a investida detinha total de ativo de R$ 132, patrimônio líquido a descoberto de R$ 34 e o lucro apurado no período foi de R$ 106.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital: Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva de Incentivos Prodepe	Reserva de Incentivos fiscais	Total	Reservas de lucros: Reserva Legal	Dividendos adicionais	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		27.958	13.279	284	173	13.736	5.592	83.115	88.707	-	130.401
Distribuição de lucros de anos anteriores		-	-	-	-	-	-	(83.115)	(83.115)	-	(83.115)
Constituição de reserva incentivos fiscais		-	-	168	-	168	-	-	-	-	168
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	59.943	59.943
Destinação do resultado líquido do exercício:											
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(14.986)	(14.986)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.109)	(3.109)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	41.848	41.848	(41.848)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		27.958	13.279	452	173	13.904	5.592	41.848	47.440	-	89.302
Distribuição de lucros de anos anteriores	21.c	-	-	-	-	-	-	(41.848)	(41.848)	-	(41.848)
Constituição de reserva incentivos fiscais		-	-	609	-	609	-	-	-	-	609
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	49.848	49.848
Destinação do resultado líquido do exercício:											
Dividendos mínimos obrigatórios	21.c	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.462)	(12.462)
Dividendos distribuídos antecipadamente	21.c	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.538)	(27.538)
Juros sobre capital próprio	21.c	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.242)	(3.242)
Dividendos adicionais propostos	21.c	-	-	-	-	-	-	6.606	6.606	(6.606)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		27.958	13.279	1.061	173	14.513	5.592	6.606	12.198	-	54.669

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	Nota explicativa	2.023	2.022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		49.848	59.943
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	14 e 15	8.454	6.791
Amortizações ativo direito de uso	28.a	19.639	23.122
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	301	216
Atualização monetária de processos trabalhistas	20.b	27	-
Provisão para perdas no valor recuperável de contas a receber	10.b	1.204	1.318
Baixa do valor residual do ativo imobilizado		136	55
Resultado de equivalência patrimonial	16	-	441
Juros sobre arrendamentos e mútuo a pagar	28.b e 29	34.370	4.539
Imposto de renda e contribuição social - diferido	27	59	(1.024)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	27	20.002	18.964
Rendimentos de aplicações financeiras	9.a	(8.461)	(14.169)
Provisão para perdas em investidas		(34)	-
Outros		104	3.816
Variações em:			
(Aumento) do contas a receber		(3.122)	(4.557)
Redução dos estoques		3.627	17.944
Redução (aumento) dos impostos e contribuições a recuperar		590	(729)
(Aumento) redução dos outros créditos		(4.306)	798
(Aumento) de depósitos judiciais		(172)	(12)
Aumento (redução) de fornecedores e contas a pagar		3.283	(887)
Aumento (redução) das obrigações trabalhistas		4.975	(1.721)
(Redução) aumento das obrigações tributárias		(413)	2.242
(Redução) dos adiantamentos de clientes		(188)	(401)
Aumento das outras obrigações		110	146
Pagamento de processos fiscais	20.b	(3)	-
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		**130.030**	**116.836**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.641)	(23.313)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**109.389**	**93.523**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisições de aplicações financeiras	9.a	(248.979)	(228.426)
Resgates de aplicações financeiras	9.a	278.318	231.445
Aquisições de imobilizado e intangível	14 e 15	(10.424)	(13.531)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		**18.915**	**(10.512)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de mútuo a pagar - partes relacionadas (principal)	29	(73.040)	(46.000)
Pagamento de mútuo a pagar - partes relacionadas (juros)	29	(33.420)	(31.954)
Pagamento de passivo de arrendamento	28	(20.513)	(26.351)
Pagamento de dividendos		(648)	(1.103)
Fluxo de caixa (utilizados nas) das atividades de financiamento		**(127.621)**	**(108.517)**
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		**683**	**(25.506)**
No início do exercício	8	22.349	47.855
No final do exercício	8	23.032	22.349
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa		**683**	**(25.506)**

Demonstrações de Resultados

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas	22	622.182	609.290
Custo das vendas	23	(304.929)	(297.669)
Lucro bruto		**317.253**	**311.621**
Administrativas e gerais	24	(89.176)	(84.462)
Comerciais	24	(144.970)	(131.334)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	10.b	(1.204)	(1.318)
Outras receitas (despesas) líquidas	25	9.554	6.119
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		**91.457**	**100.626**
Receita financeira	26	17.329	21.817
Despesa financeira	26	(38.877)	(44.560)
Resultado financeiro, líquido	25	(21.548)	(22.743)
Resultado antes dos impostos		**69.909**	**77.883**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	27	(20.002)	(18.964)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	27	(59)	1.024
Resultado líquido		**49.848**	**59.943**

Conselho de Administração
Ana Oliva Bologna - Presidente

Conselheiros
César Augusto Traldi | Gulherme Cassatella Paes Gregori | Marco Antonio Bologna

Diretoria:
Luis Sergio Pereira Veloso - Diretor Administrativo | **Joaquim Lucas Sartori Coelho** - Diretor Comercial | **Adriano Persona Machado Gomes** - Diretor Industrial

Responsável Técnica
Simone Aparecida dos Santos Lemes - Contadora - CRC nº 1SP288165/0-5

JAPI S.A. Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 71.522.460/0001-28

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em reais - R$)

Balanço Patrimonial

Ativo	31.12.2023	31.12.2022
Circulante	**102.071.348**	**92.142.949**
Disponibilidades	6.648.634	3.203.083
Clientes	39.280.758	35.967.203
Adiantamentos	1.335.044	1.260.567
Estoques	33.105.808	29.382.249
Outros Créditos	21.701.104	22.329.847
Não Circulante	**14.604.171**	**14.982.551**
Realizável a Longo Prazo	3.124.178	2.543.235
Investimentos	859	859
Imobilizado	11.130.450	12.005.862
Intangível	348.684	432.595
Total do Ativo	**116.675.519**	**107.125.500**
Passivo e Patrimônio Líquido	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Passivo	**98.018.119**	**103.498.369**
Circulante	**10.049.928**	**15.497.514**
Fornecedores	3.534.769	2.973.860
Remunerações a Pagar	974.554	823.008
Impostos e Contribuições a Recolher	1.419.960	1.092.927
Dividendos a Distribuir	575.121	7.724.694
Provisão para IR e CS	-	-
Provisão p/ Férias	1.694.207	1.522.668
Outras Obrigações a Pagar	1.851.317	1.360.357
Não Circulante	**87.968.191**	**88.000.855**
Empréstimos de Acionistas	84.853.770	85.461.659
Contribuições Sociais em Juízo	3.114.421	2.539.196
Patrimônio Líquido	**18.657.400**	**3.627.131**
Capital Social	18.000.000	3.000.000
Reservas de Capital	27.131	27.131
Reservas de Lucros	630.269	600.000
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**116.675.519**	**107.125.500**

Demonstração da Conta Resultado do Exercício

	31.12.2023	31.12.2022
Receita Bruta das Vendas	**149.099.104**	**146.591.105**
(-) Vendas Anuladas	(3.685.787)	(1.450.697)
(-) Impostos s/ Vendas	(17.267.006)	(16.057.354)
Receita Líquida	**128.146.311**	**129.083.054**
(-) Custo das Vendas	(66.031.428)	(72.433.168)
Lucro Bruto	**62.114.883**	**56.649.886**
Outras Receitas Operacionais		
Receitas Financeiras	3.626.021	9.170.772
Rendas Diversas	1.383.534	9.216.181
(-) Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(25.128.876)	(24.776.226)
Despesas de Vendas	(25.570.807)	(23.639.300)
Despesas Financeiras	(12.195.212)	(10.813.259)
Variações Monetárias	(2.180.465)	(4.227.748)
Despesas Tributárias	(1.813.715)	(1.733.575)
Prejuízos Eventuais	-	(328.154)
Provisões Diversas	(274.907)	(324.927)
Outras Receitas e Despesas Extraordinárias	988.726	200.191
Lucro Operacional	**949.182**	**9.393.841**
Lucro Líquido antes do IR	**949.182**	**9.393.841**
(-) Provisão p/Contribuição Social	(100.310)	(464.725)
(-) Provisão p/Imposto de Renda	(243.482)	(1.204.422)
Lucro Líquido do Exercício	**605.390**	**7.724.694**
Lucro por Ação do Capital Social	**R$0,03**	**R$2,57**

Demonstração da Conta Lucros Acumulados

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo Inicial	-	-
(+) Lucro Líquido do Exercício	605.390	7.724.694
(-) Lucros Distribuídos	-	-
(-) Dividendos a Distribuir	(575.121)	(7.724.694)
(-) Reserva Legal	(30.269)	-
Saldo Final À Disposição da Assembleia Geral	-	-

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Método Indireto	31.12.2023	31.12.2022
Das Atividades Operacionais	**(10.927.634)**	**(16.734.960)**
Lucro Líquido	605.390	7.724.694
Ajustes ao lucro líquido	**978.353**	**1.740.479**
Depreciações e amortizações	1.967.079	1.940.417
Resultado da venda de imobilizado	(988.726)	(200.191)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa	-	253
Variações das contas do ativo operacional	**(7.063.791)**	**(10.293.297)**
Clientes	(3.313.555)	3.190.087
Outros créditos	(26.677)	(13.957.072)
Estoques	(3.723.559)	473.688
Variações das contas do passivo operacional	**(5.447.586)**	**(15.906.836)**
Fornecedores	560.909	64.062
Obrigações Fiscais	327.033	16.985
Dividendos a Distribuir	(7.149.573)	(11.417.969)
Outras Obrigações	642.506	(1.508.990)
Provisões	171.539	(3.060.924)
Das Atividades de Investimentos	**(19.030)**	**(2.475.376)**
Receita da venda do imobilizado	1.514.746	426.316
Aquisições de bens do imobilizado	(1.533.776)	(2.879.429)
Aquisições de bens do intangível	-	(22.263)
Das Atividades de Financiamentos	**14.392.215**	**17.797.004**
Empréstimos de acionistas	(607.889)	24.509.060
Aumento de capital	15.000.000	-
Dividendos a Distribuir	(575.121)	(7.724.694)
Contribuições Sociais em Juízo	575.225	1.012.638
Total	**3.445.551**	**(1.413.332)**
Saldo Inicial	**3.203.083**	**4.616.415**
Saldo Final	**6.648.634**	**3.203.083**

Diretoria

Diretor: **Luis Sérgio Pereira Veloso** | Diretor: **Adriano Persona Machado Gomes**
Diretor: **Joaquim Lucas Sartori Coelho** | Diretora Presidente: **Ana Oliva Bologna**
Eunice Melato Pereira - T.C. - CRC Nº 1SP101415/O-6

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatório da Diretoria encontram-se à disposição na sede da Empresa e no seguinte endereço eletrônico: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASSESSORIA A EMPRESAS SOCIAIS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA - COOPERAR

CNPJ/MF nº 07.899.004/0001-00 - NIRE 35400112506

Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos, nos termos do estatuto em vigor, os sócios da **COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASSESSORIA A EMPRESAS SOCIAIS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA – COOPERAR**, sociedade cooperativa de natureza civil, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da fazenda sob o nº 07.899.004/0001-10, NIRE 35400112506, com endereço na Alameda Barão de Limeira, nº 1232, Bairro Campos Elíseos, CEP 01202-002 na cidade de São Paulo, SP, para participarem da **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que se realizará em sua sede, no dia **23 de Maio de 2024**, às 9h00 em primeira convocação, às 10h00 em segunda convocação e às 11h00 em terceira e última convocação, o **quórum** mínimo de instalação da Assembleia será de dois terços do número de associados, em primeira convocação; metade mais um dos associados, em segunda convocação; cinquenta sócios ou, no mínimo, vinte por cento do total de associados, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**:

1) Admissão de Sócios;
2) Demissão e/ou Exclusão de Sócios;
3) Alteração do endereço da sede e da filial;
4) Reforma do estatuto social; e
5) Outros assuntos de interesse dos Cooperados.
Número de associados aptos a votar: 32 (trinta e dois)

São Paulo, 22 de Abril de 2024.
Ana Paula Botelho Lima
Coordenadora Geral

PRAVALER S/A

CNPJ nº 04.531.065/0001-14 - NIRE 35.300.320.344

Edital de Convocação

Ficam os Srs. Acionistas, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia **30 de abril de 2024**, na sede da Companhia no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7221, 21º andar e de modo digital, às 10h:30, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2) Eleição dos membros do Conselho de Administração para mandato unificado de até 1 (um) ano, conforme art. 23 do Estatuto Social da Companhia; 3) Aumento do capital social da Companhia, decorrente do exercício de opções de compra do Plano de Incentivos de Longo Prazo para Executivos ("ILP"), e consequente alteração do artigo 6º do Estatuto Social; 4) Alteração do capital autorizado da Companhia e consequente alteração da redação do artigo 11 do Estatuto Social; 5) Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia; 6) Rerratificação do item 8 (Artigo 6º do Estatuto Social), deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2024; 7) Autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à consecução das matérias objeto da ordem do dia; 8) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 20 de abril de 2024.
Ricardo Oliver Mizne - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPURU

Retificação de Edital
Pregão Eletrônico n.º 09/2024 – Processo Licitatório n.º 14/2024

A Prefeitura Municipal de Irapuru, em cumprimento a Lei Federal n.° 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 5.549/2023, torna público a retificação de Edital de **Pregão Eletrônico n.º 09/2024. Objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE GLICEMIA PARA UTILIZAÇÃO PELOS PACIENTES PORTADORES DE DIABETES MELLITUS PARA MONITORAMENTO GLICÊMICO EM DOMICÍLIO E USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IRAPURU/SP, COM FORNECIMENTO EM COMODATO DOS APARELHOS GLICOSÍMETROS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. Tipo:** Menor Preço por Item. Edital disponível nas páginas da internet: www.irapuru.sp.gov.br, www.bll.org.br e www.pncp.gov.br.

Onde se lê: CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 17h00min do dia 09/04/2024 até as 09h20min do dia 22/04/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h30min do dia 22/04/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 09h40min do dia 22/04/2024.

Leia-se: CADASTRO DE PROPOSTAS: a partir das 17h00min do dia 19/04/2024 até as 08h20min do dia 07/05/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h30min do dia 07/05/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS (FASE COMPETITIVA): às 08h40min do dia 07/05/2024.

Alteração na especificação do Item 04 e do Item 8. (APARELHOS GLICOSÍMETROS), no subitem 8.2.4..

Quaisquer esclarecimentos e informações serão prestados pelo Departamento de Licitações. Telefone: (18) 3861-2007. Email: licitacoes@irapuru.sp.gov.br.

Irapuru, 19 de abril de 2024.
Ademar Calegão - Prefeito Municipal

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

CNPJ: 41.570.356/0001-48 - NIRE: 35300631048

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Às 09:00 horas do dia 03 de abril de 2024, na sede social da VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), situada na Rua Pedro Gonçalves, nº 1400, sala 51, Centro, na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, CEP: 13.330-210. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da unanimidade dos membros do Conselho de Administração, estando todos presentes. **3. Composição da Mesa: Sr. João Paulo Bezerra de Melo** como Presidente e **Sr. Jathiacy Sansonio Tavares** como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a convocação de assembleia geral ordinária, tendo por objeto o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) a proposta da administração para a remuneração global anual dos administradores. **5. Deliberações:** Discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas: (i) caso não seja possível realizar o conclave com a presença de todos os acionistas, independentemente de convocação, até a data limite de 5 de abril de 2024, convocar a assembleia geral ordinária da Companhia para apreciar as contas e demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para a data de 30 de abril de 2024 ou outra data julgada conveniente pelo Presidente do Conselho de Administração, recomendando aos acionistas da Companhia sua aprovação integral; (ii) recomendar a aprovação integral, pelos acionistas da Companhia, da proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, face à apuração de prejuízo no montante de R$ 26.558.000,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil reais), que deverá compor os prejuízos acumulados da Companhia, não havendo resultado a distribuir; e (iii) recomendar a aprovação integral, pelos acionistas da Companhia, da proposta da administração para a remuneração global anual dos administradores até o encerramento do exercício social corrente, em 31 de dezembro de 2024, no valor total de até R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais). **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Não mais havendo matéria a tratar, suspendeu-se a reunião para lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Indaiatuba/SP, 03 de abril de 2024. **Mesa**: **João Paulo Bezerra de Melo** – Presidente; **Jathiacy Sansonio Tavares** – Secretário. **Membros Efetivos do Conselho de Administração: João Paulo Bezerra de Melo**; **Jathiacy Sansonio Tavares**; **Felipe Villela Dias**; **Newton Soares Ribeiro Neto**.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

CNPJ: 41.570.356/0001-48 - NIRE: 35300631048

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 03 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Às 13:00 horas do dia 03 de abril de 2024, na sede social da VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. (" C ompanhia "), situada na Rua Pedro Gonçalves, nº 1400, sala 51, Centro, na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, CEP: 13.330-210. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, conforme disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. Registra-se ainda a presença de Jathiacy Sansonio Tavares, Diretor Presidente da Companhia, bem como de Romeu Sabino da Silva, representante da Grant Thornton. **3. Publicação:** As demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram publicadas, em formato resumido, no jornal "Diário de Notícias", em 29 de março de 2024, página 09, sendo que a íntegra se encontra disponível na página do mesmo jornal na internet. Considera-se sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no art. 133 da Lei nº 6.404/1976, conforme faculta seu parágrafo 4º. **4. Composição da Mesa:** Sr. **João Paulo Bezerra de Melo** como Presidente e Sr. **Jathiacy Sansonio Tavares** como Secretário. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a tomada de contas dos administradores e o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; (ii) a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) o exame, discussão e votação da proposta de remuneração global anual dos administradores. **6. Deliberações:** Discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram: (i) com a abstenção de todos os acionistas que atuam ou atuaram como administradores da Companhia e, entre os demais, [por unanimidade e sem ressalvas], as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como o relatório da administração e o relatório dos auditores independentes, ficando aprovadas, igualmente, as contas dos administradores; (ii) [por unanimidade e sem ressalvas], a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, face à apuração de prejuízo no montante de R$ 26.558.000,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil reais), que deverá compor os prejuízos acumulados da Companhia, não havendo resultado a distribuir; e (iii) [por unanimidade e sem ressalvas], o limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia até o encerramento do exercício social corrente, em 31 de dezembro de 2024, no valor total de até R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais). O referido montante deverá ser alocado entre os membros da administração conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia. A administração da Companhia está autorizada e instruída a prontamente praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas acima. **7. Encerramento e Lavratura da Ata:** Não mais havendo matéria a tratar, suspendeu-se a assembleia geral para lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas da Companhia. Indaiatuba/SP, 03 de abril de 2024. **Mesa: João Paulo Bezerra de Melo** – Presidente; **Jathiacy Sansonio Tavares** – Secretário. **Acionistas: VSG Rental Participações Ltda.**; **VSG II FIP – Multiestratégia**; **Felipe Sampaio Pena**; **Rangel André Chavans**; **Marcel Lourenço de Luna**; **José Marcos Ferreira de Melo**; **João Paulo Bezerra de Melo**; **Jathiacy Sansonio Tavares**.

Lajeado Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.460.864/0001-84 - NIRE nº 35.300.173.902

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Acionistas da **Lajeado Energia S.A.** ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia de **29 de abril de 2024**, às **10:00 horas**, *por meio exclusivamente digital*, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: ***(i)*** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; ***(ii)*** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; ***(iii)*** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para um novo mandato; e ***(iv)*** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Informações Gerais: Os documentos mencionados na ordem do dia encontram-se, a partir da presente data, disponíveis para consulta dos Acionistas na sede da Companhia. O Acionista, ou procurador, que comparecer à Assembleia Geral deverá apresentar o documento de identificação válido com foto, ou, caso aplicável, cópia de referido documento de seu procurador e a respectiva procuração outorgada por Acionista da Companhia, observado o disposto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("*Lei das Sociedades por Ações*"). Sistema de participação: Conforme autorizado pelos artigos 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei das Sociedades por Ações, e pela Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a Assembleia Geral será realizada de *modo exclusivamente digital*, podendo o Acionista participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que comprovada a titularidades das ações e envio dos documentos acima mencionados. As orientações e os dados para conexão dos Acionistas no ambiente eletrônico, incluindo a senha necessária para tal, serão enviados aos Acionistas que manifestarem o seu interesse por meio do e-mail assessoria.societaria@edpbr.com.br até o dia 25/04/2024, enviando também por e-mail os documentos necessários para sua participação na Assembleia Geral conforme mencionado acima.

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 47/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO MECANIZADA EM GRAMADO SINTÉTICO 50 MM, INCLUINDO VARRIÇÃO COM MAQUINÁRIO ESPECÍFICO, LEVANTAMENTO DE FIOS, FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE BORRACHA DE AMORTECIMENTO. Data e hora limite para credenciamento no sitio da BNC até: 08/05/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas até: 08/05/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 08/05/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou https://bnccompras.com/Home/Login.

Paulínia, 19 de abril de 2024.
Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

Agropecuária Santa Silvia S.A.

CNPJ/MF nº 04.981.577/0001-82 - NIRE 35.300.094.085

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da Agropecuária Santa Silvia S.A. convidados, em primeira convocação, a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, que será realizada no dia **30 de abril de 2024,** às **11:30**, em sua sede social, na Rua Groenlândia, nº 1.611, sala 4, na Capital do Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** deliberação sobre a remuneração anual global dos administradores.

São Paulo, 17 de abril de 2024
Atenciosamente,
Solange Rapp Jubran
Presidente do Conselho de Administração

Agropecuária Jubran S.A.

CNPJ/MF nº 45.165.594/0001-29 - NIRE 35.300.094.841

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da Agropecuária Jubran S.A. convidados, em primeira convocação, a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, que será realizada no dia **30 de abril de 2024,** às **09:30**, em sua sede social, na Rua Groenlândia, nº 1.611, sala 8, na Capital do Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** deliberação sobre a remuneração anual global dos administradores.

São Paulo, 17 de abril de 2024
Atenciosamente,
Solange Rapp Jubran
Diretora Presidente

Jubran Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 61.575.437/0001-48 - NIRE 35.300.032.314

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os acionistas da Jubran Engenharia S.A. convidados, em primeira convocação, a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que será realizada no dia **30 de abril de 2024,** às **12:00**, em sua sede social, na Rua Groenlândia, nº 1.611, salas 1 a 3, na Capital do Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** criação de um novo cargo de Diretor; **(iv)** eleição de novo Diretor; e **(v)** deliberação sobre a remuneração anual global dos administradores; e, em Assembleia Geral Extraordinária: **(vi)** caso aprovada a deliberação referida no item (iii), alteração dos artigos 13 e 14 do estatuto social; e **(vii)** outras matérias de interesse da Companhia.

São Paulo, 17 de abril de 2024
Atenciosamente,
Solange Rapp Jubran
Diretora Presidente

MAC-DO Administração e Participações S.A.

CNPJ: 23.549.983/0001-15 - NIRE: 35.3.0018954-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas desta Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia **30 de abril de 2024, às 08:00 horas**, na sede social da Companhia, localizada na Rua Verbo Divino, nº 1.207, 3º andar, sala 3-B, Chácara Santo Antônio, São Paulo, São Paulo, CEP 04.719-002, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório de Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (b) destinação dos resultados do referido exercício. Roberto Proença de Macêdo – Diretor Presidente. Acesso à publicação na íntegra no sítio eletrônico do jornal: https://www.diariodenoticias.com.br/index.php/pt/newspaper.

AGROPECUÁRIA SANTA MARIANA LTDA.

CNPJ Nº 51.717.981/0001-23
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os sócios da Agropecuária Santa Mariana Ltda, a reunirem-se em Assembleia de Sócios, a realizar-se no dia 23/4/2024, às 15:00 horas, no endereço situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, 5º andar, cj. 518, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação da avaliação dos imóveis urbanos, que se encontram no ativo da empresa e ou das pessoas físicas dos sócios. b) Outros assuntos de interesse geral. c) Posteriormente votada e aprovada esta Ata, será marcada nova Assembleia para tratar da sequencia da Cisão Parcial da Sociedade. A matéria a ser discutida encontra-se à disposição dos sócios para análise no Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, 5º andar, cj. 518, Jardim Paulistano, São Paulo/SP. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de todos os sócios com direito a voto e em 2ª convocação, 1 (uma) hora após, com qualquer quórum presente na reunião. São Paulo/SP, 12/4/2024. Sylla Burani Junior, Sócio Quotista. (22, 23, 24)

LEILÃO DE VEICULOS ONLINE

AGORA VOCE COMPRA SEU VEICULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGOCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE AGORA: WWW.MESQUITALEILOES.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

DIAS 24/04/2024 E 25/04/2024 ÀS 13:30

76 VEÍCULOS: VEÍCULOS PROVENIENTES DE SEGURADORAS, BANCOS, EMPRESAS E RECEITA FEDERAL

LOCAL DO LEILÃO: AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP

KATIA ALVES SOARES - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP 1093

NUMEROS DOS CHASSIS

T034507; RT009710; B9668933; BS269450; M000735; G227181; A542062; KA12448; K115450; KL298225; Z105085; TV16343; K034462; J296102; W552820; T579184; J096737; J397657; P487313; B108841; B134340; D4736976; T074015; B524969; C409294; J321651; C174246; C7446432; P024539; P016574; EA273340; EA273340; R199827; MJ528718; CZH8455; J250890; R120893; G0N49528; ATU94751; FT922676; GB111262; KH62757; G454975; C4098795; B266383; T543425; J756117; 8611241; G454975; P225168; A081299; 4A06730; B213846; B104781; P096116; C417837; B508451; C7231757; T218771; B134861; A050578; Z256894; C197375; B119630; L147499REM; B559869; B206430; G0482462; Z121002; B513011; D2110421; F8163810;

CONDIÇÕES

OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS. DÉBITOS DE IPVA MULTAS DE TRANSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE CORRENDO TAMBEM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVÉL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1093. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP TEL.: (11) 5990-3165 . (CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/24**, processo nº 024.00019059/2024-70, destinado a **Contratação de Serviço de Dosimetria Pessoal** para a Seção de Radiologia do Instituto Lauro de Souza Lima conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. O edital encontra-se disponível no site: compras.Gov.br e a abertura da sessão será dia 07/05/2024 as 09:00 horas.

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/24**, processo nº 024.00031149/2024-39, destinado a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CURATIVO MALHA POROSA E OUTROS) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA DIVISÃO DE ENFERMAGEM** deste Instituto. O edital encontra-se disponível no site: compras.Gov.br e a abertura da sessão será dia 06/05/2024 as 09:00 horas.

Consurb S/A Empreendimentos Imobiliários

CNPJ/MF 55.323.455/0001-30

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Convocamos aos senhores acionistas da sociedade, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará às **10:30 horas, do dia 30 de abril de 2024,** em sua sede social localizada na Avenida Nove de Julho, nº 3.981, Jardim Paulista, nesta Capital do Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre: **1.** Aprovação da prestação de contas da diretoria e demonstrações contábeis do ano calendário de 2023; **2.** Aprovação da distribuição de lucros; **3.** Outros assuntos. São Paulo, 22 de abril de 2024. Ceci Soares Krahenbuhl Piccina - Diretora Presidente.

Caltabiano McLarty Participações S.A.

CNPJ nº 07.133.841/0001-16 NIRE 35.300.319.796

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 25/04/2024 às 12:15 horas, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e nos termos da Lei 6.404/1976, para deliberarem sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada por intermédio da Plataforma *Google Meet*. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Extraordinária. O ambiente estará disponível para acesso com 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. São Paulo, 18/04/2024. Alessandro Portella Maia, Diretor Presidente.

Caltabiano McLarty Participações S.A.

CNPJ nº 07.133.841/0001-16 NIRE 35.300.319.796

Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 29/04/2024 às 11 horas, na forma virtual, nos termos tutelados pela Lei 14.030/2020 e Instrução Normativa DREI nº 81/2020, para deliberarem sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/23 e sobre a destinação do lucro líquido do exercício. A Assembleia Geral Ordinária será realizada por intermédio da Plataforma *Google Meet*. Cada acionista receberá um convite eletrônico, onde constará o endereço eletrônico para que o Acionista tenha acesso ao ambiente virtual da Assembleia Geral Ordinária. O ambiente estará disponível para acesso com 30 (trinta) minutos de antecedência ao dia e horário constantes nesta Convocação. São Paulo, 19/04/24. Alessandro Portella Maia, Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Fábio Vieira de Souza Leite - Secretário Municipal de Governo
PREGÃO ELETRÔNICO nº 304/2023 - PROCESSO n° 58.251/2023
UASG 986249 Nº COMPRA 3042023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE LICENÇA DE SISTEMA DESTINADO À GESTÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS DO ACERVO FÍSICO E ELETRÔNICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 22 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06 DE MAIO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 19 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 37/2024 cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DA REDE SUS DO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA**. O período de envio das propostas será a partir de 22/04/2024 até 07/05/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 07/05/202 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 22/04/2024. Orlândia, SP, 19 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO IV S.A.

CNPJ nº 14.496.317/0001-75

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	2.834	4.982
Concessionárias	8	2.672	2.410
Imposto a compensar	9	344	43
Estoques		7	7
Cauções e depósitos vinculados	11	24.270	19.785
Adiantamento a fornecedores	12	111	109
Outros créditos	13	54	75
Despesas antecipadas	13	45	40
		30.338	**27.451**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	6	5
Cauções e depósitos vinculados	11	3.147	3.232
Imobilizado	14	90.385	93.895
Intangível	15	2	2
		93.539	**97.134**
Total do ativo		**123.877**	**124.585**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Impostos a pagar	9	1.574	1.087
Dividendos e JSCP	10	-	-
Fornecedores	16	762	1.427
Empréstimos e financiamentos	17	5.795	5.758
Outras contas a pagar	19	12.997	6.374
		21.128	**14.646**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	42.430	47.530
Provisão para desmantelamento	18	934	737
Outras contas a pagar	19	10.549	10.645
		53.912	**58.912**
Total do passivo		**75.040**	**73.558**
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	44.433	44.433
Reservas de lucros	20	4.404	6.594
Total do patrimônio líquido		**48.837**	**51.027**
Total do passivo e patrimônio líquido		**123.877**	**124.585**

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	3/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	15.864	14.712
Custo do serviço de energia elétrica	22		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(2.554)	(2.345)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.059)	(205)
		(3.613)	**(2.550)**
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(3.735)	(3.677)
Materiais e serviços de terceiros		(5.009)	(5.538)
Outros custos de operação		(226)	(61)
		(8.970)	**(9.276)**
		(12.583)	**(11.826)**
Lucro bruto		**3.275**	**2.886**
Despesas e Receitas	22		
Despesas gerais e administrativas		132	(112)
Outras despesas e receitas operacionais		(5)	(49)
		127	**(161)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**3.407**	**2.725**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		3.199	2.284
Despesas financeiras		(7.226)	(5.503)
		(4.026)	**(3.219)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(619)**	**(494)**
Tributos sobre o lucro	24		
Correntes		(1.570)	(1.223)
Diferidos		-	(73)
		(1.570)	**(1.296)**
Resultado líquido do exercício		**(2.190)**	**(1.790)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(2.190)	(1.790)
Resultado abrangente do exercício	**(2.190)**	**(1.790)**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**44.433**	**707**	**7.412**	**-**	**52.551**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.790)	-	(1.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**44.433**	**753**	**5.841**	**-**	**51.027**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(2.190)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**44.443**	**753**	**3.651**	**0**	**48.837**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(619)	(494)
Depreciações e amortizações	3.735	3.677
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	4.642	4.944
Juros de provisões para desmantelamento	91	103
Ajuste a valor presente de arrendamento - IFRS 16	413	338
Ajuste contrato de suprimento de energia	(6.530)	5.837
	1.732	**14.405**
Variações em:		
Concessionárias	6.268	(5.743)
Impostos a compensar	(301)	30
Despesas pagas antecipadamente	(6)	13
Estoque material de manutenção	-	(7)
Adiantamento a fornecedores	(2)	-
Outros créditos	21	(75)
Fornecedores	(665)	507
Impostos a pagar	(195)	(14)
Partes relacionadas	(1)	12
Outras contas a pagar	6.113	6.087
Caixa proveniente das atividades operacionais	**12.965**	**15.214**
Juros pagos	(4.114)	(4.500)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(889)	(477)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.961**	**10.238**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	(4.400)	(6.549)
Baixa de imobilizado e intangível	-	284
Adições ao imobilizado e intangível	(119)	(973)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(4.519)**	**(7.238)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos	-	(217)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(5.591)	(5.532)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(5.591)**	**(5.749)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.148)**	**(2.749)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.834	4.982
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.982	7.731
	(2.148)	**(2.749)**

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR
Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - **Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.

CNPJ nº 04.959.392/0001-71

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	11.989	11.489
Concessionárias	8	1.929	1.925
Impostos a compensar	9	268	100
Adiantamento a fornecedores	11	2	1
Despesas antecipadas	12	24	21
		14.213	**13.536**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	23.2	7	7
Imobilizado	13	14.977	14.582
Intangível	14	610	455
		15.594	**15.044**
Total do ativo		**29.806**	**28.580**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	1.396	1.194
Impostos a pagar	9	454	349
Dividendos e JCP	10	1.262	1.827
Outras contas a pagar	16	2.797	1.334
		5.908	**4.704**
Não circulante			
Provisões para desmantelamento	17	1.129	981
Outras contas a pagar	16	3.945	2.379
		5.074	**3.360**
Total do passivo		**10.983**	**8.064**
Patrimônio Líquido	18		
Capital social		12.396	12.396
Reservas de lucros		6.428	8.120
Total do patrimônio líquido		**18.824**	**20.516**
Total do passivo e patrimônio líquido		**29.806**	**28.580**

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	12.432	12.527
Custo do serviço de energia elétrica	20		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(547)	(514)
		(547)	**(514)**
Custo de operação	20		
Depreciações e amortizações		(1.368)	(1.282)
Materiais e serviços de terceiros		(5.255)	(3.328)
Outros custos de operação		(363)	(98)
		(6.986)	**(4.708)**
		(7.534)	**(5.222)**
Lucro bruto		**4.898**	**7.305**
Despesas	20		
Despesas gerais e administrativas		(163)	(161)
Outras despesas operacionais		(13)	(2)
		(176)	**(164)**
Resultado antes do resultado financeiro, participaçõessocietárias e tributos		**4.722**	**7.141**
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		1.403	1.058
Despesas financeiras		(258)	(168)
		1.145	**890**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**5.867**	**8.032**
Tributos sobre o lucro	22		
Correntes		(817)	(719)
Diferidos		-	(6)
		(817)	**(725)**
Resultado líquido do exercício		**5.050**	**7.307**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	5.050	7.307
Resultado abrangente do exercício	**5.050**	**7.307**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**12.396**	**2.640**	**5.735**	**-**	**20.771**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.307	7.307
Constituição de reserva legal	-	-	-	(1.827)	(1.827)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(5.735)	-	(5.735)
Distribuição de dividendos	-	-	5.480	(5.480)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	5.735	(5.735)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12.396**	**2.640**	**5.480**	**-**	**20.516**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.050	5.050
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(1.262)	(1.262)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(5.480)	-	(5.480)
Reserva de retenção de lucros	-	-	3.787	(3.787)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**12.396**	**2.640**	**3.787**	**-**	**18.824**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.867	8.032
Depreciações e amortizações	1.368	1.282
Juros de provisões para desmantelamento	121	120
Ajuste a valor presente de arrendamento - IFRS 16	136	47
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	(3.928)	(3.982)
	3.565	**5.499**
Variações em:		
Concessionárias	3.923	3.819
Impostos a compensar	(168)	21
Despesas pagas antecipadamente	(3)	7
Fornecedores	202	470
Impostos a pagar	(159)	(272)
Outras contas a pagar	2.892	522
Caixa proveniente das atividades operacionais	**10.251**	**10.066**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(553)	(288)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**9.699**	**9.778**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos vinculados	-	(7)
Adições ao imobilizado e intangível	(1.892)	(4)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos	**(1.892)**	**(11)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos	(7.307)	(7.647)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(7.307)**	**(7.647)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**500**	**2.120**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.989	11.489
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.489	9.368
	500	**2.120**

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR
Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/0-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Cooperativismo inclui pequenos produtores no mercado, diz ex-ministro

O cooperativismo rural foi um dos temas centrais dos debates do primeiro Encontro de Líderes Rurais que ocorre esta semana na Costa Rica, promovido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). "É uma solução extraordinária para incluir no mercado produtores pequenos e até médios que, individualmente, seriam expulsos e excluídos do mercado", defendeu o coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Roberto Rodrigues, que participou do encontro de forma remota.

No Brasil, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras, Sistema OCB, 54% da produção agrícola vêm de cooperativas. O país é considerado um modelo nesse quesito. Isso não significa, no entanto, que todos os problemas estejam resolvidos e que não haja desafios tanto de produção e organização quanto burocráticos. A conversa com Rodrigues foi uma das mais aguardadas, pois em toda a América, de acordo com os líderes que participam do encontro, sobretudo para os pequenos produtores, as cooperativas apresentam-se como forma de organização.

Rodrigues define o cooperativismo como "doutrina que visa corrigir o social por meio do econômico". A cooperativa rural é associação de produtores para que possam, juntos, comercializar os produtos e ter acesso a serviços e mesmo a máquinas que, sozinhos, não conseguiriam. "A cooperativa oferece ao cooperado condições que individualmente não teria condições de resolver", diz Rodrigues. "As cooperativas agregam pequenos, transformando-os, em conjunto, em produtor que compete com grandes", acrescenta.

As situações são diferentes nos países, mas um ponto comum é que o cooperativismo não é tarefa fácil. Para a secretária de Agricultura Familiar de Betânia, no Piauí, Francisca Neri, uma das líderes que representam o Brasil no encontro, o cooperativismo é a solução para a região onde vive, mas é preciso que os mais jovens aprendam e também se entusiasmem sobre a forma de organização. "Como nós vamos fazer as pessoas entenderem que o associativismo e o cooperativismo são os negócios do futuro, que estão acontecendo no presente e que a gente enquanto agricultor não pode ficar de fora?", questiona. Ela defende que o cooperativismo seja ensinado nas escolas.

Em Honduras, segundo a líder Eodora Méndez, o desafio é que os produtores permaneçam na cooperativa. "Muita gente pensou que cooperativismo era organizar-se e receber benefícios. É mais que isso, é trabalhar em conjunto, aglutinando a produção e poder comercializar. Muita gente se retirou e somos poucos os que estamos em cooperativa. Muita gente jogou a toalha, mas estamos lutando sempre para que as cooperativas se mantenham", diz.

Eodora pertence ao povo originário Lenca e vem de uma família que se dedica ao cultivo de grãos e hortaliças. Foi presidente da Empresa Campesina Agroindustrial de Reforma Agrária de Intibucá (Ecarai), uma organização rural com visão empresarial que representa comunidades de uma das zonas do Departamento Intibucá. Seu trabalho impacta 325 pequenos agricultores. "Quando nos organizamos, temos alternativas de produção, podemos vender a preços melhores e é preciso que isso funcione para que sigamos ativos", defende.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL EÓLICA AVENTURA I S.A.

CNPJ nº 19.980.957/0001-70

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	14.008	13.213
Concessionárias	8	2.679	2.109
Impostos a compensar	9	294	44
Cauções e depósitos vinculados	11	-	394
Material para uso e consumo		66	66
Adiantamento a fornecedores		18	19
Despesas antecipadas	12	47	41
Outros créditos	12	250	232
		17.363	**16.118**
Não circulante			
Concessionárias	8	24	24
Partes relacionadas	10	24	24
Despesas antecipadas	12	1.266	1.447
Cauções e depósitos vinculados	11	2.961	2.524
Imobilizado	13	115.667	120.238
Intangível	14	187	195
		120.129	**124.451**
Total do ativo		**137.491**	**140.569**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	1.370	1.125
Impostos a pagar	9	858	626
Empréstimos e financiamentos	16	4.305	4.277
Outras contas a pagar	18	279	141
		6.812	**6.169**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	40.671	44.284
Provisão para desmantelamento	17	914	714
Outras contas a pagar	18	4.899	3.227
		46.484	**48.225**
Total do passivo		**53.296**	**54.394**
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		81.679	81.679
Reservas de lucros		2.516	4.495
Total do patrimônio líquido		**84.195**	**86.174**
Total do passivo e patrimônio líquido		**137.491**	**140.569**

Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	16.366	15.195
Custo do serviço de energia elétrica	21		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(3.500)	(3.161)
Energia elétrica comprada para revenda		(240)	(151)
		(3.740)	**(3.312)**
Custo de operação			
Depreciações e amortizações		(4.690)	(4.764)
Perda por valor recuperável		-	(1.870)
Materiais e serviços de terceiros		(4.953)	(4.066)
Outros custos de operação		(490)	(623)
		(10.133)	**(11.323)**
		(13.873)	**(14.636)**
Lucro bruto		**2.483**	**559**
Despesas e Receitas	21		
Despesas gerais e administrativas		(136)	(148)
Outras despesas e receitas		(10)	(1)
		(146)	**(149)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**2.347**	**410**
Resultado das participações societárias			
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		1.230	1.308
Despesas financeiras		(4.613)	(4.819)
		(3.383)	**(3.510)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(1.036)**	**(3.100)**
Tributos sobre o lucro	23		
Correntes		(944)	(907)
Diferidos		-	(80)
		(944)	**(987)**
Resultado líquido do exercício		**(1.979)**	**(4.087)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(1.979)	(4.087)
Resultado abrangente do exercício	**(1.979)**	**(4.087)**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**81.679**	**614**	**7.969**	**-**	**90.262**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.087)	(4.087)
Compensação do prejuízo	-	-	(4.087)	4.087	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**81.679**	**614**	**3.882**	**-**	**86.175**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.979)	(1.979)
Compensação do prejuízo	-	-	(1.979)	1.979	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**81.679**	**614**	**1.903**	**-**	**84.196**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.036)	(3.100)
Depreciações e amortizações	4.690	4.764
Impairment	-	1.870
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	4.194	4.378
Juros de provisões para desmantelamento	88	96
Ajuste a valor presente de arrendamento – IFRS 16	289	296
Ajuste contrato de suprimento de energia	(1.857)	645
	6.368	**8.949**
Variações em:		
Concessionárias	1.287	2.515
Impostos a compensar	(250)	53
Despesas pagas antecipadamente	176	13
Material de consumo	-	(38)
Outros créditos	(18)	212
Fornecedores	245	(151)
Impostos a pagar	43	(58)
Partes relacionadas	-	22
Outras contas a pagar	1.522	597
Caixa proveniente das atividades operacionais	**9.373**	**12.114**
Juros pagos	(3.655)	(3.917)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(755)	(1.335)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**4.963**	**6.862**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	(43)	(146)
Baixa de imobilizado e intangivel	-	239
Adições ao imobilizado e intangível	-	(547)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(43)**	**(454)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos	-	(2.037)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(4.125)	(4.082)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(4.125)**	**(6.119)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**795**	**289**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.008	13.213
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.213	12.924
	795	**289**

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR
Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/0-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Aventura I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Aventura I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO I S.A.

CNPJ nº 14.496.492/0001-62

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	2.821	4.648
Concessionárias	8	3.371	2.691
Impostos a compensar	9	345	47
Cauções e depósitos vinculados	11	25.962	19.873
Estoque de material de manutenção		23	23
Adiantamento a fornecedores	12	133	133
Despesas antecipadas	13	46	40
Outros créditos	13	2	2
		32.702	**27.457**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	11	3.456	3.549
Imobilizado	14	93.158	96.765
Intangível	15	1.127	1.177
		97.741	**101.491**
Total do ativo		**130.443**	**128.948**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Impostos a pagar	9	1.615	1.084
Fornecedores	16	707	1.183
Empréstimos e financiamentos	17	6.551	6.509
Outras contas a pagar	19	10.546	4.227
		18.632	**13.003**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	47.839	53.572
Provisão para desmantelamento	18	934	737
Outras contas a pagar	19	9.759	9.787
		58.531	**64.096**
Total do passivo		**78.104**	**77.100**
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	39.217	39.217
Reservas de lucros	20	13.122	12.631
Total do patrimônio líquido		**52.339**	**51.848**
Total do passivo e patrimônio líquido		**130.443**	**128.948**

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	17.406	16.549
Custo do serviço de energia elétrica	22		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(2.552)	(2.345)
Energia elétrica comprada para revenda		(257)	(213)
		(2.810)	**(2.558)**
Custo de operação	22		
Depreciações e amortizações		(3.980)	(3.916)
Materiais e serviços de terceiros		(5.009)	(5.395)
Outros custos de operação		(334)	(60)
		(9.323)	**(9.371)**
		(12.133)	**(11.929)**
Lucro bruto		**5.273**	**4.620**
Despesas e Receitas	22		
Despesas gerais e administrativas		(121)	(162)
Outras despesas		(4)	
		(125)	**(162)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**5.148**	**4.458**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		3.213	2.305
Despesas financeiras		(6.097)	(6.123)
		(2.884)	**(3.818)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**2.264**	**640**
Tributos sobre o lucro	24		
Correntes		(1.620)	(1.289)
Diferidos	9.1	-	(88)
		(1.620)	**(1.377)**
Resultado líquido do exercício		**644**	**(737)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	644	(737)
Resultado abrangente do exercício	**644**	**(737)**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**39.217**	**932**	**12.436**	**-**	**52.585**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(737)	(737)
Compensação prejuízo com reserva de lucro			(737)	737	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**39.217**	**932**	**11.699**	**-**	**51.848**
Lucro líquido do exercício				644	644
Constituição reserva legal		32		(32)	-
Dividendos mínimos obrigatório				(153)	(153)
Reserva de retenção de lucro			459	(459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**39.217**	**964**	**12.158**	**-**	**52.339**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.264	640
Depreciações e amortizações	3.980	3.916
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	5.259	5.602
Juros de provisões para desmantelamento	91	103
Ajuste a valor presente de arrendamento - IFRS 16	482	320
Ajuste contrato de suprimento de energia	(6.254)	5.644
	5.822	**16.225**
Variações em:		
Concessionárias	5.575	(5.663)
Impostos a compensar	(298)	41
Despesas pagas antecipadamente	(6)	14
Adiantamento a fornecedores	-	(2)
Outros créditos	1	25
Estoque de material para manutenção	-	(23)
Fornecedores	(475)	279
Impostos a pagar	(188)	(70)
Outras contas a pagar	5.808	5.457
Caixa proveniente das atividades operacionais	**16.239**	**16.284**
Juros pagos	(4.630)	(5.064)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(902)	(544)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**10.708**	**10.675**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	(5.995)	(6.523)
Adições ao imobilizado e intangível	(218)	(592)
Baixa de imobilizado e intangivel		284
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(6.213)**	**(6.831)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos	-	(396)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(6.321)	(6.255)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(6.321)**	**(6.651)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.827)**	**(2.807)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.821	4.648
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.648	7.455
	(1.827)	**(2.807)**

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR
Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Baixa do Feijão I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Para diretora da CVM, consulta pública sobre influencers não deve resultar em regulação

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) analisa atualmente os comentários feitos em sua consulta pública sobre a atividade de influenciadores digitais relacionados ao mercado de capitais. Para a diretora Marina Copola, é pouco provável que o resultado deste debate seja a regulação da atividade como uma prestação de serviço autônoma, sujeita a registro. Ainda assim, ela ressalta que não é possível saber qual será o encaminhamento para o assunto.

Copola enxerga que o mais relevante é a transparência nas relações entre os influenciadores e o mercado. "Geralmente quem busca informações sobre investimentos na internet é justamente o mais vulnerável. Isto tem que ser tratado com cautela." Ela falou em evento promovido pelo escritório Levy & Salomão na quinta-feira, 18.

De 2020 para cá, houve mudança drástica nos serviços prestados no mercado de capitais, aponta a diretora. "O que era muito limitado a poucos investidores passou a ser democratizado. Aos poucos, os entes reguladores começaram a olhar para os novos agentes", afirma Copola. Ela cita como marco estudo da CVM de 2022 sobre possível regulamentação da relação comercial entre participantes do mercado e influenciadores.

A regulação das plataformas digitais, no entanto, é um tema que foge da alçada da CVM. O debate sobre o papel das redes sociais está nos holofotes, não só em relação ao mundo financeiro, mas também sobre limites da liberdade de expressão e o cometimento de crimes.

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) identifica 515 influenciadores de investimentos. Ao total, são mais de 170 milhões de perfis que seguem estas figuras públicas.

Queda da inflação parece que não será tão rápida quanto no último ano, avalia Goolsbee, do Fed

O presidente do Federal Reserve (Fed) de Chicago, Austan Goolsbee, afirmou na última sexta-feira, 19, que, após os dados recentes, a desaceleração da inflação nos Estados Unidos deve ser mais lenta nos próximos meses em comparação com o último ano "Até agora, em 2024, esse progresso na inflação estagnou", afirmou, em sessão de perguntas e respostas durante conferência.

Questionado sobre a possibilidade de o Fed ter que aumentar juros à frente, o dirigente defendeu que seria inadequado especular essa questão, mas reiterou que nenhuma opção está fora da mesa quando se trata de política monetária. De acordo com ele, as decisões dependerão da evolução dos indicadores econômicos.

Goolsbee comentou que a política monetária restritiva atual está em uma boa posição para conter a inflação. Apesar disso, o dirigente entende que a inflação no segmento de serviços não está se comportando da maneira esperada e, assim, representa um problema no curto prazo.

Goolsbee acrescentou que há sinais de que o mercado de trabalha caminha para um quadro de maior equilíbrio, não de superaquecimento.

Inflação de habitação - O presidente do Fed de Chicago afirmou que o segmento de serviços de habitação representa "o principal problema" no curto prazo para as perspectivas de inflação nos Estados Unidos.

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL EÓLICA JAU S.A.

edp Renewables

CNPJ nº 17.227.909/0001-80

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	53.931	49.483
Concessionárias	8	8.450	6.949
Impostos a compensar	9	213	274
Cauções e depósitos vinculados	11	2	1.289
Material para uso e consumo	12	351	351
Adiantamento a fornecedores	13	75	76
Despesas antecipadas	14	140	125
Outros créditos	14	806	815
		63.969	**59.362**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	9	9
Cauções e depósitos vinculados	11	9.788	9.175
Outros créditos	14	3.905	4.465
Imobilizado	15	336.071	342.648
Intangível	16	634	678
		350.407	**356.976**
Total do ativo		**414.376**	**416.338**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	3.318	4.009
Impostos a pagar	9	1.912	1.763
Partes relacionadas	10	441	-
Empréstimos e financiamentos	18	13.982	13.894
Outras contas a pagar	20	4.132	4.260
		23.784	**23.926**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	131.199	142.764
Provisões para desmantelamento	19	3.304	2.590
Partes relacionadas	10	-	21
Outras contas a pagar	20	24.012	16.374
		158.515	**161.749**
Total do passivo		**182.299**	**185.676**
Patrimônio Líquido	21		
Capital social		174.052	174.052
Reservas de lucros		58.025	56.611
Total do patrimônio líquido		**232.077**	**230.662**
Total do passivo e patrimônio líquido		**414.376**	**416.338**

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	22	50.258	46.715
Custo do serviço de energia elétrica	23		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(7.694)	(7.126)
Energia elétrica comprada para revenda		(533)	(527)
		(8.227)	**(7.654)**
Custo de operação	23		
Depreciações e amortizações		(13.345)	(13.361)
Materiais e serviços de terceiros		(11.646)	(10.830)
Outros custos de operação		(883)	(598)
		(25.874)	**(24.789)**
		(34.101)	**(32.443)**
Lucro bruto		**16.157**	**14.273**
Despesas e Receitas	23		
Despesas gerais e administrativas		(190)	(207)
Outras despesas e receitas		(40)	(18)
		(231)	**(226)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**15.926**	**14.047**
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		5.327	4.705
Despesas financeiras		(16.042)	(16.769)
		(10.715)	**(12.064)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**5.211**	**1.938**
Tributos sobre o lucro	25		
Correntes		(3.355)	(3.068)
Diferidos		-	(280)
		(3.355)	**(3.347)**
Resultado líquido do exercício		**1.855**	**(1.365)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	1.855	(1.365)
Resultado abrangente do exercício	**1.855**	**(1.365)**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**174.052**	**3.453**	**54.522**	**-**	**232.027**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.365)	(1.365)
Compensação do prejuízo	-	-	(1.365)	1.365	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**174.052**	**3.453**	**53.157**	**-**	**230.662**
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	1.855	1.855
Constituição de reserva legal	-	93	-	(93)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(441)	(441)
Reserva de retenção de lucros	-	-	1.322	(1.322)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**174.052**	**3.546**	**54.479**	**-**	**232.077**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.211	1.983
Depreciações e amortizações	13.345	13.361
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14.360	15.042
Juros de provisões para desmantelamento	321	347
Ajuste a valor presente de arrendamento - IFRS 16	1.538	1.318
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	(7.359)	6.673
	27.416	**38.724**
Variações em:		
Concessionárias	5.858	(1.278)
Impostos a compensar	61	32
Despesas pagas antecipadamente	545	40
Adiantamento a fornecedores	1	435
Materiais de consumo	-	(161)
Outros créditos	8	591
Fornecedores	(691)	316
Impostos a pagar	(658)	(891)
Outras contas a pagar	5.972	6.439
Caixa proveniente das atividades operacionais	**38.512**	**44.247**
Juros pagos	(12.468)	(13.394)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.549)	(4.070)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**23.496**	**26.783**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	674	(1.316)
Baixa de imobilizado e intangível	-	(2.092)
Adições ao imobilizado e intangível	(6.331)	849
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(5.657)**	**(2.559)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos	-	(2.884)
Partes relacionadas	(21)	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(13.370)	(13.229)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(13.391)**	**(16.113)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4.448**	**8.112**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	53.931	49.483
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.483	41.371
	4.448	**8.112**

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR
Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica JAU S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica JAU S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO III S.A.

edp Renewables

CNPJ nº 14.496.290/0001-10

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br
Declaração do auditor independente
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	534	3.070
Concessionárias	8	2.771	2.541
Impostos a compensar	9	244	48
Cauções e depósitos vinculados	11	20.398	16.233
Material para uso e consumo	12	225	151
Adiantamento a fornecedores	13	113	111
Despesas antecipadas	14	55	48
Outros créditos	14	14	56
		24.354	**22.258**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	7	7
Cauções e depósitos vinculados	11	3.385	3.500
Imobilizado	15	115.224	119.810
		118.616	**123.317**
Total do ativo		**142.970**	**145.575**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	908	1.431
Impostos a pagar	9	1.785	1.430
Empréstimos e financiamentos	17	6.428	6.388
Outras contas a pagar	19	12.695	5.637
		21.816	**14.886**
Empréstimos e financiamentos	17	47.065	52.722
Provisão para desmantelamento	18	934	737
Outras contas a pagar	19	10.879	10.898
		58.878	**64.357**
Total do passivo		**80.695**	**79.244**
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	67.417	67.417
Reservas de lucros		-	-
Prejuízos acumulados		(5.141)	(1.086)
Total do patrimônio líquido		**62.275**	**66.331**
Total do passivo e patrimônio líquido		**142.970**	**145.575**

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	15.964	15.742
Custo do serviço de energia elétrica	22		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(2.556)	(2.349)
Energia elétrica comprada para revenda		(266)	(218)
		(2.822)	**(2.567)**
Custo de operação	22		
Depreciações e amortizações		(4.909)	(4.847)
Materiais e serviços de terceiros		(5.543)	(5.569)
Outros custos de operação		(328)	(137)
		(10.781)	**(10.553)**
		(13.602)	**(13.120)**
Lucro bruto		**2.362**	**2.622**
Despesas e Receitas	22		
Despesas gerais e administrativas		(116)	(119)
Outras despesas e receitas operacionais		(20)	(50)
		(136)	**(169)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**2.226**	**2.453**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		2.597	1.882
Despesas financeiras		(7.515)	(6.019)
		(4.918)	**(4.137)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(2.692)**	**(1.684)**
Tributos sobre o lucro	24		
Correntes		(1.363)	(1.119)
Diferidos		-	(86)
		(1.363)	**(1.205)**
Resultado líquido do exercício		**(4.055)**	**(2.889)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(4.055)	(2.889)
Resultado abrangente do exercício	**(4.055)**	**(2.889)**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Em milhares de reais	Capital social	Reserva legal	Reservas de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	**67.417**	**604**	**1.199**	**-**	**69.220**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(2.889)	(2.889)
Compensação do prejuízo com reserva de lucros	-	-	(1.199)	1.199	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**67.417**	**604**	**-**	**(1.691)**	**66.331**
Prejuízo líquido do exercício				(4.055)	(4.055)
Compensação do prejuízo com reservas de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**67.417**	**604**	**-**	**(5.746)**	**62.275**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

Em milhares de reais	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.692)	(1.684)
Depreciações e amortizações	4.909	4.847
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	5.149	5.485
Juros de provisões para desmantelamento	91	103
Ajuste a valor presente de arrendamento - IFRS 16	478	312
Ajuste contrato de suprimento de energia	(6.954)	5.745
	981	**14.808**
Variações em:		
Concessionárias	6.724	(5.666)
Impostos a compensar	(196)	46
Despesas pagas antecipadamente	(7)	16
Adiantamento a fornecedores	(2)	(1)
Outros créditos	42	(113)
Fornecedores	(523)	268
Material de consumo	(74)	-
Impostos a pagar	(221)	(61)
Partes relacionadas	-	6
Outras contas a pagar	6.560	5.608
Caixa proveniente das atividades operacionais	**13.284**	**14.910**
Juros pagos	(4.564)	(4.992)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(786)	(503)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.934**	**9.415**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	(4.050)	(5.676)
Adições ao imobilizado e intangível	(218)	(592)
Baixa de imobilizado e intangível	-	284
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(4.268)**	**(5.984)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos		
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(6.202)	(6.137)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(6.202)**	**(6.137)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.535)**	**(2.707)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	534	3.070
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.070	5.777

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR
Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Baixa do Feijão III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Bolsas da Europa fecham sem sinal único, com tensões e dirigentes de BCs no radar

As bolsas da Europa fecharam sem sinal único na última sexta-feira, em uma sessão que começou com aversão a riscos por conta das tensões no Oriente Médio, mas que foi abandonando a cautela aos poucos, na medida em que prevaleceu a visão de que uma eventual escalada do conflito seria contida. Além disso, houve a declaração de dirigentes de bancos centrais da região, com destaque para a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, que falou sobre corte de juros diante do processo de desinflação.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,11%, a 499,16 pontos. Em Paris, o CAC 40 caiu 0,01%, a 8.022,41 pontos. Em Lisboa, o PSI 20 teve queda de 0,51%, a pontos. Em Madri, o Ibex 35 recuou 0,33%, a 10.729,50 pontos.

Lagarde afirmou que a instituição poderá cortar juros à frente, se ampliar a confiança de que a inflação converge à meta de 2% na zona do euro. De qualquer forma, ela reforçou o compromisso da entidade em seguir guiada pela evolução dos dados econômicos. "O Conselho não está pré-comprometido com uma trajetória particular para a taxa", afirmou. Outro dirigente do BCE, Edward Scicluna avaliou que junho é o mês "mais provável" em que o comando do BCE concordará em começar a cortar os juros. Segundo ele, não há motivo para manter as taxas nos níveis atuais, já que a inflação caminha para a meta de 2%.

O dirigente do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) Dave Ramsden expressou ter ficado menos preocupado com progresso na inflação no Reino Unido nos últimos meses. Ramsden contou que temia, durante boa parte de 2023, que a economia britânica estivesse descolada dos EUA e zona do euro em termos de desinflação. Agora, porém, ele disse que o Reino Unido se parece mais como um player "atrasado".

G7 emite comunicado preocupado com 'políticas não mercantis' da China

O G7 está preocupado com o fato de as políticas e práticas não mercantis da China estarem conduzindo a um excesso de capacidade prejudicial, que prejudica os "nossos trabalhadores, as nossas indústrias e a resiliência econômica". Em comunicado, o grupo das sete economias mais desenvolvidas do mundo diz que uma China em crescimento que cumpra as regras internacionais seria de interesse global. "Não estamos nos dissociando ou nos voltando para dentro", afirma o documento, publicado após reunião dos ministros das Relações Exteriores do G7. Reiteramos a importância de garantir condições de concorrência equitativas e um ambiente de negócios transparente, previsível e justo, aponta o G7. "O respeito pelo sistema comercial multilateral baseado em regras e em princípios de mercado tem de ser a marca das nossas relações, para proteger os nossos trabalhadores e empresas de políticas e práticas injustas e não mercantis, incluindo a transferência forçada de tecnologia ou a divulgação ilegítima de dados, que distorcem o economia global e prejudicam a concorrência leal", diz o documento. "Protegeremos os nossos trabalhadores e comunidades de práticas empresariais injustas, incluindo aquelas que levam ao excesso de capacidade, criam vulnerabilidades na cadeia de abastecimento e aumentam a exposição à coerção econômica, uma vez que reconhecemos que a resiliência econômica exige redução de riscos e diversificação sempre que necessário", afirma o grupo.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

CENTRAL EÓLICA BAIXA DO FEIJÃO II S.A.

CNPJ nº 14.496.545/0001-45

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br

Declaração do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	230	3.148
Concessionárias	8	2.805	2.605
Cauções e depósitos vinculados	11	31.938	24.974
Adiantamento a fornecedores	12	151	154
Despesas antecipadas	13	45	39
Impostos a compensar	9	447	53
Outros créditos	13	-	-
		35.617	**30.973**
Não circulante			
Partes relacionadas	10	-	-
Cauções e depósitos vinculados	11	3.177	3.266
Imobilizado	14	89.341	92.738
Intangível	15	1	1
		92.519	**96.005**
Total do ativo		**128.136**	**126.978**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	580	1.093
Impostos a recolher	9	1.866	1.277
Dividendos a pagar	10	-	30
Empréstimos e financiamentos	17	5.874	5.837
Outras contas a pagar	19	12.012	5.202
		20.332	**13.439**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	43.008	48.178
Provisões para desmantelamento	18	934	737
Outras contas a pagar	19	9.398	9.417
		53.340	**58.332**
Total do passivo		**73.672**	**71.771**
Patrimônio Líquido	20		
Capital social		40.551	40.551
Reservas de lucros		13.913	14.656
Total do patrimônio líquido		**54.465**	**55.207**
Total do passivo e patrimônio líquido		**128.136**	**126.978**

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	16.348	16.167
Custo do serviço de energia elétrica	22		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(2.547)	(2.340)
Energia elétrica comprada para revenda		(295)	(203)
		(2.841)	**(2.543)**
Custo de operação	22		
Depreciações e amortizações		(3.720)	(3.657)
Materiais e serviços de terceiros		(5.016)	(5.163)
Outros custos de operação		(366)	(198)
		(9.102)	**(9.017)**
		(11.943)	**(11.560)**
Lucro bruto		**4.405**	**4.607**
Despesas e Receitas			
Despesas gerais e administrativas	22	(116)	(153)
Outras despesas		(5)	(2)
		(121)	**(155)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**4.285**	**4.452**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		3.750	2.681
Despesas financeiras		(7.021)	(5.517)
		(3.271)	**(2.836)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**1.013**	**1.616**
Tributos sobre o lucro	24		
Correntes		(1.757)	(1.406)
Diferidos		-	(86)
		(1.757)	**(1.492)**
Resultado líquido do exercício		**(743)**	**124**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	(743)	124
Resultado abrangente do exercício	**(743)**	**124**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	**40.551**	**1.020**	**13.541**	**-**	**55.112**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	124	124
Constituição de reserva legal	-	6	-	(6)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(30)	(30)
Reserva de retenção de lucros	-	-	88	(88)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**40.551**	**1.026**	**13.629**	**-**	**55.206**
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(743)	(743)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	(743)	743	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**40.551**	**1.026**	**12.887**	**-**	**54.464**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.015	1.616
Depreciações e amortizações	3.720	3.657
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	4.705	5.012
Juros de provisões para desmantelamento	91	103
Ajuste a valor presente de arrendamento - IFRS 16	478	312
Ajuste contrato de suprimento de energia	(6.727)	5.335
	3.282	**16.035**
Variações em:		
Concessionárias	6.527	(5.320)
Impostos a compensar	(396)	33
Despesas pagas antecipadamente	(6)	14
Adiantamento a fornecedores	3	(33)
Outros créditos	-	36
Fornecedores	(513)	241
Impostos a pagar	(197)	(77)
Partes relacionadas	-	24
Outras contas a pagar	6.313	5.235
Caixa proveniente das atividades operacionais	**15.013**	**16.187**
Juros pagos	(4.170)	(4.561)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(971)	(533)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**9.871**	**11.093**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	(6.874)	(7.778)
Adiçao de imobilizado e intangivel	(218)	(592)
Baixa ao imobilizado e intangível	-	284
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(7.092)**	**(8.086**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos	(30)	(629)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(5.667)	(5.608)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(5.697)**	**(6.237)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.918)**	**(3.229)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	230	3.148
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.148	6.377
	(2.918)	**(3.229)**

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR
Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

ELEBRÁS PROJETOS S.A.

CNPJ nº 04.823.041/0001-39

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
a) https://www.diariodenoticias.com.br

Declaração do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	31.661	13.200
Concessionárias	8	21.572	23.460
Impostos a compensar	9	4.158	1.377
Cauções e depósitos vinculados	11	59.295	66.615
Materiais para uso e consumo	12	497	428
Adiantamento a fornecedores	13	48	49
Despesas antecipadas	14	203	160
Outros créditos	14	-	2
		117.434	**105.291**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.455	2.042
Cauções e depósitos vinculados	11	6.093	6.074
Imobilizado	15	134.201	148.260
Intangível	16	1.703	1.898
		144.452	**158.274**
Total do ativo		**261.887**	**263.565**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	3.134	2.301
Impostos a pagar	9	30.097	28.322
Partes relacionadas	10	26.781	26.095
Empréstimos e financiamentos	18	4.863	4.832
Outras contas a pagar	19	7.543	4.080
		72.417	**65.630**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	13.558	18.154
Provisões	20	7.806	6.740
Outras contas a pagar	19	3.176	2.476
		24.539	**27.370**
Total do passivo		**96.956**	**93.000**
Patrimônio Líquido	21		
Capital social		103.779	103.779
Reservas de lucros		61.151	66.787
Total do patrimônio líquido		**164.931**	**170.566**
Total do passivo e patrimônio líquido		**261.887**	**263.565**

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	22	139.551	141.915
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	23		
Encargos de uso da rede elétrica		(5.860)	(5.811)
		(5.860)	**(5.811)**
Custo de operação	23		
Depreciações e amortizações		(14.489)	(14.559)
Materiais e serviços de terceiros		(21.284)	(19.751)
Outros custos de operação		(4.422)	(4.020)
		(40.195)	**(38.330)**
		(46.056)	**(44.140)**
Lucro bruto		**93.459**	**97.774**
Despesas e Receitas	23		
Despesas gerais e administrativas		(1.234)	(1.396)
Outras despesas e receitas operacionais		811	(6)
		(423)	**(1.403)**
Resultado antes do resultado financeiro, participaçõessocietárias e tributos		**93.072**	**96.372**
Resultado das participações societárias			
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		9.673	6.201
Despesas financeiras		(3.270)	(3.549)
		6.403	**2.652**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**99.475**	**99.024**
Tributos sobre o lucro	25		
Correntes		(30.174)	(27.729)
Diferidos		413	(422)
		(29.761)	**(28.151)**
Resultado líquido do exercício		**69.714**	**70.873**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	69.714	70.873
Resultado abrangente do exercício	**69.714**	**70.873**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**103.779**	**16.363**	**40.117**	**-**	**160.259**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	70.873	70.872
Constituição de reserva legal	-	3.543	-	(3.543)	-
Distribuição JSCP	-	-	-	(10.898)	(10.898)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(16.832)	(16.832)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(32.836)	-	(32.836)
Reserva de retenção de lucros	-	-	39.599	(39.599)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**103.779**	**19.906**	**46.880**	**-**	**170.565**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	69.714	69.714
Constituição de reserva legal	-	850	-	(850)	-
Distribuição JSCP	-	-	-	(11.253)	(11.253)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(17.216)	(17.216)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(46.880)	-	(46.880)
Reserva de retenção de lucros	-	-	40.395	(40.395)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**103.779**	**20.756**	**40.395**	**-**	**164.930**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	99.475	99.023
Depreciações e amortizações	14.489	14.559
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	1.880	2.215
Juros de provisões para desmantelamento	831	767
Ajuste a valor presente de arrendamento - IFRS 16	487	508
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	(6.532)	(2.150)
	110.630	**114.922**
Variações em:		
Concessionárias	8.420	6.634
Impostos a compensar	(3.194)	(364)
Despesas pagas antecipadamente	(43)	(10)
Adiantamento a fornecedores	1	364
Material de consumo	(70)	(303)
Outros créditos	2	-
Fornecedores	833	301
Impostos a pagar	(31)	(1.439)
Partes relacionadas	-	15
Outras contas a pagar	3.676	(6.508)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**120.224**	**113.613**
Juros pagos	(1.671)	(2.024)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.955)	(22.762)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**90.597**	**88.827**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	7.301	(31.545)
Adições ao imobilizado e intangível	-	(25)
Baixa de imobilizado e intangivel	-	990
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**7.301**	**(30.580)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos	(74.663)	(52.159)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(4.775)	(4.725)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(79.438)	**(56.884)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**18.460**	**1.364**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.661	13.200
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.200	11.836
	18.460	**1.364**

DIRETORIA
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor Presidente

CONTADOR
Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/0-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Elebrás Projetos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elebrás Projetos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e
emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

Diretora do FMI defende reconstrução de colchões fiscais em meio à escalada da dívida no mundo

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, afirmou na última sexta-feira, 19, que a comunidade internacional deve focar na reconstrução dos colchões fiscais. A conclusão reflete as discussões na reunião do Comitê do Fundo Monetário Internacional (IMFC, na sigla em inglês), no âmbito das Reuniões da Primavera.

Em coletiva após o encontro, Georgieva ressaltou que a dívida pública está alta em todo o mundo, mas reconheceu que o problema é mais severo em alguns país. A dirigente reconheceu que o processo de consolidação fiscal "não é fácil", embora entenda que o procedimento pode ser distribuído ao longo do tempo e poupar os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Georgieva acrescentou que os integrantes do IMFC concordaram em trabalhar para ampliar o apoio às nações de renda mais baixa.

Na mesma coletiva, o presidente do IMFC e ministro das Finanças da Arábia Saudita, Mohammed Aljadaan, comentou sobre algumas conclusões da reunião. De acordo com ele, a economia global caminha para alcançar um "pouso suave", fenômeno que descreve o controle da inflação sem um dano significativo à atividade. "Contudo, as perspectivas de crescimento mundial a médio prazo continuam fracas", destacou.

Aljadaan acrescentou que guerras em curso no mundo ampliam os riscos econômicos e a persistência da inflação inspira cautela. "Neste contexto, as nossas prioridades políticas consistem em alcançar a estabilidade de preços, reforçar a sustentabilidade orçamental e salvaguardar a estabilidade financeira, promovendo simultaneamente o crescimento inclusivo e sustentável", pontuou.

Crédito rural: prazo para renegociação de dívida de investimento vai até 31 de maio

Os produtores rurais que foram prejudicados por intempéries climáticas ou queda de preços agrícolas têm prazo até 31 de maio para renegociar dívidas do crédito rural para investimentos. A informação é do Ministério da Agricultura e Pecuária, com base em medida aprovada, com apoio do Ministério da Fazenda, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em março passado. Segundo o comunicado, com a iniciativa, as instituições financeiras poderão adiar ou parcelar os débitos que irão vencer ainda em 2024, relativos a contratos de investimentos dos produtores de soja, de milho e da pecuária leiteira e de corte. Neste contexto, as operações contratadas devem estar em situação de adimplência até 30 de dezembro de 2023. A renegociação autorizada abrange operações de investimento cujas parcelas com vencimento em 2024 podem alcançar o valor de R$ 20,8 bilhões em recursos equalizados, R$ 6,3 bilhões em recursos dos fundos constitucionais e R$ 1,1 bilhão em recursos obrigatórios. Caso todas as parcelas das operações enquadradas nos critérios da resolução aprovada pelo CMN sejam prorrogadas, o custo será de R$ 3,2 bilhões, distribuído entre os anos de 2024 e 2030, sendo metade para a agricultura familiar e metade para a agricultura empresarial. O custo efetivo será descontado dos valores a serem destinados para equalização de taxas dos planos safra 2024/2025. O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, disse na nota: "Problemas climáticos e preços achatado trouxeram incertezas para os produtores. Porém, pela primeira vez na história, um governo se adiantou e aplicou medidas de apoio antes mesmo do fim da safra".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STF valida cadastros de pedófilos e condenados por violência contra a mulher em Mato Grosso

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, validou o cadastro estadual de pedófilos e a lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher, instituídos por leis do Mato Grosso. Nos bancos de dados, contudo, não devem ser publicados nomes das vítimas ou informações capazes de permitir sua identificação pelo público em geral.

A decisão foi tomada na sessão desta quinta-feira (18) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6620, proposta pelo governo mato-grossense contra as Leis estaduais 10.315/2015 e 10.915/2019.

Presunção de inocência - O colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, para que no cadastro constem somente informações de pessoas que já tenham sido condenadas por sentença definitiva (transitada em julgado). A seu ver, a previsão de que o banco de dados seria constituído por suspeitos e indiciados é inconstitucional porque fere o princípio da presunção de inocência.

Ressocialização - O Tribunal acolheu proposta do ministro Flávio Dino para que nomes e fotos dessas pessoas estejam disponíveis para acesso público até o fim do cumprimento da pena e não até que se obtenha a reabilitação judicial, como previa a lei. O prazo final delimitado, na avaliação dos ministros, evita que se comprometa a ressocialização do condenado.

Ministro Gilmar Mendes lança no Supremo livro sobre direito e novas tecnologias

A obra "Constituição, Direito Penal e Novas Tecnologias", coordenada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e pelo advogado Matheus Pimenta de Freitas, foi lançada na noite dequarta-feira (17) na Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.

Além do decano do Supremo, estavam presentes na solenidade de lançamento o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, e o ministro Cristiano Zanin. Ao falar da obra, o ministro Gilmar Mendes ressaltou a importância do avanço tecnológico, mas alertou para os perigos que podem surgir com as mudanças.

"A evolução da tecnologia, por vezes, pode representar séria ameaça à democracia e aos direitos fundamentais assegurados na Constituição. Nunca é demais lembrar que o 8 de janeiro de 2023 foi marcado e combinado pelas redes sociais como a 'festa da Selma'. Um convite relativamente prosaico para um encontro que se transformou nos episódios grotescos que vivenciamos", afirmou. O ministro Luís Roberto Barroso chamou a atenção para a presença cada vez maior da inteligência artificial na sociedade. "Há muitas questões novas, trazidas pelas tecnologias recentes, que afetam o direito penal.", declarou.

Quinta Turma do STJ anula júri após decisão genérica negar uso de roupas próprias pelo réu

Para a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é nula a decisão que, genericamente, indefere o pedido de apresentação do réu no plenário do júri com roupas civis. Segundo o colegiado, a utilização de roupas sociais pelo réu durante seu julgamento pelo tribunal do júri é um direito, e não traz insegurança ou perigo, tendo em vista a existência de policiamento ostensivo nos fóruns.

Com esse entendimento, a turma concedeu habeas corpus para declarar a nulidade de uma sessão do tribunal do júri em que o réu, acusado de homicídio, foi obrigado a usar o traje do presídio.

O juiz que presidia o júri negou o pedido do acusado para usar suas próprias roupas, afirmando que a exigência de uniforme é válida tanto para condenados quanto para presos provisórios, e que isso não prejudicaria o exercício do direito de defesa. Mencionou, ainda, que havia pouca escolta policial disponível no fórum e que o uniforme facilitaria a identificação em caso de fuga.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) ratificou a posição do juiz, pois também considerou que o uso do uniforme, por si só, não causaria nenhum embaraço à defesa.

No pedido de habeas corpus dirigido ao STJ, a defesa alegou que a decisão da presidência do júri deveria ser considerada nula, uma vez que não se pode relativizar o direito do réu a um julgamento justo e imparcial sem a existência de uma causa preponderante.

Cerimônia de entrega do I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário acontece dia 24 no STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) será palco, no próximo dia 24, da cerimônia de entrega do I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã. O evento vai acontecer a partir das 18h30, no Salão de Recepções da sede do tribunal.

O prêmio foi uma ação conjunta do STJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Superior Tribunal Militar (STM) para celebrar o 35º aniversário da Constituição Federal de 1988 – comemorado em 5 de outubro do ano passado – e promover uma reflexão sobre os direitos que ela assegurou, reafirmando a importância de um Judiciário atuante e independente e de uma imprensa forte e livre como pilares do Estado Democrático de Direito. Serão premiados os vencedores em cinco eixos temáticos (cada um relacionado a um tribunal), subdivididos em quatro categorias (jornalismo escrito, jornalismo de vídeo, jornalismo de áudio e fotojornalismo).

A lista completa com os finalistas em todos os eixos temáticos e todas as categorias pode ser consultada no site da premiação.

Fotógrafos e cinegrafistas que queiram cobrir o evento precisam fazer credenciamento prévio, enviando nome, identificação do veículo, função e documento (RG/CPF) para o e-mail imprensa@stj.jus.br. Os demais jornalistas poderão acessar o local sem necessidade de credenciamento prévio.

STF começa a julgar lei que impõe condições para esterilização voluntária

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a analisar, quarta-feira (17), a constitucionalidade de dispositivos da Lei do Planejamento Familiar (Lei 9. 263/1996), que tratam de condições para a realização de esterilização voluntária (laqueadura e vasectomia). O ministro Nunes Marques apresentou seu relatório, e, em seguida, as partes e as instituições admitidas como interessadas no processo fizeram suas sustentações orais. O julgamento será retomado com os votos do relator e dos demais ministros, em data ainda a ser definida.

(Foto: STF)

O julgamento será retomado com os votos do relator e dos demais ministros, em data ainda a ser definida.

A matéria é tema da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5911, de autoria do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Inicialmente, a lei impunha, como condição para a realização dos procedimentos, a autorização expressa do cônjuge e a idade mínima de 25 anos ou dois filhos vivos. Contudo, a primeira exigência foi revogada e a idade mínima modificada para 21 anos.

Poder de escolha - Da tribuna, a representante do PSB, Ana Letícia da Costa Bezerra, afirmou que, mesmo após a alteração legislativa, persistem requisitos limitadores e arbitrários para a realização de cirurgia de esterilização voluntária, que violam os princípios da dignidade humana, autonomia e liberdade individual. Para o partido, não há fundamento ou justificativa jurídica ou científica para impedir o poder de escolha de pessoas entre 18 e 21 anos que não têm filhos.

Nessa linha, a advogada Nara Ayres Britto, do Centro Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília, defendeu que a idade de 18 anos é o paradigma constitucional da autonomia da vontade do indivíduo e só pode sofrer restrição por garantia da Constituição.

Restrição - O defensor público Rafael Munerati, do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública de São Paulo, afirmou que qualquer ingerência do Estado no livre exercício do direito de planejamento familiar é inadmissível, pois, em última análise, impede o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Para a advogada Lígia Ziggiotti de Oliveira, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), um Estado que seja democrático de direito não pode limitar o exercício de liberdade partindo da premissa de que a opção de não engravidar, feita por uma mulher civilmente capaz, é duvidosa. De acordo com a representante da IBDFAM, o papel do Estado deve ser o de fornecer saúde pública, gratuita e de qualidade para que a mulher civilmente capaz, quando expressar seu desejo de não engravidar, seja devidamente escutada. Para Francielle Elizabet Nogueira Lima, da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná, a exigência alternativa de dois filhos vivos está pautada em um poder não respaldado de procriação e viola tratados e convenções de Direitos Humanos que afirmam ser dever do Estado prover o direito de livre decisão sobre a reprodução.

Nunes Marques ordena retirada de tornozeleira eletrônica do bicheiro Rogério Andrade

(Foto: EBC)

A decisão de Nunes Marques foi proferida em despacho na terça-feira, 16.

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a necessidade do uso de tornozeleira eletrônica e recolhimento noturno do contraventor Rogério Andrade. Patrono da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, Andrade foi alvo de uma operação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público do Rio (MPRJ) em 2022. Ele é acusado de chefiar uma organização criminosa que controla o jogo do bicho em diversas partes do Rio.

A decisão de Nunes Marques foi proferida em despacho na terça-feira, 16. O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) recebeu o ofício e já determinou à Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) que revogue as medidas cautelares contra o bicheiro.

Rogério Andrade chegou a ficar preso alguns meses em 2022, mas foi solto no fim daquele ano após um habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Desde então, ele era monitorado por tornozeleira eletrônica e obrigado a retornar a sua residência antes das 18h.

O contraventor acionou a Suprema Corte após o STJ negar habeas corpus semelhante em novembro do ano passado. A defesa alegava que as medidas cautelares perduravam por muito tempo e sem necessidade, uma vez que o bicheiro cumpria todas as determinações judiciais. Rogério Andrade é sobrinho de Castor de Andrade, um dos mais famosos contraventores da história do Rio. Ele assumiu o controle do jogo após a morte do tio, em 1997.

Condenado por furto de botijão de gás tem prisão convertida em pena alternativa pelo STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes assegurou a um condenado por furto de um botijão de gás a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (pena alternativa à prisão). A decisão foi tomada no Habeas Corpus (HC) 239942, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DP-MG)

O homem foi condenado pela Justiça estadual de Minas Gerais à pena de 1 ano, 1 mês e 15 dias de reclusão, em regime semiaberto, pelo crime de furto de um botijão gás de 13 kg da empresa Supergasbrás. A condenação foi mantida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Essas instâncias negaram a aplicação do princípio da insignificância, uma vez que o homem já possuía diversas condenações definitivas, o que atestaria a prática de crimes de forma habitual e reiterada.

O princípio prevê que não seja considerado crime quando a conduta é pouco ofensiva, não indique perigo para sociedade, apresente baixo grau de reprovação ou não fira expressivamente nenhum bem protegido pelo direito.

No habeas corpus ao STF, a Defensoria Pública reiterou o pedido de absolvição do réu com base no princípio.

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes observou que a não aplicação do princípio pelas instâncias anteriores está fundamentada em razão da prática de outros crimes, inclusive patrimoniais, o que revela reincidência e maus antecedentes. "Essa conclusão não destoa do entendimento firmado pelo Plenário e do que têm decidido as Turmas do Tribunal", destacou.

STJ recebe nova denúncia na Operação Faroeste e mantém afastamento de desembargadora do TJBA

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu, quarta-feira (17), mais uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra pessoas investigadas na Operação Faroeste, deflagrada para apurar esquema de venda de decisões judiciais relacionadas a disputas de terras na região oeste da Bahia. Por unanimidade, foram tornados réus a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) Maria do Socorro Barreto Santiago e o ex-juiz Sérgio Humberto de Quadros Sampaio, acusados de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O colegiado também recebeu a denúncia contra outras cinco pessoas, incluindo os empresários Adailton Maturino dos Santos e Geciane Souza Maturino dos Santos – apontados pelo MPF como líderes do esquema criminoso.

Os ministros decidiram renovar o afastamento da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago pelo prazo de um ano. Em 2020, a Corte Especial já havia recebido denúncia por organização criminosa contra os mesmos investigados e outras 11 pessoas. Tendo em vista a complexidade do esquema, o MPF dividiu a apuração em várias frentes, o que gerou denúncias distintas.

Para negociar decisões judiciais, investigados teriam utilizado "laranjas" - Na nova denúncia, o MPF apontou que houve fraude na efetivação de duas escrituras de imóveis localizados no oeste baiano, mediante a compra de duas decisões judiciais – uma do juiz Sérgio Humberto Sampaio, outra da desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago.

Segundo o MPF, os pagamentos teriam sido feitos por Adailton e Geciane Maturino dos Santos, em operações financeiras que envolveram lavagem de dinheiro e o uso de "laranjas". Os valores dos repasses indevidos, apontou o MPF, alcançariam a casa dos milhões de reais. Em resposta às acusações, as defesas dos investigados alegaram, entre outros pontos, inépcia da denúncia e fragilidade dos elementos apontados pelo MPF para demonstração das condutas criminosas.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

VARIEDADES

(Foto: Divulgação)

Tomorrowland Brasil anuncia line-up após última edição com lamaçal e dia cancelado

O Tomorrowland Brasil, versão brasileira do maior evento de música eletrônica do mundo, anunciou na última quarta-feira, 17, o line-up da edição deste ano. Ao todo, mais de 100 atrações estão na programação do festival, incluindo Alok, Alesso, Armin Van Buuren e Hardwell.

O Tomorrowland volta após uma edição desafiadora no ano passado. O festival chegou a ter um dos dias cancelados devido a uma forte chuva que causou grandes danos na estrutura, segundo a própria produção. Na ocasião, pessoas que foram ao evento relataram que um lamaçal tomou conta do local.

No ano passado, o festival retornou após sete anos da então última edição no Brasil. Alok também esteve entre as atrações e foi o responsável por encerrar o evento.

O Tomorrowland Brasil ocorre entre os dias 11 e 13 de outubro em Itu, no interior de São Paulo. Os preços dos ingressos variam entre R$ 550 (Day Pass, meia-entrada) e R$ 4.850 (Full Madness Comfort Pass). Há também pacotes com estadia e opções de reservas de transporte.

Para adquirir as entradas, é necessário realizar um pré-registro no site oficial do evento até o dia 1º de maio. As primeiras 20 primeiras pessoas de cada nacionalidade a realizarem o pré-registro poderão comprar já na próxima segunda, 22.

Quem participou do ano passado também terá uma pré-venda especial no dia 29. A venda geral ocorre no dia 2 de maio, a partir das 10h. Confira as informações para compra de ingressos abaixo:

Tomorrowland Brasil - Quando: 11, 12 e 13 de outubro de 2024, das 13h à 1h

Onde: Parque Maeda - Rod. Dep. Archimedes Lammoglia - Km 18, Itu/SP

Pré-registro: De 10 de abril, às 10h, até 1º de maio, às 10h - Horário de Brasília

Venda geral dos ingressos: A partir de 2 de maio, às 10h - Horário de Brasília

Os cafés gourmets que valem mesmo o adjetivo

(Foto: Divulgação)

O adjetivo "gourmet" ficou desgastado, mas, em termos de café, não é (ou não deveria ser) usado em vão. A categoria é reconhecida pela Associação Brasileira da Indústria de Café, que define o café gourmet como uma bebida "de baixo amargor, acidez e doçura moderada a alta, com destaque para os atributos frutado e floral".

"Os cafés gourmets são a porta de entrada para quem busca cafés de melhor qualidade", diz a barista Angélica Luizz, que foi jurada no teste às cegas promovido pelo Paladar com os baristas Juarez Gomes e Ronaro Soares; a jornalista Mariana Proença; e a advogada Paula Werner.

O júri avaliou nove marcas, com preços entre R$ 15 e R$ 25. O custo, aliás, é outro atrativo dos cafés gourmet, que podem custar 70% menos do que um café especial.

Na prova, além do grande campeão, que surpreendeu os jurados com sua doçura, seu "corpo aveludado" e sua "acidez brilhante", havia cafés que passaram na média, seguindo a proposta da categoria - e cafés que, constatamos, foram atingidos pelo tal do "raio gourmetizador", ou seja, não passam de uma versão tradicional metida a gourmet.

Os melhores:

1º Melitta - Cerrado!

"Um café que desce redondo", disse um jurado.

A opção da linha Regiões Brasileiras (que tem também as versões sul de Minas e Mogiana) conquistou o júri e, por isso, arrematou o cobiçado selo Paladar. Na degustação, a bebida apresentou notas de nibs de cacau e de frutas amarelas e um perfeito equilíbrio em boca. Além da doçura e do corpo aveludado, a acidez, classificada como "surpreendente e brilhante", também foi destacada.

(R$ 16,98; 250g)

2º Santa Mônica - Intenso

"Bom café para o dia a dia", definiu um jurado. Feito com grãos cultivados em fazenda própria, no sul de Minas Gerais, o café conquistou o segundo lugar no pódio por conta de sua doçura média, com notas de caramelo e açúcar queimado, e do corpo médio/alto, com finalização prolongada e leve adstringência. O amargor aparece em notas de casca de laranja.

(R$ 23,98; 250g)

3º 3 Corações - Mogiana Paulista

Com "nuances interessantes", o café da linha gourmet da marca (que tem também as versões Cerrado Mineiro e sul de Minas) conquistou o terceiro lugar no pódio por conta da fragrância fresca, da doçura e da acidez. O amargor, porém, sobressaiu, além de uma nota amadeirada que "amarrou a boca".

(R$ 14,98; 250 g)

As outras marcas avaliadas

Baggio - Bourbon

O "blend premiado" anunciado na embalagem não conquistou o júri por conta das notas de borracha e látex percebidas no aroma e do amargor persistente.

(R$ 24,49; 250g)

Bravo - Tenor

Produzido com grãos cultivados em fazenda própria, entregou aroma de nozes e amendoim torrado, além de um defumado pungente. Na boca, o corpo alto e o amargor intenso incomodaram.

(R$ 17,49; 250g)

Café do Centro - Mogiana

Os jurados identificaram notas de borracha queimada e fumaça, que remetem a um café tradicional. O amargor persistente foi outro defeito apontado pelo júri. "Tem gosto de café de vó", definiu um jurado. (R$ 19,79; 250 g)

Café Toledo

"O café mais amargo", disse um jurado. A amostra apresentou outros defeitos, como as notas de borracha queimada e alta adstringência.

(R$ 23,40; 250g)

Casa Brasil

A leve doçura presente no aroma não foi capaz de esconder as notas de borracha queimada e látex apresentadas por esse café, que é cultivado, torrado, moído e embalado em fazenda própria. Na boca, o amargor em excesso e a ausência de notas frutadas e florais desagradou.

(R$ 15,69; 250g)

L'Or - Sul de Minas

O café produzido com grãos do sul de Minas Gerais promete notas frutadas e cítricas, que, para o júri, pareceu algo como manga verde, além de um toque salgado. Apresentou corpo médio/alto, leve doçura, adstringência e amargor ausente.

(R$ 22,98; 250g)

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

VARIEDADES

WhatsApp poderá 'dedurar' se você esteve online recentemente; saiba como desativar opção

(Foto: Divulgação)

Uma nova ferramenta do WhatsApp pode deixar o aplicativo mais informativo para quem gosta de "stalkear" contatos. De acordo com o site especializado WaBetainfo, o mensageiro está testando uma tela para que os usuários possam visualizar quais contatos estiveram online recentemente e quais estão ativamente no app em tempo real.

O recurso, no teste, foi integrado no mesmo menu em que o usuário pode selecionar um novo contato para começar uma conversa. Abaixo da lista de seleção do chat (com opções de novo contato ou de criar um link para a conversa), a imagem obtida pelo site mostra um item identificado como "recentemente online".

Nesse rol, devem aparecer aqueles contatos que estiveram há pouco tempo usando o mensageiro ou que estão online no momento - e te ajudar a saber se desculpa do seu amigo que diz que "não olha o WhatsApp" é real. O teste não afirmou o período de tempo que o app vai considerar como "recente" para esse menu.

A ferramenta pode vir em conjunto com uma outra novidade que o WhatsApp também está testando: a sugestão de contatos para conversas. Nessa mesma aba, abaixo dos nomes de quem esteve online recentemente, o mensageiro também pode começar a sugerir algumas pessoas para conversar, sejam contatos que você não fala há algum tempo ou pessoas que você costumava trocar mais mensagens com alguma frequência.

Todas essas mudanças ainda são testes e o WhatsApp não confirmou se alguma delas deve fazer parte de alguma atualização do app ou quando elas ficarão disponíveis.

Como desativar o recurso

Apesar da possível atualização aumentar a exposição dos usuários no aplicativo, o WhatsApp já conta com opções de privacidade que deixam de indicar se você está ou esteve online. Veja como configurar:

- Toque no ícone "três pontos";
- Acesse "Configurações";
- Em seguida, "Privacidade";
- Escolha "Visto por último e online";
- Em "Quem pode ver meu 'visto por último'", você pode escolher entre "todos", "meus contatos" (ou seja, apenas pessoas adicionadas por você), "Meus contatos, exceto " (para criar uma lista de exceção) e "Ninguém". Marque sua opção desejada;
- Em "Quem pode ver quando estou online", escolha entre "Todos" ou "Mesmo que 'visto por último'". Se não quiser ser "dedurado" pelo app, marque a opção "Ninguém" na etapa 5.

Lembre-se que ao deixar de informar seu estado online, você também deixará de saber se outras pessoas estão online.

Quais são as tendências para a cozinha? Designers internacionais mostram suas apostas em Milão

(Foto: Divulgação)

Nascida em 1974 e, desde então, afirmando-se como feira referência em seu setor, a Eurocucina, mostra bienal de cozinhas paralela ao Salão do Móvel de Milão, reúne cerca de uma centena de expositores. São na maioria italianos - mas há também forte presença europeia em geral, sobretudo germânica -, que trazem em comum o alto nível tecnológico e de qualidade de seus produtos.

Edição após edição, o evento vem atestando a crescente importância da cozinha no desenho da casa contemporânea e também as mudanças de hábitos, formas e materiais, cores e tecnologias envolvidos em sua montagem. Em menos de quatro décadas, pelas lentes da Eurocucina, vimos a cozinha migrar de área isolada e fora do alcance dos olhos para um espaço de permanência, plenamente integrado à área social da casa. Como testemunhamos, também, a evolução de seu desenho, partindo de zonas de armazenamento, preparação e consumo, sempre separadas, para uma ilha capaz de absorver todas essas funções.

Sustentabilidade e minimalismo em alta

Em uma edição na qual o apelo sustentável e o minimalismo bateram forte na imaginação dos designers, nas cozinhas apresentadas este ano parece não haver lugar para desperdícios. Não apenas entre os elementos estruturais, mas também nas superfícies, nas quais o alumínio volta a ganhar espaço - material 100% reciclável, capaz de assegurar vida longa a qualquer projeto.

Na maioria das coleções apresentadas prevalece também a vontade de sintetizar o ambiente em uma única - e autossuficiente - ilha central com proporções estudadas, materiais nobres e desenho "à la carte". Quase como uma microarquitetura doméstica, voltada para o prazer de cozinhar e de conviver. E que, em tempos de temperaturas elevadas, está levando o cômodo a ultrapassar sua última fronteira: ou seja, a invadir o espaço externo e partilhar varandas, quintais e terraços.

Sempre preocupada em propor soluções que ampliem a interação diária com a cozinha, criando novas experiências, a designer e fundadora da italiana Valcucine, Gabriele Centazzo, cita como peça síntese de sua nova safra a cozinha Aritmética, que teve suas três áreas, de cozimento, lavagem e preparação, unificadas e reequipadas com a introdução de novos elementos de madeira.

Opostos que se atraem

Bahia é o lançamento da alemã Leich mais aguardado da temporada. A nova cozinha traz painéis de madeira folheada, que ganham ainda mais destaque graças a ranhuras verticais. Sua característica mais marcante, porém, é a combinação de dois aparentes opostos no desenho, o que resulta em uma simetria dentro da assimetria.

A alemã Häcker apresentou nesta edição nada menos do que sete modelos de cozinhas. Detalhes coloridos são o grande destaque, sobretudo diante do visual monocromático, ou metálico, dos demais expositores. Como ideia central, a marca quer permitir que os usuários integrem a cozinha livremente às demais áreas sociais da casa, de forma mais harmoniosa e holística.

Arquitetura vernacular combinada a desenho contemporâneo: esse é o novo foco de pesquisas do fabricante next125, que ganhou vida graças à sua colaboração com o arquiteto Francis Kéré. "O amor pela madeira, a paixão pelo design e pela arquitetura, e o fascínio pelo fogo e pelo cozinhar resultaram em um ambiente que exala o poder da natureza, orgânico e acolhedor, mas, ao mesmo tempo, isolado e convidativo", resume o arquiteto.

Muitas combinações ao ar livre

Já o K-Garden, desenvolvido e desenhado por Giuseppe Bavuso para a Ernestomeda, destina-se a pessoas cuja paixão pelo cozinhar vai além das próprias paredes da casa. A nova coleção trabalha em torno do conceito de balcões de trabalho, leves e componíveis, com elevado grau de personalização. Eles podem ser combinados e alinhados para formar verdadeiras ilhas em torno das quais os moradores podem compartilhar os prazeres de comer ao ar livre.

Segundo seu criador, no entanto, o K-Garden está longe de ser um produto para áreas externas frio e impessoal, destinado apenas a fornecer as funções técnicas de uma cozinha convencional. "Ele pode ser personalizado de acordo com cada local e finalidade. Seus componentes podem ser justapostos, criando infindáveis combinações. O que, aliás, faz muito sentido, já que cada cozinheiro é único", conclui Bavuso.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LANÇAMENTOS/LIVROS

Dia Mundial do Livro: a importância da formação leitora desde o Ensino Básico

___ Maria Carolina Araújo, diretora de ensino da rede Anglo Alante, reflete sobre a importância da leitura na formação das crianças e o impacto da prática no futuro

(Foto: Divulgação)

O Dia Mundial do Livro, celebrado em 23 de abril, foi escolhido pela Unesco, em 1995, para marcar o incentivo à leitura. A data também é uma forma de rememorar grandes autores, por isso concentra aniversários de nascimento ou de morte de autores como William Shakespeare, Miguel de Cervantes, Inca Garcilaso de la Vega e Vladimir Nabokov.

Trata-se de uma oportunidade para refletir sobre a literatura em sala de aula, ponto importante, pois o cenário de letramento na educação básica brasileira reforça a necessidade de atividades de incentivo à leitura nas escolas. Segundo dados divulgados da avaliação global Pirls (Estudo Internacional de Progresso em Leitura), a capacidade de alunos brasileiros do 4º ano do ensino fundamental realizarem leituras com plena compreensão do texto está abaixo do esperado.

Maria Carolina Araújo, diretora de ensino da rede Anglo Alante, relata que a leitura é a base da formação de sentimentos e do conhecimento de si e do mundo e, por isso, é preocupante que os dados sejam tão desanimadores. "No último Pisa, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Brasil obteve 410 pontos, média inferior à nota de outros países, inclusive da América do Sul", cita a diretora. Ela também destaca que a performance dos estudantes brasileiros não foi diferente nos últimos anos.

Entre os adultos, o panorama também é desafiador. Dados da Câmara Brasileira do Livro (CBL) mostram que 84% dos brasileiros acima de 18 anos de idade não compraram livros no ano de 2023 e um dos principais fatores do afastamento da leitura, segundo os entrevistados, era a falta de tempo.

Incentivar crianças para construir um país de adultos leitores

Conforme o pensamento de Maria Carolina, é a partir do incentivo à leitura na primeira infância que se forma uma sociedade leitora. "Uma construção ao longo de muitos anos é o que possibilita a formação de uma sociedade de adultos que compreendem e consomem diferentes tipos de texto, seja em momentos acadêmicos, seja em momentos de lazer. Um adulto que não compreende o que lê não desenvolveu essa habilidade enquanto estava na educação básica", diz a educadora.

Para que o processo de formação seja feito de maneira satisfatória, não basta eventualmente entregar livros às crianças, são necessárias estratégias por parte dos educadores. "Mesmo as crianças que não leem devem ser apresentadas a livros sensoriais, educativos, que instiguem a vontade de ler. Só então, por volta dos 7 anos, quando a alfabetização de fato se inicia, surgem as histórias que exigem leitura, ainda que com figuras, que costumam girar em torno de temas sobre comportamento e que trabalhem a relação causa e consequência", relata Maria Carolina.

Para os adolescentes, o processo transcende os livros, pois mesmo a coletânea de textos para livros didáticos deve ser cuidadosamente pensada para envolver e desenvolver os jovens. "Isso forma, ao final da jornada acadêmica, um estudante capaz de entender desde textos expositivos até textos indutivos", finaliza a diretora.

Para além do Dia Mundial do Livro

No mesmo mês, no dia 18, também é comemorado o Dia Nacional do Livro Infantil. Instituída pela Lei no 10.402, de 8 de janeiro de 2002, a data homenageia um escritor, Monteiro Lobato, que nasceu neste mesmo dia. Essa é outra data que reforça a importância de discutir o papel da leitura nas escolas, sobretudo na Educação Infantil.

Livro sobre ansiedade infantil tem linguagem leve e mensagem de ajuda aos pais

___ Fernanda King, fundadora da Escola Petit Kids, escreveu o livro infantil "A bailarina e a flor (Editora Appris, 2024)" para ajudar crianças a lidarem com emoções negativas e como os pais podem ajudar

(Foto: Divulgação)

Um estudo de janeiro desse ano da Associação Médica Americana aponta que um em cada dez jovens entre 5 e 24 anos apresenta pelo menos um sintoma que seja de ansiedade, conduta ou depressão. A pesquisa foi feita com base nas informações do banco de dados internacional Global Burden of Disease (GBD), com 159 países, e estima que cerca de 293 milhões de crianças, adolescentes e jovens adultos sofrem algum transtorno mental.

Nas faixas mais novas de idade (5 a 9 anos e 10 a 14 anos), a incidência de casos é de 7%, mas as ocorrências entre os grupos de idade acima (15 a 19 anos e 20 a 24 anos) dobram, chegando a 14%. Ainda conforme o estudo, a baixa incidência de casos nas idades mais novas, comparado às demais, mostra que as principais ações de prevenção e cuidados com a saúde mental devem acontecer na infância e adolescência.

Observando que as crianças começam a conviver desde cedo com sentimentos de difícil expressão, como a ansiedade, a pedagoga Fernanda King, fundadora da Escola Petit Kids, escreveu o livro infantil "A bailarina e a flor (Editora Appris, 2024)" para ajudar crianças a lidarem com emoções negativas e como os pais podem ajudar.

É normal a criança sentir 'frio na barriga' quando vai subir ao palco para participar de uma peça ou apresentar um trabalho na sala, explica Fernanda. "Crianças pequenas já sentem ansiedade e o livro aborda essas e outras questões importantes, como a participação ativa da família na vida dos filhos. Isso inclui presença, amor e muito acolhimento."

A história é sobre uma menina que vai participar de uma apresentação de balé na escola, mas não consegue parar de pensar no que vai acontecer no grande dia. Mesmo com ela se preparando muito, chega o dia da apresentação e as coisas não saem como o esperado. Diante de uma situação imprevista, a pequena bailarina enfrenta o desafio de se superar e fazer o espetáculo.

Essa é a chave para apoiar os filhos, reforça Fernanda. "Pais que criam vínculos amorosos com a criança desde o nascimento são decisivos na formação de indivíduos socialmente equilibrados."

Ficha técnica

Livro: A bailarina e a flor

Autora: Fernanda King

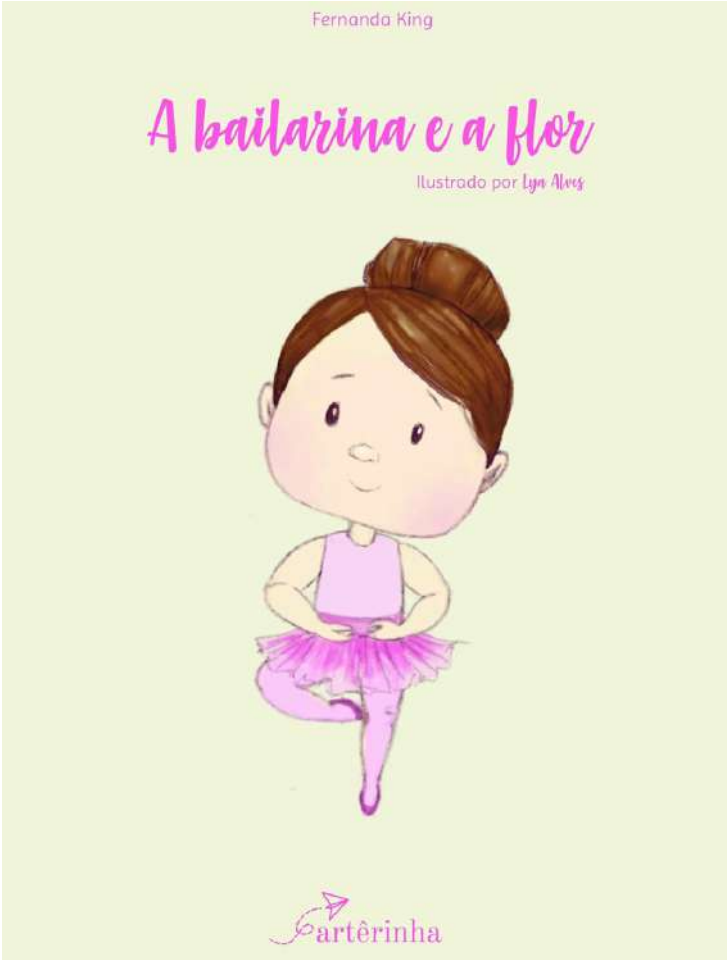
Ilustração: Lya Alves

Revisão: Arildo Junior / Nathalia Almeida

Editora: Appris, 2024

32 páginas

(Foto: Divulgação)

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LANÇAMENTOS/LIVROS

Audible lança "Iracema" com narração do ator Silvero Pereira

A obra indianista de José de Alencar, entre as mais importantes do Romantismo brasileiro, ganha audiolivro exclusivo na Audible a partir de 19 de abril, "Dia dos Povos Indígenas"

(Foto: Divulgação)

A Audible, criadora e distribuidora líder de entretenimento em áudio de alta qualidade, anuncia o lançamento do audiolivro "Iracema", de José de Alencar, na voz do consagrado ator Silvero Pereira. A obra é um dos textos indianistas do autor, assim como "O Guarani", e é reconhecida como uma das mais importantes da primeira fase do Romantismo no país. O título narra a história de amor entre o guerreiro-branco português Martim e a indígena Iracema, no período pré-colonial do Brasil, e está disponível com exclusividade no catálogo para assinantes da Audible a partir de 19 de abril, data em que se celebra o "Dia dos Povos Indígenas".

O clássico nacional "Iracema" foi publicado em 1865 e é um marco na literatura nacional ao retratar os costumes indígenas do povo originário Tabajara de Iracema e a chegada dos portugueses ao Brasil. O romance faz parte do currículo escolar, ajudando a construir o imaginário nacional sobre o que é ser brasileiro e, para muitos, foi o primeiro contato com a cultura indígena. O encontro do casal Iracema e Martim dá início à criação da lenda do surgimento do estado do Ceará, terra do autor José de Alencar e do narrador Silvero Pereira.

Um dos grandes atores e diretores da atualidade, com mais de 25 anos de carreira, Silvero atuou em mais de 30 espetáculos, novelas e longa metragens, como "Bacurau", e em breve estreará como protagonista de "O Maníaco do Parque". Em Iracema, experimentou uma nova habilidade artística ao narrar pela primeira vez um audiolivro, intepretando diferentes personagens, como Peri, Ubirajara e Iracema.

"Por meio de audiolivros tão relevantes para a literatura nacional, como Iracema, também é possível promover um diálogo intercultural, celebrar a educação e democratizar o acesso ao conhecimento e ao entretenimento. Nossa seleção minuciosa de narradores leva em conta a conexão cultural e pessoal do artista com a obra, o que nos permite oferecer uma experiência mais autêntica e envolvente para os ouvintes. Também priorizamos a admiração que o público tem com a voz que dá vida ao texto, como a de Silvero, para que dessa forma mais pessoas se interessem em ouvir essas boas histórias em um novo formato", comenta Adriana Alcântara, diretora-geral da Audible Brasil.

Mais obras com temática indígena no catálogo da Audible

Na Audible, os ouvintes podem encontrar diversas obras indígenas consagradas, como o "O Som do Rugido da Onça", da autora-narradora Micheliny Verunschk, que conquistou o prêmio Jabuti de melhor romance literário e o terceiro lugar do prêmio Oceanos ao contar a história de duas crianças indígenas raptadas e levadas para a Europa em 1817 pelos exploradores Spix e Martius. Estão disponíveis também "Caetés" de Graciliano Ramos e narrada por Bruno Peroni, "Umbanda Preta: Raízes africanas e indígenas", escrito e narrado pela sacerdotisa Mãe Pinto; "Eles formaram o Brasil", de Marcus Vinícius e Fábio Pestana Ramos, na voz do dublador Thiago Zambrano; "As Doenças do Brasil", escrito por Valter Hugo Mãe e narrado por Michel Waismen e "Correndo Descalça", de Amy Harmon e narrado por Gabriela Stampacchio, entre outros. O ator indígena Daniel Munduruku também faz parte do elenco de narradores da Audible e narrou a obra "O Seminarista".

A Audible Brasil dispõe de um catálogo com mais de 600.000 títulos em diferentes idiomas. A assinatura do serviço custa R$19,90 por mês e dá acesso a um acervo de 100.000 títulos, dos quais 4.000 são narrados em português, e desconto de 30% na compra avulsa de títulos do catálogo adicional de 500 mil audiolivros. Novos usuários têm 30 dias de gratuidade para conhecer o serviço, ou 3 meses para assinantes Amazon Prime. Depois do período gratuito, a assinatura é renovada automaticamente.

Museu de Arte Sacra de São Paulo faz lançamento sobre as mais antigas obras de arte jesuíticas das Américas

Neste domingo, 21 de abril, às 11h, Percival Tirapeli e Victor Hugo Mori lançam As talhas jesuíticas da matriz de São Vicente - 1559, livro que revela os mais preciosos sobreviventes da primeira era colonial do Brasil. Evento gratuito e aberto ao público será realizado no Museu de Arte Sacra de São Paulo.

O livro faz uma análise artística das mais antigas obras de arte produzidas nas oficinas jesuíticas para a igreja da vila de São Vicente em 1559. Uma obra resultado de 22 anos de pesquisa do professor Percival Tirapeli, enriquecida pela doação generosa da família Przirembel e colaborações internacionais.

Esculpidas em madeira pelos indígenas sob orientação dos padres jesuítas, as obras são testemunhas do encontro entre culturas e religiões na América Colonial. O livro mergulha na história da igreja de São Vicente e na arte luso-brasileira, transportando os leitores para uma narrativa única, enriquecida por uma ampla e diversificada iconografia.

(Foto: Divulgação)

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676